

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

JULIANA DEPRÁ CUOZZO

**OS CAMINHOS DA “TRANSMISSÃO DA MENSAGEM”
NARCÓTICOS ANÔNIMOS NA PENITENCIÁRIA FEMININA
MADRE PELLETIER EM PORTO ALEGRE, RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PORTO ALEGRE, março de 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

JULIANA DEPRÁ CUOZZO

**OS CAMINHOS DA “TRANSMISSÃO DA MENSAGEM”
NARCÓTICOS ANÔNIMOS NA PENITENCIÁRIA FEMININA
MADRE PELLETIER EM PORTO ALEGRE, RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof. Dra. Ceres Gomes Victora

PORTO ALEGRE, março de 2016

CIP - Catalogação na Publicação

Deprá Cuozzo, Juliana

Os caminhos da "transmissão da mensagem":
Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina Madre
Pelletier em Porto Alegre, RS. / Juliana Deprá
Cuozzo. -- 2016.

110 f.

Orientadora: Ceres Gomes Victora.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Narcóticos Anônimos. 2. "recuperação". 3.
"transmissão da mensagem". 4. Penitenciária
Feminina. 5. reclusas. I. Gomes Victora, Ceres,
orient. II. Título.

**OS CAMINHOS DA “TRANSMISSÃO DA MENSAGEM”
NARCÓTICOS ANÔNIMOS NA PENITENCIÁRIA FEMININA
MADRE PELLETIER EM PORTO ALEGRE, RS**

JULIANA DEPRÁ CUOZZO

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social

BANCA EXAMINADORA

Dra. Patrice Schuch
PPGAS – UFRGS

Dr. Francis Moraes de Almeida
PGCS – UFSM

Dr. Jardel Fischer Loeck
PPGAS – UFRGS

Dra. Ceres Gomes Victora
PPGAS-UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa de estudos durante todo o curso de mestrado. Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelas disciplinas e apoio durante a pesquisa.

À minha orientadora, pelo trabalho incansável, pelo comprometimento, pela confiança, por todos os ensinamentos, pela escuta, pela paciência em meus processos de escrita. E principalmente por termos “partilhado” os longos caminhos desta pesquisa, desde o meu interesse antropológico em Narcóticos Anônimos até os desdobramentos do estudo no formato de uma dissertação de mestrado.

Agradeço aos colegas e professores do Núcleo de Pesquisa da Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS) que acompanharam esta pesquisa desde a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso, nas intensas reuniões de estudo, nas leituras, nas conversas e sugestões: Mona, Manu e Alessandra; e às colegas que foram se somando a essas reuniões de trabalho, com as quais obtive colaborações também muito importantes: Rita, Silvana, Jose.

Aos participantes de minha pesquisa, pessoas membros da Irmandade de Narcóticos Anônimos, mulheres e homens, que me autorizaram a realizá-la e se envolveram de diferentes formas no meu percurso de trabalho de campo. Agradeço às reuniões “partilhadas”, aos eventos para os quais fui convidada a participar, às conversas e aos seus interesses. Em especial, agradeço imensamente à interlocutora principal de pesquisa, pela sua disposição em conversar comigo e ouvir as minhas dúvidas e questões. Agradeço por ter aberto a sua vida em testemunhos, pela confiança depositada em mim e na minha pesquisa, pelo tempo dedicado aos nossos encontros, por ter dividido sua história de vida e ter me incluído abertamente como “companheirinha”. Explicito minha admiração e respeito imensuráveis pelos seus caminhos em sua biografia e pessoa.

Às mulheres da Narcóticos Anônimos participantes dos painéis, por me permitirem fazer parte daqueles encontros. As histórias e relatos sobre o cotidiano me fizeram cada vez mais percebê-las mulheres fortes e guerreiras, e deixo aqui os meus agradecimentos e

profundo respeito. Às mulheres reclusas por terem autorizado a minha presença nos painéis, ressalto meu carinho e respeito por suas histórias e tempo compartilhados juntas.

Aos funcionários da Penitenciária Feminina, desde as agentes penitenciárias até a diretora pela disposição em me atender, ouvir a minha pesquisa, e colaborar com ela. Em especial agradeço à assistente social, principal colaboradora da minha pesquisa no âmbito da Penitenciária. Agradeço pelas nossas conversas e encontros, pela disponibilidade em me ajudar, pelos aprendizados e principalmente por ter confiado em minha pesquisa. Deixo a minha admiração e respeito profundos pelo seu trabalho junto às mulheres reclusas.

Aos meus pais pelo amor incondicional, carinho, confiança e torcida pela minha pesquisa. Ao seu próprio modo vocês buscaram entendê-la, sabendo da sua importância para mim, assim, deixo aqui o meu reconhecimento por isso. Aos meus irmãos, Gu e Mari, pela amizade e apoio, por saber cada vez mais que posso contar com vocês e que estaremos sempre juntos. À Kênia, por tê-la como parte junto aos meus irmãos, e pela referência em comprometimento com o seu trabalho acadêmico.

As minhas avós, que cada uma ao seu modo se fizeram presentes durante a minha caminhada de pesquisa. Agradeço à vó Serena, por sempre me disponibilizar a sua casa para refúgios quando precisei. À vó Celina, por estar comigo em cada momento da pesquisa, principalmente aqueles de maiores dificuldades. Agradeço a vocês duas a força de serem as mulheres que são. Agradeço às pessoas de minha família tão especiais por acreditarem na pesquisa, apoiando-me de formas muito importantes: tios Ricardo e Regina, Tia Carla, prima irmã Iluska e mano.

Ao Marcelo, querido companheiro, agradeço pela escuta, paciência e colaboração na minha pesquisa. À Marli, pelo carinho, acolhida, escuta, risadas, por me permitir uma convivência em sua casa. Aos queridos, Márcio, Maurício e Débora por me fazerem sentir menos distantes dos meus irmãos.

À Raquel e ao Paulo, amigos que a vida me deu de presente. Agradeço por terem aberto a sua casa para mim durante mais de um ano que coincidiu com um período do curso de mestrado, pela escuta, pelo carinho, pelas ideias e incentivos, e por me fazerem sentir confortável, como se eu estivesse na casa de meus pais. Agradeço à Paulinha, amiga querida, por termos compartilhado o mesmo espaço por seis meses, morando na mesma casa.

Agradeço a sua paciência comigo e as nossas conversas. Agradeço à Preta, amiga inesperada, pelo carinho.

Agradeço pela oportunidade de estágio na Defensoria Pública da União de Porto Alegre, em especial, às colegas de trabalho: Laura, Carolina, Malu, Gabi, Rê, e as defensoras Ana e Maria. Agradeço a vocês pelos aprendizados, confiança, a parceira nos trabalhos, por serem exemplos de comprometimento profissional quando se trata de atender o “outro”.

Agradeço a todos os colegas das disciplinas do curso de pós-graduação, pelas discussões nas aulas, trocas, escutas, sugestões e críticas na pesquisa. Em especial, Helena Fietz, Helena Lancellotti, Eleonora, e Vanessinha. Agradeço também as pessoas importantes, desde a graduação, que se tornaram minhas amigas, e que acompanharam grande parte do percurso deste estudo: Jana, Gabi e Gustavo.

Agradeço aos amigos de “longe” Daya, Luti, Regi e Fernando, Rafa, Moara. Ainda aos queridos amigos da vida, Izinha e Júlio, Margareth e Vicente, com quem sei que posso contar.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de acompanhar os caminhos de um serviço em Hospitais e Instituições (HI) da Irmandade de Narcóticos Anônimos (NA) na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul (RS), a partir, principalmente, de uma interlocutora principal de pesquisa, membro da NA, e de uma longa experiência de campo da pesquisadora. Trata-se do serviço de “transmissão da mensagem” que ocorre na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em que mulheres membros da NA se deslocam até a Penitenciária para “levar a mensagem de recuperação da Narcóticos Anônimos”, às reclusas. Esse serviço ocorre na Instituição Penitenciária sob o formato de painéis, nos quais estão presentes participantes da NA e mulheres reclusas. Nessas ocasiões, ocorre a “partilha” sobre a “recuperação”, e, para a sua realização, são necessários preparações, treinamentos e movimentações que envolvem tanto a Penitenciária quanto a Irmandade. Para acompanhar os caminhos da “transmissão da mensagem” realizei pesquisa de campo de orientação etnográfica na Irmandade de NA e na Penitenciária. Na Irmandade frequentei reuniões abertas de um grupo da Narcóticos Anônimos existente em Porto Alegre, reuniões de serviço do Subcomitê de Relações Públicas, celebrações e eventos de grupos, realizei entrevistas com homens e mulheres participantes da NA, e, em especial, com a interlocutora principal de pesquisa. Na Penitenciária acompanhei, no ano de 2015, encontros de painéis, realizei entrevistas com agentes penitenciárias, assistente social, e mantive conversas com funcionários da direção. Os resultados desse trabalho indicam que os “caminhos da transmissão da mensagem”, ao perpassarem o ambiente da Penitenciária e durante os painéis - ocasiões conjuntas com as reclusas e outras participantes da Irmandade -, adquirem um significado específico para a interlocutora de pesquisa em sua “recuperação”, pois mobilizam seu passado, presente, “ativa” e “recuperação”.

Palavras-chave: Narcóticos Anônimos, “recuperação”, “transmissão da mensagem”, interlocutora principal de pesquisa, painéis, Penitenciária Feminina, reclusas.

ABSTRACT

The objective of this study was to follow the paths of a service in Hospitals and Institutions (HI) of the Fellowship of Narcotics Anonymous (NA) in Porto Alegre, state of Rio Grande do Sul (RS), based mainly on a main speaker of research, member of the NA, and a long researcher's field experience. This is the service "message transmission" that occurs in the Women's Penitentiary Madre Pelletier, in which women members of NA moving to the Penitentiary to "carry the message of recovery in Narcotics Anonymous" the inmates. This service is the Penitentiary Institution under the panels format in which they are participants from NA and women prisoners. On these occasions, is "sharing" on the "recovery", and for its implementation, preparations are needed, training and transactions involving both Penitentiary as the Fellowship. To follow the path of "carrying the message" I conducted ethnographic orientation of field research in the NA Fellowship and Prison. Fellowship attended open meetings of an existing Narcotics Anonymous group in Porto Alegre, service meetings of the Subcommittee on Public Relations, celebrations and events groups, conducted interviews with participants men and women of NA, and in particular with the main interlocutor of research. In Penitentiary I followed, in 2015, panel meetings, conducted interviews with prison officers, social workers, and held talks with officials of direction. The results of this study indicate that the "message transmission paths", the permeates the environment of Penitentiary and during the panel - joint occasions with inmates and other participants of the Fellowship - acquire a specific meaning to the speaker of research in their "recovery" for mobilizing their past, present, "active" and "recovery".

Keywords: Narcotics Anonymous, "recovery", "message transmission" main speaker research, panels, Women's Penitentiary, inmates.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 NARCÓTICOS ANÔNIMOS: “RECUPERAÇÃO” EM MOVIMENTO	23
1.1 SABERES DO ESTADO E DA CIÊNCIA NA DEFINIÇÃO DE “SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS”	24
1.2 “SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS”: DIFERENTES SIGNIFICADOS	27
1.3 OS GRUPOS DE AJUDA MÚTUA: UM PERCURSO DESDE OS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	29
1.3.1 Entre os Grupos de Ajuda Mútua e para além deles	33
1.3.2 Passos para o Serviço de “Transmissão da Mensagem”	34
1.4 NARCÓTICOS ANÔNIMOS: SERVIÇOS EM MOVIMENTO	37
1.4.1 “Da Porta Para Fora”: do Subcomitê de Relações Públicas até os Painéis	40
2 CAMINHOS DA “TRANSMISSÃO DA MENSAGEM” NA PENITENCIÁRIA FEMININA	44
2.1 ESTUDOS E ANÁLISES CLÁSSICAS: MUROS QUE SEPARAM	44
2.2 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS: CONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS	48
2.2.1 Visitas de Familiares, Serviços Religiosos e Profissionais	50
2.3 PRISÕES FEMININAS NO BRASIL	53
2.4 MENSAGENS DE “RECUPERAÇÃO”	57
3 PAINÉIS DA IRMANDADE DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS NA PENITENCIÁRIA FEMININA: UMA HISTÓRIA DE IDAS E VINDAS	59
3.1 NEGOCIANDO A ENTRADA: DO PROJETO À PORTARIA	59
3.2 EM CONSTANTE MOVIMENTO: PÁTIO, GALERIAS E POSTOS	61
3.2.1 O Espaço da Penitenciária em Circulação	62
3.3 PARA QUE UM PAINEL ACONTEÇA	65
3.3.1 Painéis e os seus Caminhos pela Penitenciária	65
3.3.2 Painéis e os seus Caminhos pela Irmandade	68
3.4 PAINÉIS NA PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER	73
3.4.1 Uma história de idas e vindas	75

3.4.2 Movimentando Reclusas e “Partilhas”	76
4 HISTÓRIA DE VIDA: ENTRE PASSADO E PRESENTE	80
4.1 DA CLÍNICA À IRMANDADE.....	80
4.2 O TEMPO E O SEU TRABALHO.....	83
4.3 QUAL É O TEMPO DA “RECUPERAÇÃO”?	85
4.4 ALGUNS SIGNIFICADOS DA “TRANSMISSÃO DA MENSAGEM”	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES E ANEXOS	105

INTRODUÇÃO

A partir de um percurso de trabalho de campo etnográfico iniciado no ano de 2008, durante o curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), circulei entre grupos institucionais¹ da Irmandade de Narcóticos Anônimos (NA) na cidade de Porto Alegre. Nesse trajeto, participei de reuniões abertas de um grupo que, aos poucos, foi se expandindo para outras e também para outros âmbitos dessa Irmandade, assim autoconsiderada. Foram caminhos de pesquisa contínuos, que se estenderam para outros tempos, espaços e pessoas dessa Irmandade que colaboraram com este estudo.

Baseada na plataforma terapêutica desenvolvida pioneiramente pela Irmandade de Alcoólicos Anônimos no começo do século XX, a Irmandade de Narcóticos Anônimos se compõe, basicamente, de pessoas que se reúnem motivadas por um propósito comum: a busca pela “recuperação” diante do uso de substâncias psicoativas que se tornou englobante em sua vida, tendo, a partir do referencial da NA, a “adição” enquanto condição permanente do “adicto” — aquele que se reconhece em “recuperação” nessa lógica. Substâncias psicoativas são consideradas pela Irmandade tanto as socialmente lícitas – o álcool – quanto as ilícitas – maconha e cocaína, por exemplo. Trata-se de uma Irmandade mundial, autossustentada, não religiosa, organizada e dividida em muitas instâncias.

Esses grupos institucionais — mais de 25 somente na cidade de Porto Alegre — ocupam salas por meio de aluguéis, localizam-se em endereços específicos na cidade, oferecem reuniões semanais e têm um nome que os identifica entre os membros. Em cada grupo, os encargos são sempre voluntários, entre os quais o serviço de secretário, em que um membro abre a sala daquele grupo semanalmente e guia a reunião que tem duração de duas horas. A reunião é assim denominada porque, durante a maior parte do seu tempo, ocorrem relatos individuais de membros — as “partilhas” —, que, por sua vez, se ocupam da biografia e da vida cotidiana em “recuperação” daquele participante da Narcóticos Anônimos.

¹ Utilizo o termo grupos institucionais para me referir aos grupos em que ocorrem, primordialmente, as “partilhas”, localizados em inúmeros bairros da cidade de Porto Alegre.

As “partilhas” ocorrem nas reuniões abertas e são os momentos individuais que têm uma duração inferior a dez minutos, em que um membro fala sobre si mesmo, sua vida, “recuperação”, dificuldades diárias, relações familiares, cotidiano, da “ativa”, entre outros assuntos. As “partilhas” ocorrem via sorteio, quando membros encarregados de dar andamento àquela reunião retiram uma ficha com um número que coincide com aquele que o “partilhador” recebeu ao chegar aquela reunião.

Os membros da Narcóticos Anônimos se movimentam e transitam em diferentes grupos, endereços e bairros, podendo participar de reuniões diversas em muitos deles. Podem ainda ter um “grupo de escolha”, aquele com o qual mais se identificam e, dessa forma, o que mais frequentam. A quantidade de membros que participam de uma reunião é variável, sendo o mínimo necessário duas pessoas, pois a “partilha” pressupõe a presença de alguém para escutá-la.

A ajuda mútua presente nesses grupos se estabelece a partir de relações entre os membros: em reuniões diárias de grupos; em contatos telefônicos; em amadrinhamentos ou apadrinhamentos, quando algum(a) participante auxilia a inserção e a “recuperação” de um novato(a) junto ao NA, dentre outros aspectos. Assim, a ajuda mútua circula, pois as pessoas se reconhecem a partir de uma situação semelhante, podendo, desta forma, se “recuperarem” juntamente com o apoio na “recuperação” do outro.

Esse conhecimento inicial a respeito da Irmandade de NA teve origem na pesquisa de campo realizada durante o trabalho de conclusão de curso, na graduação. O objetivo daquela pesquisa era compreender de que modo os membros da Narcóticos Anônimos trabalhavam a sua “recuperação” em relação ao uso de substâncias psicoativas, motivo para a busca dessa Irmandade. Ressalto que os termos “membro” e “recuperação” são referenciados dessa forma pelos próprios participantes da Irmandade, enquanto a noção de “substâncias psicoativas” será ainda problematizada nessa dissertação.

No início da pesquisa, ocupava-me em compreender as dinâmicas das reuniões do grupo que eu podia frequentar. Nas “reuniões abertas” permitiam a entrada de qualquer pessoa; já, nas “reuniões fechadas” apenas os membros participavam. Nesse sentido, o objeto específico era compreender as diferentes concepções de “recuperação”, da “adição” e as suas implicações na (re)organização da vida dos participantes de grupos de ajuda mútua.

Ainda nesse trajeto em Narcóticos Anônimos também me interessei em compreender de que modo os familiares, na lógica da ajuda mútua, lidam com a questão da “adicção” de pessoas que lhe são próximas. Para tanto, frequentei algumas reuniões abertas do grupo Familiar Nar-Anon (Irmandade de grupos de familiares e amigos de “adictos”), autossustentada e independente da NA. Na Nar-Anon os membros compartilham entre si a experiência comum de ter algum parente e/ou amigo na condição de “adicto”, e relatam a sua própria “recuperação” e não a do “adicto”, por se entender que a “doença” em questão (assim o uso de quaisquer substâncias é compreendido por este universo discursivo) atinge não somente o sujeito em si, mas também interfere em sua rede de relações pessoais. Esse trabalho de campo me possibilitou compreender que é a “adicção” de um familiar que mobiliza a participação do membro em uma reunião de Nar-Anon. Por outro lado, são as relações de ajuda mútua estabelecidas entre esses participantes e a sua própria “recuperação” que motivam a sua continuação nas reuniões. Dessa forma, independentemente dos familiares estarem “limpos”, sem o uso de substâncias psicoativas, as relações entre os membros de Nar-Anon de ajuda mútua, de “recuperação” e de aprendizados são o foco daquela Irmandade.

Nesses caminhos em reuniões abertas de grupos, também participei de algumas atividades promovidas pelos membros de ambas as Irmandades. A partir do acompanhamento em inúmeras reuniões, de conversas informais e de algumas entrevistas pude me aproximar de algumas das experiências de “recuperação”.

Aos poucos, fui me familiarizando cada vez mais com a Irmandade de Narcóticos Anônimos: as expressões e termos usados, os preceitos comuns da Irmandade e as atividades denominadas serviços com as quais os membros se envolvem. Entre as expressões, “recém-chegada” refere-se à pessoa que participa da reunião pela primeira vez, sendo considerada a pessoa mais importante daquela reunião; o termo “adicção” refere-se à condição compartilhada entre pessoas que se reconhecem com um problema comum advindo de um uso de “drogas” e, por isso, o termo “adicto”; a condição de “limpo”, que se refere ao tempo sem uso de nenhuma substância psicoativa, incluindo o álcool. O tempo de “limpo” se contrapõe aquele de uso, que é mencionado como “ativa” e se soma a uma participação nas reuniões e o envolvimento nos serviços da Irmandade.

A “recuperação” em NA se refere tanto a um tempo “limpo” — dias, meses, anos —, sem uso de substâncias psicoativas, como também a seguir e a vivenciar cotidianamente valores associados à Irmandade: honestidade, serenidade, humildade, mente aberta, boa

vontade... em oposição àqueles entendidos como característicos de um “adicto”: a obsessão, compulsão e o egoísmo. O tempo de “limpo” é comemorado pelos membros com a “troca de fichas”. Em uma espécie de chaveiro, as fichas possuem cores diversas e cada uma indica um tempo específico de “limpeza”. Quando esse tempo “limpo” se interrompe pelo uso de alguma substância psicoativa, tem-se o momento de “recaída”. Após um período de uso de substâncias, e com a volta do membro à Irmandade, o tempo “limpo” começa novamente a ser contabilizado e, conseqüentemente, as fichas são adquiridas.

Em relação aos seus preceitos, a Irmandade possui um conjunto de materiais —livros e folhetos informativos — que aborda a “adicação” e a “recuperação”. São, por exemplo, formas de lidar com a “recuperação”, a partir do que se pode evitar: hábitos, lugares e pessoas da “ativa”, e o que se pode buscar, como os “companheiros” da Irmandade. “Companheiro” é o termo utilizado para se referir ao outro que também é membro da Irmandade e que está na mesma condição: buscando e vivendo uma “recuperação”. Na literatura há o “Programa de Recuperação”, também conhecido como “Programa Espiritual”, o qual conta com os “12 Passos” e as “12 Tradições”² que estão presentes no “Livro Azul”. Os “12 Passos” se volta para um trabalho mais íntimo, para uma “recuperação” individual, e as “12 Tradições” são um estudo voltado à “recuperação” e à convivência coletiva. O “Poder Superior” faz-se presente diretamente em muitos dos “12 Passos” citados, além de circular nas ocasiões de serviço de “recuperação”, como é o caso dos painéis, que abordarei neste estudo. Além da literatura, os membros também lidam com a sua “recuperação” por meio da “Oração da Serenidade”³, a qual está integrada nas reuniões de grupos e se movimenta para diferentes espaços, como os painéis que acontecem na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada em Porto Alegre.

A condição comum da “adicação” compartilhada entre as pessoas é o que possibilita a realização de inúmeras reuniões de grupos localizados na cidade, e também a ajuda mútua entre os membros, além do sentimento de pertencimento a uma Irmandade. Isto porque as pessoas se reconhecem como iguais, pois compartilham da mesma condição de estar em “recuperação” incessante de sua “doença incurável” que as levou à Irmandade. Assim, o sentimento de pertencer à Irmandade se faz presente cotidianamente, na possibilidade de se

² Ambos estão em anexo na presente dissertação.

³ A “Oração da Serenidade” será trabalhada no capítulo 4 desta dissertação.

reconhecer na “partilha” do outro e também pela gratidão de estar “limpo”. Nessas reuniões de grupo, as pessoas se encontram, fazem amizades, “partilham” e se amadrinham.

Os serviços são as atividades voluntárias variadas com as quais os membros da Narcóticos Anônimos se envolvem. São compromissos temporários estabelecidos com a Irmandade, por exemplo: o encargo de secretário já mencionado anteriormente; a função de tesoureiro do grupo, quando um membro reúne os valores financeiros depositados voluntariamente pelos participantes na “sacola” que circula durante as reuniões; e o serviço de “transmissão da mensagem” em hospitais e instituições, cujos caminhos acompanhei na Penitenciária Feminina Madre Pelletier para a presente dissertação. Os serviços, como o nome já indica, implicam a prática de “servir” ao outro, pois, na Irmandade de Narcóticos Anônimos, servir é uma forma tanto de estar engajado na própria “recuperação” quanto de auxiliar a possível “recuperação” do outro.

Nesse trajeto inicial de pesquisa me aproximei da Irmandade de Narcóticos Anônimos, a partir da minha participação em reuniões abertas de grupos institucionais. Dentre as diversas possibilidades de pesquisa que este primeiro contato me permitiu vislumbrar, interessei-me em acompanhar os caminhos de um dos serviços em particular da NA em Porto Alegre, visando a dissertação de Mestrado: a “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina⁴, especialmente a partir da colaboração de uma mulher participante da NA e que se tornou a minha principal interlocutora de pesquisa⁵. Esse “tornar-se interlocutora de pesquisa” teve início quando nos conhecemos, em 2014, em uma reunião aberta de grupo, quando essa participante mantinha o encargo de secretária. Já sabia do seu envolvimento com os painéis na Penitenciária, por meio de contatos com outros membros, e por isso a procurei naquela reunião. A partir daquele momento, na condição de pesquisadora, seguiram-se diversas conversas, cafés, encontros e desencontros, caronas, novos “companheiros”, outro grupo da NA, telefonemas, relatos, perguntas, convites, ajudas, envoltos em muitas emoções conforme o tempo passava no trabalho de campo e na “recuperação”.

Esse serviço de “transmissão de mensagem” ocorre em inúmeros outros hospitais e instituições para além da Penitenciária Feminina, como comunidades terapêuticas e clínicas

⁴ Para evitar repetições utilizo Penitenciária Feminina ou Instituição para me referir à Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

⁵ Levando em conta o anonimato para a Irmandade de Narcóticos Anônimos optei por me referir a essa membro da NA como “interlocutora principal de pesquisa”, “interlocutora” ou “participante” da Irmandade, sem, contudo diminuir a importância da sua colaboração para a presente pesquisa.

de desintoxicação. O seu formato tem o nome de painel⁶, e se trata mais do que uma apresentação da NA. Os painéis são mobilizados no sentido de “levar a mensagem da Narcóticos Anônimos” a “quem não tem livre acesso a ela”, ou seja, as pessoas que estão “internadas”, na posição de “residentes”, e as reclusas, pessoas que, em sua grande maioria, não são membros da Irmandade. Esse serviço ocorre a partir de um trabalho coletivo entre, no mínimo, duas participantes⁷ da Irmandade, as quais se deslocam de suas residências e trabalhos profissionais, por exemplo, até a Penitenciária Feminina para transmitir a “mensagem de recuperação”.

As “partilhas” referidas anteriormente como constituintes das reuniões de grupos institucionais localizados em diferentes bairros na cidade de Porto Alegre são feitas nos painéis na Penitenciária Feminina, quando participantes da Irmandade fazem relatos biográficos para as reclusas frequentadoras desse serviço. Essas “partilhas” são e contêm a “mensagem de recuperação”, por isso, elas se movimentam a partir de uma já participante da NA em direção a uma pessoa que geralmente não faz parte da Irmandade naquele momento. Dessa forma, a “transmissão da mensagem” se trata, basicamente, de relatar a “mensagem da Narcóticos Anônimos”, de uma vida “limpa” e em “recuperação” em locais considerados importantes para recebê-la.

Os painéis se diferenciam das reuniões de grupos da NA porque não se tratam propriamente de reuniões da Irmandade, pois, dentre outras especificidades, as “partilhas” são realizadas por algumas pessoas: as participantes. Porém, um painel pode vir a se tornar um grupo da Narcóticos Anônimos, como aconteceu no Presídio Central da cidade de Porto Alegre, segundo o relato de alguns membros da NA. Tornar-se grupo significa a existência de reuniões regulares, de “partilhas” entre os presentes, de “trocas de fichas”, dentre outros aspectos.

Acompanhar os caminhos desse serviço de painéis na Penitenciária Feminina implicou movimentações também minhas enquanto pesquisadora: da Narcóticos Anônimos, no âmbito de seu Subcomitê de Relações Públicas localizado em Porto Alegre, até a Penitenciária, e novamente ao Subcomitê referido. Esse Subcomitê é uma instância de organização e de

⁶ Na dissertação vou me referir aos painéis também pelos termos: serviço e encontro.

⁷ Essas participantes da Irmandade são membros da Irmandade de Narcóticos Anônimos, e estão envolvidas com o serviço de painéis. As mulheres reclusas na Penitenciária Feminina e que frequentam os painéis são referidas como frequentadoras desse serviço, pois a sua grande maioria não é membro da Irmandade.

prestação de contas de painéis que ocorrem na cidade. Em suas reuniões ocorrem também os “treinamentos”, quando os membros presentes se preparam, por meio de uma dinâmica, para os próximos painéis que serão realizados.

A continuação do trabalho de campo e dos meus deslocamentos entre Irmandade e Instituição me fez problematizar algumas questões vindas da experiência de campo e relacionadas à ética na pesquisa.

Gostaria de refletir sobre a minha escuta antropológica dos relatos da interlocutora da pesquisa, e me refiro, aqui, às inúmeras ocasiões de nossos encontros, que se prolongaram por mais de um ano, seja após a realização de um painel na Penitenciária, em reuniões abertas de grupo, seja em horários e locais predefinidos. Nesses encontros, a história de vida da participante era o foco, ali conversávamos, ríamos, nos emocionávamos, e, principalmente, eu a escutava.

A fim de abordar antropológicamente o universo da pesquisa em questão, realizei algumas escolhas metodológicas que conduzem as reflexões propostas neste estudo. Inicialmente, inspirada na noção de “testemunho” de Venna Das, apresentada por Ortega (2008), quando considera como testemunhos os relatos feitos pelas vítimas no cenário de Partição da Índia (1947), tratando-se de “uma forma de dar conta das experiências” dessas vítimas, “sem deixar de atentar para o sentido do evento” (2008: 40), discorro sobre a relação de testemunho estabelecida em meu trabalho de campo.

O testemunho envolve o “estabelecimento de relação com o outro” (ORTEGA, 2008, p. 48), sendo assim, muito mais do que uma “ferramenta metodológica” (p. 40) implica recuperar o vivido. Dessa forma, receber um testemunho significa “perceber voz atrás das palavras” (p. 48), não em um sentido objetivo, mas na disposição da escuta. De acordo com o mesmo autor, referindo-se às experiências de pesquisa de Das (2008), os testemunhos ultrapassam uma sabedoria intelectual, sendo um modo de conhecer e de reconhecer a dor do outro, pelo próprio corpo de quem escuta.

Diante disso, gostaria de refletir sobre o valor da escuta perante os testemunhos da interlocutora da pesquisa. Mesmo os “testemunhos” não fazendo parte do referencial da Narcóticos Anônimos, compreendo que em nossos encontros foram produzidos mais do que locais de falas e de escuta, quando, para se testemunhar, é preciso a presença de uma testemunha, pois o testemunho precisa ser “escutado e inscrito” (ORTEGA, 2008). Também

se produziram possibilidades de se olhar e de se retomar um passado, de “ativa” a partir de um presente provisório de “recuperação”. Ou seja, se criou um espaço para constituir um testemunho, e, em alguma medida, uma “recuperação”.

Ainda ressalto o formato do Termo de Consentimento Livre Esclarecido em sua estrutura burocrática e normativa de uma regulamentação ética de pesquisa recomendada pelos comitês de ética para as ciências humanas que prevê, como consentimento do colaborador de pesquisa a sua assinatura. No Brasil, na área de antropologia, diversas obras já abordaram discussões da questão ética em pesquisa, tanto sobre a responsabilidade e os compromissos dos antropólogos, os impactos e implicações do seu trabalho, as relações entre pesquisadores e participantes de pesquisa, as vinculações das pesquisas em ciências humanas com o Ministério da Saúde e sua regulamentação, experiências de interlocução, reflexões teórico-metodológicas, dentre outras (VICTORA et al., 2004; FLEISCHER; SCHUCH, 2010; SARTI; DUARTE, 2013).

Nas circunstâncias em que são produzidos e vivenciados os testemunhos mencionados, esse Termo se torna diminuído a um papel e não mais a um documento, pois essa escuta ultrapassa seus limites formais. A possibilidade das relações construídas para que essa “escuta” se torne disponível, evidencia, na antropologia, “a vida social ativa” (SCHUCH, 2013, p. 33) da ética e o seu “constante reposicionamento” (p. 79).

A assinatura do Termo também pode significar uma “confissão” e, dessa forma, uma exposição de um uso no passado ou recente de substâncias psicoativas consideradas ilícitas (MACRAE e VIDAL, 2006; CARDOSO de OLIVEIRA, 2010). Além disso, o Princípio do anonimato, presente na 12ª Tradição da Narcóticos Anônimos: “O anonimato é o alicerce espiritual de todas as nossas Tradições, lembrando-nos sempre de colocar princípios acima de personalidades”, reforça a inviabilidade e a inadequação do Termo quando se está diante de uma Irmandade que preconiza o anonimato como proteção de seus membros.

Essa insuficiência do Termo continua quando em algum grupo institucional da NA localizado na cidade, se torna inviável diante do trânsito constante de membros entrando e saindo das reuniões, ocupá-los para além de conversas e apresentações sobre a minha pesquisa, e as suas autorizações para a minha permanência em sala, com um Termo escrito que exige a sua assinatura. Em transposição para a Penitenciária, e para as mulheres em situação de reclusão, também prevalece essa dificuldade, da dinâmica de entradas e de saídas constantes de mulheres, que ora se tornam reclusas e ora deixam a Penitenciária, da produção

de um possível cenário diferente de público a cada novo painel da Narcóticos Anônimos na Instituição.

Dessa forma, justifico a elaboração e a apresentação durante os painéis do Termo de Esclarecimento⁸. Nesse termo alternativo, assumo o compromisso e o dever diante das mulheres reclusas presentes no serviço de informá-las e esclarecê-las sobre a pesquisa e, dessa forma, obter o seu consentimento para a continuação do meu trabalho.

Pesquisar o serviço de “transmissão da mensagem” da Irmandade de Narcóticos Anônimos na Penitenciária Madre Pelletier, como não poderia deixar de ser, requer ir além do mais evidente. Mais do que pensar a Penitenciária como um espaço físico em que transitam funcionários ou visitas familiares, compreendê-la como um lugar onde se faz uma pesquisa, possibilita dar visibilidade a uma Instituição referência quando se trata de “crime por tráfico de drogas”, considerando-se que é este o motivo jurídico da prisão da maioria das mulheres, hoje, no Brasil, e que apresenta um aumento exponencial em sua população⁹.

No caso do serviço de “transmissão da mensagem” da Irmandade na Penitenciária é preciso entender o que está adiante das reuniões diárias de seus grupos institucionais. Os painéis movimentam os membros para outros espaços, carregam a mensagem da NA e assim trabalham de alguma forma a “recuperação”. Refletir sobre esses caminhos do serviço de painéis é se aproximar das formas de expansão da Irmandade e do seu retorno para as reuniões de grupo da cidade. A participação das mulheres da NA em salas de reuniões da Irmandade é grande e persistente, porém, minoria se comparada à dos homens. Lançar o olhar para a sua participação no serviço de painel é valorizar o lugar que estão ocupando que se tratando de um serviço na Penitenciária Feminina, que apenas elas poderiam realizar.

A partir desse cenário complexo e repleto de questionamentos, ao longo deste estudo procurei compreender como ocorrem os caminhos do serviço da “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina, e como ele pode ser significado para as mulheres envolvidas em sua realização. Em outras palavras, quais são os percursos da “transmissão da mensagem” e os elementos que circundam e permitem a sua efetivação? O presente estudo tem como objetivo acompanhar os caminhos de um serviço em Hospitais e Instituições (HI) da

⁸ O Termo de Esclarecimento se encontra em anexo nessa dissertação.

⁹ Informações consultadas no documento “*Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN MULHERES – Junho de 2014*” do Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/03/14/apresentacao-detalhada-do-infopen-mulheres>.

Irmandade de Narcóticos Anônimos (NA) na cidade de Porto Alegre, RS, que consiste na “transmissão da mensagem”, que ocorre na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em que mulheres membros da NA se deslocam até a Instituição para “levar a mensagem de recuperação da Narcóticos Anônimos” às reclusas.

Metodologicamente, como já mencionei, contei com a colaboração de uma mulher membro da Narcóticos Anônimos que se tornou a minha principal interlocutora na pesquisa, com a qual realizei entrevistas em profundidade e mantive conversas. Essas conversas foram, na grande maioria das vezes, gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas, pois, tinha-se o objetivo de percorrer a sua história de vida. Nos nossos encontros, muitas vezes levava perguntas ou dúvidas por escrito, e a partir dali conversávamos. Outras vezes, as conversas se prolongavam após um painel, em momentos em que, ao escutá-la, tive a impressão de que o painel estava em continuação, na rua, no trânsito, ou nos cafés. A partir do contato com essa participante, pude conhecer outras e ser apresentada aos membros engajados em diferentes serviços da Irmandade.

As entrevistas realizadas com outras mulheres participantes foram semiestruturadas, algumas vezes gravadas, e pré-agendadas. Outras vezes aconteciam de forma não planejada, em momentos anteriores ou posteriores às reuniões abertas de grupo das quais eu participava. Em algumas situações essas entrevistas se tornaram coletivas, mas, na grande maioria das vezes, eram individuais. Nas reuniões abertas e de serviço, eventos festivos e de serviço dos quais participei, a principal técnica de pesquisa utilizada foi a observação participante que, posteriormente, era relatada no diário de campo. Já, no ambiente penitenciário, a técnica de pesquisa durante os painéis, entre as reclusas, era exclusivamente a observação participante.

No âmbito da Irmandade também participei de inúmeras reuniões abertas, reuniões de serviço no Subcomitê já referido, e realizei entrevistas com homens e principalmente mulheres. Na Penitenciária realizei entrevistas com duas agentes penitenciárias, uma assistente social¹⁰ e mantive conversas com pessoas da direção dessa Instituição.

Assim, a constituição desta pesquisa, desde os caminhos do trabalho de campo, os caminhos dos debates teóricos e os da própria “mensagem” da Irmandade de Narcóticos Anônimos, está organizada, na presente dissertação, na forma que segue.

¹⁰ Para estes casos utilizei do Termo de Consentimento Livre Esclarecimento, o qual se encontra em anexo na presente dissertação.

No primeiro capítulo, apresento a Irmandade de Narcóticos Anônimos, seu percurso histórico, organização e funcionamento, levando em conta debates da ciência e do Estado sobre “substâncias psicoativas” e diferentes abordagens e definições sobre esse termo. O objetivo é mostrar como os diversos serviços da NA movimentam os membros, em um sentido de expandir e de refazer a Irmandade constantemente. Em especial, descrevo os caminhos de um serviço específico, o qual conecta o Subcomitê de Relações Públicas aos painéis na Penitenciária Feminina. Esse serviço consiste na “transmissão da mensagem” e dos seus caminhos na Penitenciária que é o assunto do segundo capítulo da dissertação.

No segundo capítulo apresento uma breve introdução bibliográfica sobre trabalhos clássicos e mais recentes que tratam sobre Penitenciárias, mais precisamente sobre sua espacialidade. Com isso relato como o trabalho de campo me possibilitou compreender o sentido dos atravessamentos que percorrem a Penitenciária Feminina quando se trata do serviço de “transmissão da mensagem”.

No terceiro capítulo discorro sobre os movimentos e as idas e vindas, com foco nos painéis da Narcóticos Anônimos na Penitenciária. Relato, desde as autorizações para a minha entrada na Instituição, o funcionamento da Penitenciária nas movimentações das galerias, reclusas e agentes penitenciárias, até os elementos acionados na Instituição e na Irmandade que permitem a realização de painéis. Esse capítulo finaliza com uma descrição dos painéis, ressaltando, mais uma vez, as movimentações e os trânsitos quando se trata de Penitenciária Feminina e da Irmandade de Narcóticos Anônimos.

Finalizo a dissertação no quarto capítulo, com a apresentação da história de vida da interlocutora principal da pesquisa, pois essa biografia revela diversos aspectos deste estudo, desde a mobilização para o início da participação na Narcóticos Anônimos até os serviços da Irmandade. Essa história de vida permite perceber tanto os movimentos dos tempos da “ativa” e da “recuperação” quando se tem como horizonte a “recuperação”, quanto os significados dos painéis para a “recuperação” para a interlocutora da pesquisa.

Nas considerações finais retomo diferentes dimensões que os caminhos da “transmissão da mensagem” foram assumindo durante a realização do trabalho de campo. Apresento o caráter de movimento da “transmissão da mensagem”, sua proposta única de “recuperação”, mas também suas formas práticas: provisória e imprevista. Destaco algumas direções que outras pesquisas poderiam tomar, levando em conta a inter-relação entre Penitenciárias e substâncias psicoativas.

1 NARCÓTICOS ANÔNIMOS: “RECUPERAÇÃO” EM MOVIMENTO

Neste capítulo, o objetivo é o de apresentar a Irmandade de Narcóticos Anônimos desde a sua origem até suas formas de organização e de engajamento na realização dos serviços que presta, pois, para fins desta dissertação, procurei acompanhar os caminhos de um desses serviços em especial. Muitos serviços ocorrem entre seus membros, na vivência de sua “recuperação”; e outros serviços se fazem mais diretamente em um sentido de expansão e de transbordamento da NA, envolvendo possíveis novos membros. Tenho como interesse de pesquisa principalmente esse último caso, quando os serviços da Narcóticos Anônimos, especialmente os Painéis em Hospitais e em Instituições na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, estão em movimento. Ou seja, o funcionamento da NA se faz pelos serviços prestados, quando diferentes encargos e funções assumidos, temporariamente, por membros da Irmandade produzem, a partir de deslocamentos, “recuperação”, ajuda mútua e expansões da Narcóticos Anônimos.

Para melhor entendimento do que pretendo relatar, inicialmente apresento alguns debates entre ciência e Estado sobre a definição de “substâncias psicoativas” para, em sequência, citar diferentes noções presentes na literatura atribuídas aos usos de substâncias psicoativas¹¹, especialmente em relação aos usos recreativo, medicamentoso e biomédico. Diante desse panorama centralizo a discussão sobre os usos que mobilizam o indivíduo a participar dos grupos da Irmandade de Narcóticos Anônimos, pelos quais circulei para a realização da minha pesquisa. Assim, localizo, historicamente, os grupos de ajuda mútua, mais especificamente o da Narcóticos Anônimos, e também suas organizações e expansões, as quais possibilitam a produção do serviço de “transmissão da mensagem” em Hospitais e Instituições (HI).

A importância da Irmandade de Narcóticos Anônimos, em seu percurso histórico e nos movimentos dos seus participantes nas ações dos serviços prestados pela Irmandade, implica compreendê-la como inacabada e constantemente refeita pela mútua ajuda presente desde sua origem até o tempo atual nos serviços.

¹¹ Mesmo que não seja o objetivo da presente pesquisa, vale ressaltar as discussões sobre a difusão dos usos ritualizados da “ayahuasca” presentes em inúmeros estudos, dentre os quais se encontra a Coletânea: “O uso ritual da Ayahuasca” organizada por Labate, B. e Araújo, W. (2002).

1.1 SABERES DO ESTADO E DA CIÊNCIA NA DEFINIÇÃO DE “SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS”

Os diferentes usos de substâncias psicoativas acompanham a história humana, de múltiplas formas (PICCOLO, 2001; MACRAE, 2001), podendo, por meio de diversas mudanças, um tipo de uso se inserir em outro contexto de significados. Portanto, diferentes práticas estão implicadas na expressão “uso de psicoativos”, e essas práticas correspondem a um encontro entre substância, indivíduo e contexto sociocultural (LOECK, 2011a; LOECK e LEAL, 2010). Dentre as possibilidades para se pensar sobre formas de lidar com o uso de substâncias psicoativas, a biomedicina, de acordo com Loeck (2009), dominou durante muito tempo o discurso e a prática desse saber, emitindo, com algum privilégio, os “discursos de verdade” sobre ele.

A substância psicoativa é compreendida por muitos autores em termos de uma definição contextual e não *a priori*, em uma dimensão que considera os efeitos de sua interação com as pessoas. Mesmo assim, leis e acordos internacionais tendem a cristalizar as discussões, tanto resumindo um debate político e mais amplo para o termo “droga” quanto incitando uma definição negativa. Assim, cito algumas pesquisas que apontam, de forma crítica, para essas definições de substâncias psicoativas, seja ampliando sua descrição, ou em uma análise da proibição pautada na diferenciação entre “drogas” e fármacos, pelo conceito de “dispositivo de drogas”, por uma afirmação a partir da trajetória do proibicionismo da sua estabilização atual, e também pela posição saber-poder reivindicada pela ciência médica.

Vargas (2000) amplia a definição de “drogas” para outras categorias antes resumidas apenas em substâncias que produzem alterações psíquicas ou corporais, de controle e de repressão do Estado. Agora também estão incluídos nessa categoria os “alimentos-droga” e os denominados medicamentos ou fármacos. Para o mesmo autor, as “drogas” são objetos sociotécnicos¹² que permanecem indeterminados até o momento em que produzem agenciamentos.

Ainda de acordo com Vargas, a perspectiva de proibição do consumo de algumas substâncias denominadas de “drogas” – como as citadas há pouco, no seu sentido mais amplo – não é recente. Porém, a proibição de particulares substâncias – aquelas contidas na

¹² Inspirado em uma discussão mais ampla de Deleuze e Guattari (1997), Vargas utiliza objetos sociotécnicos para se referir as diferenças relacionais e não as intrínsecas quando se remete as “drogas”.

percepção do “problema de drogas” – é “contemporânea da partilha moral entre drogas de uso ilícito e drogas de uso livre” (2008: 54). Dessa forma, as políticas das “drogas” estão marcadas por uma distinção “natural” da partilha entre “drogas” e fármacos, sendo objeto de repressão as de uso não médico e rotuladas de psicoativas. Essas se tornaram preocupação do Estado, foco e objeto de saberes e práticas diversas, apenas no século XX (FIORE, 2008).

As políticas repressivas contra o uso criminalizam tanto a produção quanto o “tráfico” e têm como alternativas oficiais o endereçamento para clínicas de tratamento, no caso de uso, e para instituições prisionais quando se trata de “tráfico” — Lei brasileira de 2006. Essa repressão a um tipo de uso, somada à incitação a um consumo fármaco, é uma questão percebida por Vargas (2008) como automaticamente ligada à criminalização das “drogas” e à invasão farmacêutica de mercado. A essa relação paradoxal – de repressão e ao mesmo tempo de estímulo - o autor denomina “dispositivo das drogas”, quando a droga ilícita consumida, por exemplo, a cocaína, é resultado de uma produção em laboratórios químicos advinda, inicialmente, de demandas biomédicas. A questão da “guerra contra as drogas”, segundo Vargas (2000), faz-se visível na intervenção bélica do Estado e também em nível internacional.

De acordo com Rodrigues (2008), a estabilização do proibicionismo em normas internacionais é atual, pois, no século passado as “drogas psicoativas” não eram alvo de regulamentação legal. O autor percorre acontecimentos desde as Guerras do Ópio, no século XIX, até a Convenção Única sobre Entorpecentes, ocorrida em 1961 e organizada pela Organização das Nações Unidas, nos Estados Unidos, para afirmar as trajetórias que constituíram hoje o proibicionismo enquanto tal. Desde a resistência do governo chinês ao livre mercado do ópio em seu território, produzido pelas companhias ocidentais britânicas, e, posteriormente, a “Lei Seca” dos Estados Unidos, de 1919, com duração até os anos 1930, são marcos desse caminho. A “Lei Seca”, de caráter proibicionista, abrangeu, de acordo com o autor, a produção, circulação, armazenagem, venda, importação, exportação e consumo de álcool em todo o território daquele país. É importante salientar que a “Lei Seca” foi resultado histórico de diversos empreendimentos científicos e sociais que se constituíram à luz da moral vitoriana do século XIX, como foi o caso exemplar das sociedades de temperança dos EUA formadas por mulheres que combatiam o uso do álcool em prol do bem-estar familiar e social.

As consequências dessa Lei no cenário dos Estados Unidos são uma continuação desse trajeto proibicionista. Dentre seus efeitos estão: a criação de um mercado ilícito, de uma nova

categoria de crime e de criminosos, e a continuação de um tipo de consumo. Dessa forma, houve o crescimento da lista de “drogas proibidas” e uma invenção do narcotráfico enquanto tal no cenário dos Estados Unidos da América. Rodrigues (2008) contextualiza essa política em um período de consolidação do *status* médico, de uma definição da ciência médica ocidental como legítima e detentora de um saber e de uma prescrição legal. Assim, os envolvidos com as substâncias proscritas eram passíveis de punição e se tratava daqueles grupos sociais já associados de alguma forma à “periculosidade” e, portanto, seriam os prováveis contidos pelo Estado. O proibicionismo estava, então, articulado à função de disciplina desses grupos: pobres, imigrantes, negros.

É importante ressaltar que a Convenção Única sobre Entorpecentes, já referida implantou o proibicionismo nos parâmetros atuais, sendo esses os de punição tanto para a produção quanto para a venda e o consumo. E em 1972 esse país declarava a “droga” um ameaçador inimigo que precisava ser combatido. Esse discurso possibilitou mundializar o narcotráfico como uma questão de segurança internacional.

O paradigma do proibicionismo, de acordo com Fiore (2012), estabeleceu os limites arbitrários de usos, entre o legal e o ilegal, marcando decisivamente a questão das “drogas” na contemporaneidade. Esse empreendimento, segundo o autor, é produto de diversos fatores, desde a ética e a política puritana estadunidense, ao grande impulso da indústria médico-farmacêutica pela monopolização da produção de “drogas”, e também a aparente desordem urbana. O modelo definido por essa Convenção dividiu as “drogas” proscritas em listas, de acordo com o seu “potencial de abuso”, e o Estado assumiu a reivindicação na promoção constante dessas interdições por meio de punições.

Em conjunto com o Estado, a medicina, em relação ao estatuto das “drogas”, assume seu papel tanto para autorizar e qualificar algumas quanto para desautorizar e desqualificar outras. Dessa forma, o discurso médico defende um ideal de saúde como sinônimo para o incentivo ao consumo medicamentoso e o desestímulo ao consumo não medicamentoso (VARGAS, 2000).

A ciência médica, diz Fiore (2008), atua para além da imposição de regras ou prescrições. Como um saber-poder, mas nem por isso homogênea, outras pessoas participam dela, além de médicos e de cientistas, em uma sociedade medicalizada. Trata-se de uma sociabilidade, de um compartilhamento de valores e de dilemas. O discurso médico tem como pressuposto a negatividade atribuída ao consumo de “drogas” de determinada natureza, fato

que o autor considera uma controvérsia devido à existência, por parte dos “usuários”, de um aparente consenso sobre a relação entre esse tipo de prática de consumo e os seus prazeres consequentes.

Para Fiore (2008), a economia médica concebe discursivamente o tipo de prazer pelo consumo de “drogas” em um regime de verdade, ilusório ou artificial, em oposição a um tipo de prazer que seria o “normal”. O caráter ilusório ocorre devido ao perigo de uma progressão de uso até a autodestruição, e o domínio da artificialidade ocorre pela concepção farmacológica do prazer, ou seja, por acionamentos e desajustes artificiais. O conceito de risco – de um saber médico de previsão, e de cálculos estatísticos – não é o utilizado para o debate público sobre “drogas”. No centro desse debate, o sentido do risco não é o de uma análise sobre os seus cálculos, mas a de uma ameaça e de um perigo inerente ao uso, o qual é contido por pressupostos negativos.

Os controles de usos expostos até aqui se fundamentam em uma definição específica de substâncias psicoativas. Além deles, MacRae (2001) salienta um tipo de controle que ultrapassa a esfera das leis, que são os casos dos autocontroles e dos controles de pessoas da própria sociabilidade do “usuário”. Nesses casos, ter-se-ia a regulação de práticas pela mobilização da rede de sociabilidade, e as leis atuariam apenas para as situações-limite.

A seguir, apresento brevemente trabalhos acadêmicos que ressaltam os diferentes significados das substâncias psicoativas, desde medicamentos e fármacos até seus usos recreativos.

1.2 “SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS”: DIFERENTES SIGNIFICADOS

As substâncias psicoativas podem ser consideradas a partir de uma perspectiva do mercado de tratamento e da prescrição médica. Trata-se de um uso constante de medicamentos, de corpos entendidos inerentemente doentes, de acordo com Dumit (2012). Esses usos de medicamentos têm o objetivo de antecipar diagnósticos, de antever problemas de saúde, de trabalhar com a ideia de prevenção, em um cenário de influência dos ensaios clínicos como fomentador do crescimento dos tratamentos farmacêuticos, a partir da metade do século XX, nos Estados Unidos. Dessa forma, os “consumidores-pacientes ideais” são aqueles ativos e responsáveis por seus tratamentos médicos, em uma situação de crescimento da indústria da saúde. Os consumidores passam a atuar, cada vez mais ativamente, em busca

de aperfeiçoamento cognitivo, de uma “pessoa farmacêutica” que “ingere” as personalidades desejadas (Martin, 2006). Nesse mesmo sentido, os sociólogos Williams, Martin e Gabe (2011) citam o conceito de “farmaceuticalização” para acentuar a expansão de fármacos mediante invasão da mídia na indústria farmacêutica. Na Antropologia as ideias de “pharmaceuticalization” e de “medicamentation” tem sido alvo de reflexão recorrente por João Biehl¹³ desde o início dos anos 2000.

Rosana Castro (2012), a partir de uma revisão bibliográfica sobre as diferentes abordagens dos estudos sobre medicamentos na antropologia, mostra um deslocamento de foco desde os significados dos medicamentos para as relações e as conexões em que os mesmos estão envolvidos. Dessa forma, se está diante de uma perspectiva em que o medicamento não existe anteriormente as associações que lhe estão implicadas. Daniela Manica (2012), tendo como objeto de pesquisa os medicamentos industrializados, também salienta a importância de se pensá-los inseridos em um “modo de existência próprio”, em redes e em relações.

Existe um conjunto de pesquisas voltado aos significados dos usos de substâncias psicoativas consideradas ilegais, além da questão de medicamentos. Nessas pesquisas, os autores abordam desde os temas de rotulações de um comportamento “desviante” e os aprendizados sobre os usos e suas sensações (BECKER, 1971; 1977), até a experiência de um uso considerado enriquecedor sob determinadas condições, ou de um uso que condiz com uma “vivência integrada à sociedade” (VELHO, 1975; MACRAE, SIMÕES, 2000; FIORE, 2013), compreendida como um modo próprio de engajamento no mundo (VARGAS, 2006, 2008). Tratam também dos tipos de sociabilidade e de interação (GOMES e ADORNO, 2011), de um uso próximo a de um ritual (GREGIS, 2002), uma experiência não definida de antemão como negativa (LOECK, 2001a) e, por fim, como presente nas atividades cotidianas dadas algumas condições (PICCOLO, 2001). A recorrência de estudos brasileiros sobre os usos de substâncias psicoativas na área da antropologia e da sociologia é atual. MacRae (1994) contextualiza a situação do país na década de 1990, considerando escassos os estudos existentes sobre algumas especificidades do uso no Brasil.

Diferentemente do caráter de “sociabilidade” e de outros significados de usos que se aproximam com uma noção de integração no consumo, alguns estudos acadêmicos realçam a categoria de “dependência química”. Exemplo disso é o estudo comparativo entre instituições

¹³ Ver: Biehl, 2004; 2005; 2007; 2008, entre outros.

de atendimento a “usuários” da cidade de Porto Alegre, RS, realizado por Ribeiro (1999), o qual constata diferentes atuações e propostas. Trata-se de uma linha centrada na adesão a um sistema de valores já existentes, e de outra perspectiva que incentiva uma ressignificação individual das experiências vividas.

A categoria de “dependência química” é trabalhada por Loeck (2014) no âmbito de uma análise das políticas públicas nacionais, as quais tratam, de alguma forma, sobre as estratégias da redução de danos e da abstinência. O autor revelou a existência de itinerários terapêuticos por meio de histórias de vida de pessoas que vivenciaram sua própria rede de cuidado para lidar com a “dependência química”, a partir da ideia de cuidado como processo. Esse cuidado pode ou não englobar diferentes atores sociais institucionais e, portanto, heterogêneos. Dessa forma, Loeck conclui que as políticas públicas direcionadas ao atendimento de pessoas que utilizam substâncias psicoativas, no que se refere à abstinência, revelam a existência de um conjunto de categorias generalizantes aplicadas a esses indivíduos, silenciando-os, pois não consideram as expressões próprias dos indivíduos sobre aquela experiência. Tais políticas não evidenciam o modelo de políticas de redução de danos, mesmo que esse modelo seja considerado a principal ferramenta e diretriz no âmbito dos documentos das políticas públicas do país. Esse contexto terapêutico produz, assim, a *alteridade patológica* (LOECK, 2014: 257), ou seja, aquela perspectiva que define o outro e permite sua atuação apenas por meio de referenciais da própria abordagem, da “dependência química”.

Dentre as estratégias encontradas pelas pessoas que pretendem lidar com seus usos de substâncias psicoativas encontra-se a Irmandade de Narcóticos Anônimos. De acordo com Loeck (2006), são considerados membros da Narcóticos Anônimos as pessoas que entendem o consumo de “drogas” como uma dimensão totalizante da vida e de forma englobante, no sentido, por exemplo, de afetar negativamente as suas relações familiares, o trabalho profissional, as conquistas materiais, assim por diante.

Dessa forma, apresento, a seguir, as concepções arraigadas na origem de grupos de ajuda mútua, sendo a Irmandade de Alcoólicos Anônimos pioneira na utilização dos “12 Passos”, nos quais a Irmandade de Narcóticos Anônimos também se fundamentam.

1.3 OS GRUPOS DE AJUDA MÚTUA: UM PERCURSO DESDE OS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

Os grupos anônimos de ajuda mútua são extensos e diversos, tendo em comum o “Programa de 12 Passos” dos Alcoólicos Anônimos. De acordo com Loeck (2009: 63), esses grupos “partem de um pressuposto essencial: o de que a identificação e o compartilhamento de experiências entre pessoas acometidas por uma mesma condição tem grande valor terapêutico”. Essa condição é variada, tendo o seu início com Alcoólicos Anônimos, a partir do qual surgiram, entre outros, os Neuróticos Anônimos e os Narcóticos Anônimos. E no intuito de tratar de diferentes questões e experiências, foram surgindo diversos grupos, por exemplo: Introversos Anônimos, Dependentes de Amor e Sexo Anônimos, Comedores Compulsivos Anônimos, Fumantes Anônimos, Jogadores Compulsivos Anônimos, Mulheres que Amam Demais Anônimas, Codependentes Anônimos, Devedores Anônimos, Neuróticos Anônimos e Narcóticos Anônimos (TROIS, 1998; CAMPOS, 2000; CARDOSO, 2006; TADVALD, 2006).

A origem desse programa específico de “12 Passos” comum aos grupos de ajuda mútua remonta à experiência espiritual de um pastor protestante, quando adotou para si características de pureza, amor, altruísmo e honestidade. A fundação de um grupo religioso com tais valores, no ano de 1860, por esse pastor obteve o nome de Grupo Oxford, cujo crescimento atingiu um alcoolista que estava em busca de tratamento. Assim, posteriormente, esse fato foi fundamental para a criação dos Alcoólicos Anônimos. Outra pessoa influenciada pelo Grupo Oxford foi Bill Wilson, porém, para esse participante, o grupo não era suficiente para grande parte dos alcoolistas, os quais não conseguiam se abster do uso de álcool. Os motivos variavam desde uma resistência aos aspectos adotados pelo pastor protestante, entre os quais a pureza e altruísmo, e também pelo fato de o Grupo Oxford não abarcar outras denominações religiosas (CARDOSO, 2006; TADVALD, 2006).

Ainda segundo Cardoso (2006) e Tadvald (2006), a partir do encontro entre Wilson e Bob Smith, em 1935, ambos frequentadores do Grupo Oxford devido ao uso de álcool, formou-se o primeiro grupo de Alcoólicos Anônimos (AA), quando se engajaram no trabalho de “recuperação” de outras pessoas em um Hospital na cidade de Akron, Ohio, naquele ano. A expansão dos AA teve seguimento com a publicação do livro *Alcoólicos Anônimos* (“Livro Azul”), com o aumento do número de membros e com a posterior publicação das “12 Tradições”. No Brasil, o primeiro grupo da Irmandade de Alcoólicos Anônimos data do ano de 1947 (CAMPOS, 2008), em um contexto internacional de Pós-Segunda Guerra Mundial, da preponderância política cultural dos Estados Unidos e da conseqüente valorização dessa

Irmandade por parte desse país. Essa conjuntura estava associada à onda de expansão dos Alcoólicos Anônimos para os países latino-americanos (TADVALD, 2006).

O Grupo Oxford, com os seus valores — por exemplo, a entrega e a orientação de um Deus, a reparação às pessoas por prejuízos causados a elas —, influenciou a formulação dos Passos da Irmandade de Alcoólicos Anônimos, que também utilizou a sua metodologia: simplicidade tanto das reuniões quanto do próprio Programa. Além disso, de acordo com Cardoso (2006), a abstinência preconizada nessa Irmandade está relacionada ao protestantismo dos Grupos Oxford. O protestantismo, segundo Cardoso, também está presente na “recuperação” dos participantes da Narcóticos Anônimos, como representação social no interior da Irmandade, pois salientam o trabalho profissional, fundamental para a ética protestante que demarca essa Irmandade.

Importantes pesquisas acadêmicas se debruçaram sobre diferentes aspectos em Alcoólicos Anônimos, Irmandade pioneira no tipo de ajuda mútua pautada nos preceitos dos “12 Passos”, por exemplo, em relação à questão específica de gênero (TADVALD, 2006), quando foi percebida não apenas uma participação baixa de mulheres nas reuniões da Irmandade, mas também a associação entre as reuniões de Alcoólicos Anônimos e o bar, ambos ambientes de sociabilidade masculina. Assim, estava presente a necessidade dos aspectos de “virilidade” e de “força” para se suportar os conteúdos das reuniões, somada a uma ideia de falência financeira – responsabilidade e obrigação no papel de provisão e sustento do ambiente doméstico pelo homem (CAMPOS, 2008) - como impulsionador da participação desses na Irmandade. Esses estudos se referem ao bar como espaço de sociabilidade e de interação masculina¹⁴, de modo que a participação nesses grupos de ajuda mútua significava a manutenção desses tipos de relações e de vivências entre homens.

Os Alcoólicos Anônimos também foram estudados a partir da dimensão da responsabilidade individual pelo “controle”, pelo “cuidado”, pela gestão da doença, e pela “recuperação”, ultrapassando o paradigma médico de uma possível “cura”. De acordo com Campos (2005, 2008), são grupos de pessoas da Irmandade de Alcoólicos Anônimos que, por meio da troca constante de experiências, lidam com as suas aflições relacionadas ao alcoolismo. A concepção dessa Irmandade afirma que a pessoa é portadora de uma “doença

¹⁴ A dissertação de mestrado intitulada: “De bar em bar: Identidade Masculina e Autossegregação entre Homens de Classes Populares” (1991), de Denise F. Jardim trata do bar como espaço de sociabilidade e interação masculina.

crônica e fatal”, progressiva, fazendo sentido, então, a admissão da existência de um problema específico – a condição do alcoolismo – para um modelo terapêutico de tratamento mútuo de ajuda e de princípio da abstinência.

O contexto da Irmandade de Alcoólicos Anônimos, de acordo com Campos (2005, 2008) se estrutura em uma valorização dos laços e relações sociais da “família” e do reconhecimento do “trabalho”, distantes daqueles da época da “ativa”, da rua. O autor se refere ao termo “biomoralidade” para tratar dessa forma específica “de gestão da própria vida”, em um cuidado de si e reconstrução da sua própria identidade que está coadunado com a noção de gestão coletiva da saúde, de uma “recuperação” e restauração das relações familiares.

A Irmandade de Neuróticos Anônimos, também influenciada pelos preceitos dos “12 Passos”, tem origem em 1963, sendo a condição de “neurose” a situação comum compartilhada entre os membros. O termo neurose não é utilizado no seu sentido científico, mas sim guiado por uma qualificação de “neurótico em recuperação”, considerando-se a presença de dependência e de sofrimento emocionais (TROIS, 1998: 132).

A Irmandade de Narcóticos Anônimos teve a sua primeira reunião no ano de 1947, em uma experiência política de saúde pública do governo federal na cidade de Lexington (EUA), que posteriormente fracassou. Em 1953, devido a não identificação de pessoas “adictas” em reuniões de Alcoólicos Anônimos ocorreu, com o estímulo dessa última Irmandade, a fundação da Narcóticos Anônimos. Posteriormente, a NA conseguiu a licença para a utilização adaptada das literaturas fundamentais de AA: os “12 Passos” e as “12 Tradições”. Principalmente houve uma expansão do Primeiro Passo de AA (“Admitimos que éramos impotentes perante o álcool - que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas”) para a realidade de NA: “admitimos que éramos impotentes perante as drogas”, e assim por diante (LOECK, 2009)¹⁵.

No ano de 1983, ocorreu a primeira publicação do “Texto Básico” da NA, e o seu crescimento atingiu centenas de países. No Brasil, em 1985, de acordo com Loeck (2009), foi fundado o primeiro grupo da Irmandade de NA. Segundo Cardoso (2006), a formação desse grupo está atrelada a adesão de outros grupos e associações, entre os quais o dos

¹⁵ Como consta em sua dissertação de mestrado, intitulada: “Adicção e Ajuda Mútua: Estudo Antropológico de Grupos de Narcóticos Anônimos na cidade de Porto Alegre (RS)”.

“Toxicômanos Anônimos”, e teve uma grande expansão nos anos 1980. Assim, o crescimento da Irmandade pode ser percebido a partir da década de 1970 pelo constante registro de grupos e sua incorporação na unidade máxima de NA, conhecida como World Service Office (WSO). Esse desenvolvimento também foi notório pela publicação, na década de 1980, do “Texto Básico”, conhecido como Livro Azul da Narcóticos Anônimos, com intensa circulação entre os membros, o qual contém os “12 Passos” e as “12 Tradições” da NA.

1.3.1 Entre os Grupos de Ajuda Mútua e para além deles

Como já referi no meu trabalho de conclusão de curso (CUOZZO, 2013) e notei na continuação do meu trabalho de campo para esta pesquisa, alguns membros da NA podem participar de mais de um grupo de ajuda mútua. A partir das entrevistas individuais localizei mulheres que participavam tanto dos grupos da Alcoólicos Anônimos quanto dos grupos da Comedores Compulsivos Anônimos, podendo, a partir da sua participação nesses grupos, terem se iniciado nos grupos da Narcóticos Anônimos. Essa circulação ocorria com uma afinidade e frequência maior em alguns grupos, com um distanciamento temporário em outros, ou ainda mediante a presença em reuniões de duas Irmandades diferentes. Esse movimento pode continuar em uma direção que ultrapassa os grupos de ajuda mútua, na utilização, em um período de tempo específico de “recuperação” no grupo da Narcóticos Anônimos, de medicamentos prescritos e de acompanhamentos em atendimentos psicólogos e psiquiatras. Conforme consta no último capítulo desta dissertação, a respeito dos percursos entre passado e presente da interlocutora principal desta pesquisa, a sua biografia, enquanto membro de NA, se faz constantemente por meio desses movimentos.

Também percebi, em minha pesquisa de campo, além de um trânsito em diferentes grupos de ajuda mútua por parte de algumas mulheres membros da Narcóticos Anônimos, um envolvimento de uma participante da NA com a política de redução de danos.

O Projeto de Redução de Danos esteve vinculado ao programa de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, inaugurado na cidade de Porto Alegre, RS, no início da década de 1990, em um contexto considerado de usos intensos de substâncias psicoativas injetáveis. A entrevistada, acima mencionada, disse que a sua participação nesse projeto iniciou em 2010, e que é desvinculado de sua participação na Irmandade de Narcóticos

Anônimos da qual é membro há mais de 20 anos¹⁶. Na ocasião do seu trabalho no Projeto de Redução de Danos a situação do projeto havia se alterado, pois não se tratava mais de um índice elevado de usos de substâncias psicoativas injetáveis e também, de acordo com a entrevistada, tratava-se de um projeto focado no objetivo de alcançar o acesso a saúde do “usuário” de forma mais ampla, como a realização de exames clínicos e de prescrição de medicamentos. O projeto atuava também no sentido de resgatar, nas suas palavras, “a autoestima do mesmo, provocando uma valorização de si e do autocuidado”.

Nesse sentido, refletir sobre a Irmandade de Narcóticos Anônimos possibilita perceber movimentos desde um percurso histórico de expansão da Alcoólicos Anônimos e dos “12 Passos” até uma circulação de pessoas entre as diferentes Irmandades. Esses movimentos ressaltam a condição comum compartilhada, vivida em cada Irmandade, e que se conecta com as demais pelo fato de o eixo norteador conter os princípios dos “12 Passos”, e também as localizações temporárias e simultâneas de pessoas em diversas Irmandades e projetos.

A seguir apresento, brevemente, os “12 Passos”, em sua forma específica da Irmandade de Narcóticos Anônimos. O trabalho desses Passos, além de revelar as noções de fluidez e de movimento pela forma com que cada membro os estuda, está fortemente relacionado ao serviço de “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina, cujos caminhos acompanhei para a presente pesquisa.

1.3.2 Passos para o Serviço de “Transmissão da Mensagem”

Os “12 Passos” fazem parte do “Programa de Recuperação” da Irmandade de Narcóticos Anônimos e estão relacionados à “recuperação” singular e individual de cada membro. Partem da admissão da impotência perante a “adição”, e inserem a crença em um “Poder Superior”, a criação de um inventário moral de si, o reconhecimento das falhas, a realização de “reparações”, e a “transmissão da mensagem” como resultado da experimentação de um “despertar espiritual”.

Existe um material próprio na Irmandade de Narcóticos Anônimos para o estudo dos Passos. Trata-se de um guia em formato de livro, o qual contém um conjunto de perguntas a serem respondidas por escrito em cada Passo. O trabalho dos Passos tem como requisito a

¹⁶ Tenho interesse em trabalhar em futuros artigos acadêmicos com outros relatos da entrevista realizada com essa participante da NA, tratando de suas experiências em diversos serviços da Irmandade e na criação de novos grupos da Narcóticos Anônimos na cidade de Porto Alegre e em outras regiões do país.

existência de uma madrinha ou de um padrinho, o qual somado a uma participação intensa nas reuniões semanais dos grupos possibilita tanto o interesse pelo estudo quanto o entendimento dos Passos por parte do(a) afilhado(a). O estudo ocorre necessariamente entre o(a) afilhado(a) e o(a) padrinho/madrinha e frequentemente se faz por iniciativa do(a) primeiro(a), que informa ao(a) seu/sua respectivo(a) padrinho/ madrinha sobre o seu estudo inicial dos Passos. Nesses encontros, previamente combinados, os quais podem ter a duração de algumas horas e até dias sucessivos, são trocadas, por meio da ajuda mútua, experiências e são relatados acontecimentos e sentimentos íntimos vividos.

O estudo e a vivência de cada Passo, como me explicou a interlocutora principal de minha pesquisa é o “trabalho do eu”, um trabalho de autoconhecimento, é a principal ferramenta para provocar as modificações, para dirigir o olhar para dentro de si, para analisar o seu tipo de comportamento, os seus defeitos e qualidades. O estar em trabalho permanente dos Passos está associado, de acordo com essa interlocutora, com uma maior facilidade de ficar “limpa”, mas não funciona como garantia para tal fim.

Compreende-se o caráter fluido implícito nos “12 Passos”, pois cada membro da Irmandade pode se movimentar de forma específica e variada entre eles. Dessa maneira, para algumas participantes o trabalho dos Passos pode não ocorrer sob a forma recomendada pelo guia: da escrita das respostas a cada pergunta, ou mesmo o estudo dos Passos pode ser entendido como um contato diário telefônico com a madrinha, ou até com um estudo profundo e escrito do 4º Passo: “Fizemos um profundo e destemido inventário moral de nós mesmos” no período final de cada ano.

Um membro da Irmandade de Narcóticos Anônimos pode ainda se movimentar entre os “12 Passos”, de forma independente do seu tempo “limpo” ou do serviço que realiza na Irmandade. No primeiro caso, o estudo de um Passo está desvinculado de determinado tempo de “limpeza”. Dessa forma, uma participante pode, por exemplo, ter o tempo de alguns anos “limpa”, e, por algum motivo, não dar continuidade ao estudo dos Passos. Isto porque a pessoa pode, por exemplo, estar distante do seu padrinho, sem apadrinhamento naquele momento, ou comprometida, por exemplo, com atividades profissionais que a impossibilitam, temporariamente, de se dedicar ao trabalho dos Passos.

No último caso, o trabalho de um Passo também está desprendido da possibilidade de realizar ou não determinado tipo de serviço na Irmandade de Narcóticos Anônimos. Dessa forma, a realização do serviço específico em Hospitais e Instituições na Penitenciária

Feminina por parte das participantes da Irmandade independe do Passo atual em que cada uma esteja. Porém, é recomendado por Narcóticos Anônimos o tempo de seis meses limpo(a) para a realização de um painel. Assim, é importante salientar que os Passos necessários para a “transmissão da mensagem” em painéis não se restringem a um estudo completo e gradual dos 12 Passos. A movimentação para a realização desse serviço requer, de acordo com a interlocutora, um Passo específico.

Entre todos os Passos gostaria de destacar o 12º, o qual está diretamente ligado ao serviço de “transmissão da mensagem” em Hospitais e Instituições, de acordo com a interlocutora da pesquisa. Esse Passo afirma que, após a experiência de um “despertar espiritual”, advindo do resultado dos demais Passos, deve-se procurar, então, levar a mensagem de “recuperação” a outros “adictos”. A interlocutora principal falou sobre as formas variadas e cotidianas, nas quais o “despertar espiritual” explícito no 12º Passo pode acontecer.

De acordo com essa participante da Irmandade de Narcóticos Anônimos, esse despertar pode ocorrer no contato inicial com a “recuperação”, independentemente de terem sido trabalhados os Passos anteriores. O “despertar espiritual” pode se fazer presente quase que cotidianamente, no caminho do trabalho até a casa, quando a interlocutora sente gratidão por estar “limpa” e por ter a vida que tem hoje. No caso descrito nesta dissertação, a interlocutora, no momento da minha pesquisa de campo, se encontrava no estudo do 4º Passo e realizava o serviço de “transmissão da mensagem” na função de líder na Penitenciária Feminina. Esse serviço, segundo relato da interlocutora, está associado ao “despertar espiritual” presente no 12º Passo, o qual afirma que se leve, então, a mensagem de “recuperação” para outros “adictos”. Sendo, então, segundo a interlocutora, “o serviço de HI um décimo segundo passo”.

O trabalho com cada Passo, além de duradouro, é inédito, pois o estudo do 3º Passo: “Decidimos entregar nossa vontade e nossas vidas aos cuidados de Deus, da maneira como nós o compreendíamos”, por exemplo, já realizado por um membro em um momento passado de sua “recuperação”, pode não ser reconhecido e identificado por esse participante quando confrontado com o seu estudo presente do mesmo Passo.

A seguir, resalto os movimentos entre os membros em diferentes serviços da Irmandade de Narcóticos Anônimos, mais especificamente aquele vinculado pela

interlocutora ao 12º Passo, o de “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

1.4 NARCÓTICOS ANÔNIMOS: SERVIÇOS EM MOVIMENTO

A Irmandade de Narcóticos Anônimos é organizada em diferentes âmbitos, movimentando seus participantes em ocupações e encargos temporários e voluntários. Os serviços se constituem, por exemplo, nas funções semanais nos grupos e nos subcomitês. Em ambos os casos trata-se de serviços destinados tanto à própria “recuperação” quanto à de outros “companheiros” e possíveis membros.

Dentre os serviços nos grupos destaco a função de secretário, por estarem em jogo as condições possíveis ativadas pelo secretário para a realização da reunião semanal de um grupo da Irmandade. Os grupos, em suas reuniões abertas, são a instância da Narcóticos Anônimos de acesso mais facilitado tanto para um já membro quanto para um interessado. O encargo de secretário em um grupo da NA é uma decisão coletiva que movimenta membros em outra instância da Irmandade — as reuniões de serviço daquele mesmo grupo.

Ao se tornar secretário, o membro tem uma série de tarefas a cumprir, entre as quais as de abrir a sala do grupo semanalmente, organizar os materiais da Narcóticos Anônimos sobre a mesa e dispor as cadeiras em formato específico. Porém, essas atividades podem ser realizadas também pela ajuda mútua de outros “companheiros”, quando, por exemplo, participantes frequentes das reuniões daquele grupo engajados em sua organização ajudam nas atribuições do encargo do secretário. Em outras ocasiões, devido, por exemplo, a um compromisso de trabalho profissional, ou a um atendimento de algum familiar em situação de doença, o secretário pode, de forma previamente combinada, deslocar sua função para outro “companheiro” naquele dia específico.

Ainda em relação às tarefas do secretário, além das consideradas necessárias, cumpridas pelo secretário do grupo, outras podem ser mobilizadas. Em um evento específico¹⁷ da Narcóticos Anônimos um membro “partilhou” sobre a importância desse serviço, ao mencionar fazer “mais do que o necessário” quando está realizando essa função.

¹⁷ Trata-se de um evento que fui convidada a participar organizado por alguns membros com o objetivo de que outros membros conheçam os serviços existentes na Irmandade de Narcóticos Anônimos. Para isso, alguns membros “partilharam”, individualmente, em um tempo superior ao habitual de cinco a sete minutos sua experiência em algum serviço.

Isso implica cuidados e atenções específicas em relação, principalmente, a alguém recém-chegado em uma reunião, por exemplo. Esse novo participante, que supostamente desconhece a Irmandade, pode ter a figura do secretário como referência. A partir do exposto, concluo que a função temporária de secretário exercida por um membro, além de tê-lo movimentado junto a outros serviços e participantes da Irmandade, também o movimenta diante de um “outro”, de uma “recuperação” e de um possível novo membro.

Quando a função de secretário não é assumida pelo seu membro responsável, ele é desligado dessa função e ocorrem outros tipos de movimentos entre os participantes. Diante da terceira falta consecutiva do secretário, ou de sua “recaída”, alguns membros se reorganizam para que aquele encargo, fundamental quando se trata da existência de um grupo, seja ocupado rapidamente.

O encargo de secretário, que tem uma duração prevista de seis meses, além de movimentar diferentes membros em diversos grupos na cidade, também movimenta significados específicos, e têm o sentido de valorizar a “recuperação” da participante. Dessa forma, a interlocutora principal da pesquisa me relatou durante uma entrevista sobre o período em que não está engajada nesse serviço: “sabe essa obrigação de ter que o grupo toda semana pra abrir a porta, isso também é tri importante para a minha recuperação, são essas coisas aí que tu trabalha, a boa vontade, a humildade, a honestidade, eu vejo que eu consigo trabalhar melhor os meus princípios espirituais quando eu tô servindo o outro”.

Para outra participante que já teve experiências em mais de um grupo da Irmandade tanto na qualidade de secretária quanto de tesoureira, esses significados se referem a uma proximidade maior com o grupo. Por exemplo, em relação à função de secretária, a participante relata uma ligação maior com os membros, o que também foi afirmado em outro contexto pela interlocutora principal desta pesquisa. Esse contato mais próximo com outros “companheiros” advindo da função de secretária também pode movimentar opiniões e críticas de participantes das reuniões daquele grupo sobre a forma da secretária conduzir a reunião. Trata-se de uma possibilidade de maior exposição da secretária, podendo “dar a cara a tapa”, diz a participante.

As funções ocupadas nos diferentes subcomitês da Irmandade de Narcóticos Anônimos também movimentam membros e “recuperação”. Os subcomitês regionais existentes em Porto Alegre são os seguintes: Linha de ajuda, Materiais, Longo Alcance, Eventos e o de Relações Públicas. Esses subcomitês existem para atender as demandas de um

conjunto de grupos da Irmandade, os quais se somam formando uma Área. Dessa forma, uma Área auxilia os grupos como uma espécie de escritório.

Em Porto Alegre existem duas Áreas diferentes, que se relacionam entre si para a realização de serviços. Destaco, aqui, a comunicação entre elas, quando as mulheres participantes da NA circulam e se movimentam em diferentes painéis em Hospitais e Instituições sustentados por ambas as Áreas. Essa possibilidade ocorre, por exemplo, quando a interlocutora principal se movimenta na função de líder no Painel na Penitenciária Feminina da cidade, e também na função de oradora - em uma clínica de desintoxicação que é abrangida pela outra área da Irmandade em Porto Alegre.

Os serviços atribuídos a cada um desses subcomitês são realizados na prática por meio dos recursos financeiros advindos da *Sétima Tradição* da Irmandade. Isso será mais bem explorado no capítulo terceiro, quando apresento as preparações necessárias, inclusive à de ordem econômica, para a realização de um painel em Hospitais e Instituições na Penitenciária Feminina da cidade. Assim, de modo breve, apresento as funções principais em cada Subcomitê, ressaltando o caráter temporário e de movimento de diferentes membros.

O Subcomitê de Linha de Ajuda disponibiliza informações sobre Narcóticos Anônimos por meio de contatos telefônicos. Dessa maneira, um membro se responsabiliza temporariamente por esse serviço, e pode atender a diferentes demandas, por exemplo: sobre a localização física de grupos da NA, em Porto Alegre, quando o contato telefônico advém de membros que se encontram na cidade temporariamente, pois residem em outros Estados do país; indagações sobre formas de procedimento quando algum familiar ou amigo está em situação delicada diante de um uso; ou ainda sobre estudos acadêmicos, quando interessados e pesquisadores entram em contato com esse Subcomitê.

O Subcomitê de Material é o responsável pela solicitação dos diferentes materiais da Irmandade – as literaturas – à Associação de Comitês de Serviços, que se localiza na cidade do Rio de Janeiro. Esse Subcomitê disponibiliza as literaturas da Irmandade para os diferentes grupos localizados em endereços distantes entre si da cidade, munindo-os de literaturas editadas e renovadas.

O Subcomitê de Longo Alcance trabalha no âmbito das relações entre grupos da Irmandade que se localizam em diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul. Nesse Subcomitê, os membros que o compõem viajam e entram em contato com grupos menores da

Irmandade, com o objetivo de integrá-los mais aos outros, de trocar experiências sobre dificuldades em sua manutenção, por exemplo, atuando em uma direção de mútua ajuda.

O Subcomitê de Eventos atua na realização de diferentes tipos de celebração da Irmandade, desde aquelas que têm o objetivo de reunir o maior número de pessoas em “recuperação”, até aquelas que têm a finalidade de conseguir alguma reserva financeira para a posterior realização de outras atividades da Irmandade. O cargo nesse Subcomitê exige um trabalho de preparações e de organizações antecipadas, e o cuidado para que as festividades não sejam as mesmas ou coincidam no mesmo período de tempo das comemorações da outra Área, o que poderia causar impedimentos da participação das pessoas em alguma festividade.

1.4.1 “Da Porta Para Fora”: do Subcomitê de Relações Públicas até os Painéis

E, por fim, o Subcomitê de Relações Públicas, por onde circulei para a realização da pesquisa, abrange tanto o serviço em Hospitais e Instituições (HI) quanto o de Informações ao Público (IP). No primeiro caso, tem o propósito de “levar a mensagem ao adicto que ainda sofre” sob a forma de painéis a pessoas que possam se reconhecer na condição de “adictos” e que estão abrigadas por diferentes períodos de tempo em hospitais e instituições. Ou seja, esse serviço é direcionado àquelas pessoas que não tenham livre o acesso a uma reunião de grupo da Narcóticos Anônimos da sociedade mais ampla. O HI é o serviço da Irmandade que percorre o trajeto da “porta dos grupos para fora”, ou seja, o serviço atua e se desloca no sentido de uma possível “expansão” – os painéis - da Narcóticos Anônimos para outros lugares, tempos e espaços.

No caso do serviço de Informações ao Público (IP), esse Subcomitê assume a tarefa de informar a um público específico sobre a Irmandade de Narcóticos Anônimos. Porém, isso ocorre de forma diferente de um painel, e pode ter como público diferentes pessoas: “adictos”, familiares e também profissionais. Um exemplo de atuação do IP é a colagem de cartazes - com informações sobre a Irmandade – no interior de inúmeros ônibus, os quais circulam cotidianamente na cidade de Porto Alegre.

As reuniões de serviço do Subcomitê de Relações Públicas da Área da Narcóticos Anônimos que acompanhei se localizam na cidade de Porto Alegre e realizam, em média, oito painéis em sete diferentes Hospitais e Instituições. Esses painéis podem ocorrer em diferentes períodos de tempo: quinzenalmente, de 21 em 21 dias, ou uma vez por mês, dependendo do funcionamento de cada Instituição que os recebe, ou podem sofrer paralisações temporárias.

Uma das instituições que esse Subcomitê atende é a Penitenciária Feminina Madre Pelletier. As reuniões de serviço são semanais e contam com uma média de dez pessoas, a grande maioria participante da Irmandade de Narcóticos Anônimos, os quais ocupam a posição de líder ou de orador de algum painel, ou membros interessados nesse serviço, sendo ainda possível ter a presença de algum familiar que eventualmente os acompanhe.

Ao participar dessas reuniões do Subcomitê pude compreender e acompanhar o seu funcionamento e finalidades, além de me aproximar de alguns membros, realizar entrevistas, e fazer perguntas. Quanto ao espaço, a sala era muito semelhante aos locais de reuniões abertas dos grupos espalhados pela cidade. Também era alugada, contava com cadeiras disponíveis em uma espécie de círculo, materiais da literatura da Irmandade sobre a mesa principal, café e mantimentos. Porém, a reunião tinha uma dinâmica diferente das reuniões abertas, as quais eu estava mais familiarizada.

As reuniões de serviço também iniciavam e finalizavam com a “Oração da Serenidade”, e a identificação de cada pessoa presente, com o primeiro nome e o tempo “limpo”, caso desejasse. Nessas reuniões, semelhante às abertas de grupo, também havia circulação e movimento constante de pessoas, mesmo que em menor medida, pois muitas delas, devido a compromissos de trabalho, por exemplo, poderiam chegar após o seu início e/ou deixá-la antes de terminar. Alguns passavam rapidamente pela reunião, apenas para obter informações sobre o Painel que iriam realizar naquela semana e, então, se dirigiam a outro local em busca de uma reunião de grupo, nas quais teriam a possibilidade de “partilhar”. Pelo fato de as mulheres circularem entre diferentes painéis – sendo uma característica comum na Irmandade o incentivo à rotatividade entre os cargos dos serviços - conheci muitas delas durante o serviço na Penitenciária. Mesmo assim acontecia de, em uma reunião de serviço do Subcomitê, estarem presentes pessoas já engajadas nos painéis e desconhecidas para mim.

Em relação às reuniões de grupo, aquelas com “partilhas”, as reuniões de serviço tinham um percurso próprio o qual era guiado pelo coordenador do Subcomitê e possibilitava diálogos e compartilhamentos sobre os painéis ocorridos, sobre as perguntas feitas nos mesmos e as suas respostas. Enfim, essas reuniões não tinham como objetivo central “partilhas” ainda que essas pudessem ocorrer. Tratava-se mais da organização dos futuros painéis e da sua posterior prestação de contas.

Na organização dos futuros painéis, o coordenador dispunha de uma tabela com os nomes das instituições que receberiam os painéis e as suas datas de realização, contava para

isso com a colaboração dos líderes de cada Painel que lhe possibilitavam tais informações. O calendário era novamente organizado no início do ano, e atualizado constantemente conforme a inscrição de alterações e de novos agendamentos.

Nas ocasiões de prestação de contas, de retorno sobre os painéis – na semana seguinte após a realização de um painel - o coordenador indagava principalmente ao líder de cada painel sobre o andamento do mesmo, sua duração, o número de pessoas presentes, e a sua opinião sobre aquele serviço. O líder e demais oradores relatavam as principais perguntas que eram feitas pelos “internos” nos serviços em Hospitais e Instituições, compartilhando também as respostas dadas. As principais perguntas eram aquelas consideradas mais delicadas e complexas, e que poderiam gerar dúvidas na forma considerada mais adequada para proceder diante delas. Tratavam, por exemplo, das seguintes indagações dos “internos”: “para onde iria quando saísse daquela internação?”.

Frequentemente, as perguntas realizadas pelo coordenador ao líder e oradores eram as mesmas questões que estavam discriminadas no Relatório preenchido durante o painel pelo seu líder responsável. Ressalto que esse Relatório preenchido era um guia de apoio que o líder tinha como recurso para informar sobre o painel realizado em uma posterior reunião de serviço, porém, quando o líder, por algum motivo, não conseguia estar presente nessa reunião, encaminhava, em algum momento, o Relatório ao coordenador, por meio, por exemplo, de outro membro.

Ainda sobre as prestações de contas, um membro me explicou como resolvia a questão do transporte até o local onde se realizava o painel. Ele disponibilizava o seu carro para os companheiros que também iriam realizar o mesmo serviço que ele, e o valor gasto com combustível era citado no Relatório. Outra forma possível é reaproveitar o restante disponível do recurso financeiro para a realização de um painel no serviço seguinte, sem que isso implique o trabalho de devolução e de conseqüente retomada da verba. O Relatório ainda a ser preenchido estava disponível para os líderes nas reuniões do Subcomitê, porém, quando a líder não dispunha do mesmo no momento do painel, as informações do serviço realizado eram posteriormente transcritas para esse documento. Presenciei esse fato durante uma reunião de serviço, e também a ajuda entre mulheres quando uma, na posição de recém-líder, demonstrou algumas dúvidas na forma de preenchê-lo.

O líder, do mesmo modo que os oradores, dispunha de espaço para relatar outras questões que julgasse interessantes de compartilhar. Nesses momentos, era possível se

“partilhar” também. As reuniões orientadas para a organização de painéis e para a prestação de contas geralmente tinham, na prática, um tempo de duração menor em relação às reuniões de serviço, em que aconteciam treinamentos, portanto, para as primeiras não se justificavam os momentos de intervalo. Os treinamentos dos painéis são atividades que ocorrem nessas reuniões, e que possibilitam trocas e aprendizados.

A descrição sobre o treinamento que precede a realização de um painel, e que ocorre nas reuniões de serviço do Subcomitê de Relações Públicas, e o funcionamento e as organizações do painel na Penitenciária Feminina serão apresentados no capítulo terceiro, após um breve histórico sobre as penitenciárias – assunto do próximo capítulo.

O trabalho de campo revelou que conhecer essas formas de funcionamento da Narcóticos Anônimos me permite compreender a Irmandade a partir da noção de fluxos, e não de uma “estrutura fixa”. Considerando-se que os serviços são prestados voluntariamente por diferentes membros, além de movimentá-los entre si e sua “recuperação”, esses serviços deslocam e ultrapassam um espaço, tempo e lugar específicos de reuniões de grupos semanais na cidade. Os serviços em Hospitais e Instituições, vinculados ao Subcomitê de Relações Públicas de uma Área da Irmandade na cidade de Porto Alegre, possibilitam a movimentação da “recuperação” de um membro para outros lugares, tempos e espaços, por meio do serviço de “transmissão da mensagem”. Dessa forma, as atividades no Subcomitê provocam deslocamentos de serviços, de membros e de “recuperação”. No próximo capítulo apresento esses caminhos dos painéis da “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina.

2 CAMINHOS DA “TRANSMISSÃO DA MENSAGEM” NA PENITENCIÁRIA FEMININA

Neste capítulo apresento uma introdução de diferentes perspectivas do estudo sobre as prisões, com foco na espacialidade desses lugares de reclusão. Considero esse fator relevante para a presente pesquisa, pois o serviço de “transmissão da mensagem” na penitenciária requer a penetração em um espaço que pode ser entendido como separado. Entretanto, o que está em questão, a partir do trabalho de campo, é, precisamente, o fato do serviço de “transmissão da mensagem” da Irmandade de Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina implicar atravessamentos de espaços, ultrapassar noções de localização, de previsão e de permanência.

Para adentrar nessa reflexão, inicialmente apresento uma revisão breve dos estudos clássicos sobre prisões e as perspectivas que valorizam as dinâmicas internas, os funcionamentos e a organização do espaço prisional. Em sequência, centro-me nos trabalhos que valorizam as relações e as conexões desses espaços com o “mundo externo” ao presídio suas vizinhanças e outros espaços de experiência e de significação. Isto porque a história dos presídios no Brasil, mais especificamente em relação à construção de espaços para reclusão feminina, desde a sua origem é marcada por alguns movimentos e conexões que realçam a sua espacialidade de diferentes formas.

Por fim, apresento, a partir do trabalho de campo, os caminhos da “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina, pois esses caminhos perpassam tanto as noções de circulação e de continuidade no ambiente quanto as de separação e de afastamento.

2.1 ESTUDOS E ANÁLISES CLÁSSICAS: MUROS QUE SEPARAM

Nesta seção apresento alguns estudos clássicos sobre o tema da prisão. Opto por descrever brevemente aspectos da obra de cada autor, pois as considero basilares para as reflexões sobre circulação e movimentos que atualmente perpassam ambientes penitenciários. Subdividi este tópico da seguinte forma: inicialmente, apresento o que denominei de perspectivas clássicas, em que incluo o conceito de “prisionização” referenciado por Donald Clemmer (1960) [1940], até a reflexão pioneira de Gresham Sykes (1958) sobre a interação social cotidiana entre reclusos, e entre estes e os guardas. Também apresento as discussões

sobre a valorização das regras e do funcionamento nas “instituições totais”, em Erving Goffman (1974), sobre a valorização da dimensão do poder sobre o corpo, as transformações das técnicas de punição, a produção de reclusos e de um saber sobre eles, em Michel Foucault (1975).

No segundo momento abordo o caso brasileiro, com base em pesquisas influenciadas pelas perspectivas clássicas, entre as quais a de Julita Lemgruber (1999) e o seu interesse na organização social da *Penitenciária de Mulheres* do antigo Distrito Federal; a de Augusto Thompson (1976) que, devido as suas experiências profissionais em estabelecimentos prisionais, discorre sobre as transformações “comportamentais” pelas quais passa o recluso.

Entre essas perspectivas clássicas, o estudo de Clemmer, intitulado *A Comunidade Prisão* (1960), apresenta o conceito de “prisionização” para indicar uma série de elementos a que, em maior ou menor medida, a pessoa reclusa se integra. Nesse sentido, declara o autor, não se verifica uma adaptação gradual e lenta, tampouco definitiva, desde, por exemplo, a compreensão do significado de termos próprios da prisão, até, e principalmente, a mudança de atitudes. Para esse autor, o “processo de prisionização” pode ocorrer a partir da influência de inúmeros fatores: a duração da reclusão até a aceitação ou não pelo recluso dos códigos da “cultura da prisão”, entre outros.

O estudo de Sykes, intitulado *A Sociedade dos Cativos: um Estudo sobre a Prisão de Segurança Máxima* (1958) versa sobre as interações entre reclusos, e entre estes e os guardas, as quais ultrapassam o aspecto burocrático, pois estão presentes, temporariamente, as relações informais. De acordo com o autor, o ambiente da prisão é caracterizado por controle do crime, das ações e dos comportamentos desviantes, porém, a violência, a fraude e o roubo têm espaço entre os reclusos. Além disso, em detrimento de regulações institucionais, a prisão é controlada por um sistema de recompensas, de privilégios e de punições, de ameaças e de tolerâncias entre reclusos e guardas. Dessa forma, ao “sistema social da prisão” são inevitáveis a ineficácia da coerção física e o conjunto de benefícios e de faltas e a corrupção dos guardas, porque esses aspectos são estruturais no “sistema de poder da prisão”.

Na obra *Manicômios, Prisões e Conventos*, Goffman (1974) trabalha com a noção de “instituições totais” para se referir a espaços isolados da sociedade — prisões, hospitais ou conventos —, onde as atividades são concentradas em um mesmo local e em um formato coletivo, normatizadas por autoridades específicas. A expressão se refere ao caráter de menor contato possível de cada instituição com a sociedade de modo geral. Para esse autor, a

admissão em uma “instituição total” produz uma série de perdas para o indivíduo que, nesse caso, se ajusta ao seu cotidiano e a suas tarefas, negociando oportunidades diferenciadas e privilégios apenas em ocasiões específicas.

A instituição da prisão é estudada por Foucault em sua obra intitulada *Vigiar e Punir* (1975), a partir da dimensão do poder e do trabalho sobre o corpo, em uma genealogia da punição judiciária e da produção da verdade penal. O autor faz referência à “economia do castigo” aos seus estilos, mudanças, substituições e protestos na aplicação de punições e de execuções, e também na atuação dos técnicos, na definição e na qualificação das infrações e na organização interna dos condenados. Tais transformações, nomeadas pelo autor de “mutação técnica”, vão desde as técnicas de suplício e de sofrimento físico público até as formas de reeducar e de corrigir, à privação e à suspensão dos direitos.

A prisão se tornou uma forma de castigo legal, a “institucionalização do poder de punir”, de acordo com Foucault, com a função de transformar os indivíduos mediante técnica disciplinar de correção permitida pela privação de liberdade. Desse modo, a prisão produz o isolamento, a solidão, a submissão total, o trabalho penal, e o seu caráter moral, por meio da vigilância, assume todos os aspectos da vida do indivíduo. A prisão, para Foucault, é o local onde se observa os reclusos, onde se desenvolve um saber sobre eles, e também onde se os fabrica, conectando uns aos outros.

No Brasil, alguns estudos científicos também se referem ao cotidiano “interno” da prisão como uma perspectiva analítica de estudo. Trata-se da pesquisa de Lemgruber, intitulada *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres* (1999). A autora desenvolveu o estudo entre os anos de 1976 e 1978, no Instituto Penal Talavera Bruce, presídio feminino do Rio de Janeiro, anteriormente conhecido como Penitenciária de Mulheres, no antigo Distrito Federal do país.

A autora tinha como objetivo desvendar tal mundo, influenciada pela concepção de Goffman de “instituições totais”, e sua pesquisa se baseou, principalmente, em entrevistas e observação participante do dia-a-dia de mulheres reclusas. A partir de um trabalho de campo preponderantemente entre as mulheres reclusas, Lemgruber estava interessada na realidade da prisão e suas dinâmicas. Para tanto, descreveu alguns de seus aspectos: perfil das mulheres presas, tipos de crimes relacionados, caracterização física do espaço prisional, qualidade dos atendimentos de saúde ofertados, trabalho prisional, funcionamento e regras da creche e cantina, dentre outros elementos.

Em sua pesquisa no Instituto Penal, Lemgruber discorre tanto sobre a situação de saída da reclusa da Penitenciária quanto sobre as características de regulação da Instituição. No primeiro caso, a autora constata que o despreparo educacional e profissional das reclusas é recorrente na entrada e no desligamento da mulher da sua reclusão. Quanto à regulação da Instituição, percebe que as vigilâncias e as punições sobre os comportamentos das reclusas são comuns devido, por exemplo, aos seus relacionamentos homossexuais, considerados desviantes.

Ainda no contexto brasileiro, os estudos revelam a preocupação em analisar a prisão como um sistema social fechado – separado física e simbolicamente da sociedade “livre”, a qual rejeita contatos. Essa constatação foi feita no estudo de Thompson, intitulado *A questão penitenciária* (2002), inspirado no conceito de “prisionização” de Clemmer (1960), supracitado, o qual se refere ao processo de assimilação e das transformações que perpassam os reclusos após adentrarem no ambiente prisional. Conforme já mencionado, essas modificações não são homogêneas, tampouco definitivas em cada experiência de reclusão. A assimilação à prisão muitas vezes é produzida por relações diferenciadas que o recluso estabelece com os guardas, e dessas interações podem advir cooperações e privilégios. Essa adaptação por meio de diferentes papéis sociais que podem ser assumidos pelo recluso aproxima-se da ideia de “prisionização”, ou seja, do desenvolvimento de um comportamento que seja condizente com a sua sobrevivência nesse espaço.

Habitando um “sistema social fechado”, essa população, de acordo com Thompson, está submetida ao controle, ao poder e ao escrutínio, a uma combinação de aspectos tão distantes entre si, como a punição e a regeneração - objetivos da prisão. Ela ainda está sujeita a uma série de perdas e de privação de papéis, como o de provisão econômica, de autonomia e de decisão de escolhas, da posse de objetos que caracterizem o seu eu particular, do impedimento de relações heterossexuais, dentre outros.

A partir dos estudos mencionados, percebo que as preocupações dos autores voltam-se para o entendimento “interno” das penitenciárias. Contudo, atualmente existem pesquisas que se ocupam em lançar o olhar sobre esse espaço de outra maneira. Aqui me parece que o próprio trajeto de pesquisa de campo, de acompanhamento junto a mulheres participantes da Irmandade de Narcóticos Anônimos, em painéis, com reclusas da Penitenciária Feminina, foi uma fonte de encontros, de conexões, e de comunicações. Nessas ocasiões, foram produzidos elementos que implicam cotidianamente a vida tanto de participantes quanto de reclusas.

2.2 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS: CONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS

Diferentemente de uma perspectiva concentrada nas relações, no funcionamento e nas dinâmicas internas da prisão, algumas referências críticas focalizam os espaços penitenciários para além das suas fronteiras físicas.

Em seus estudos, Cunha (2011, 2007) relata sua experiência de pesquisa em uma mesma penitenciária, em Portugal, durante dois momentos temporais distintos de estudo. Diante disso, a autora observa a importância de se deslocar o olhar da dicotomia “mundo externo” e “mundo interno” no que se refere à prisão, apontando para uma continuidade analítica entre bairro e prisão. A autora, comparando as duas pesquisas que realizou, percebeu uma diferença nas percepções de tempo e do ambiente prisional por parte das mulheres reclusas. Em sua primeira experiência de campo, no Estabelecimento Prisional de Tires, a duração da reclusão era entendida como um “tempo à parte” (2011: 02), as noções de passado e de futuro se referiam apenas a eventos exteriores à instituição. A pena tinha um sentido de tempo imóvel, suspenso, e a prisão era entendida como um “mundo à parte”, em um “hiato social” (2007: 95) de rupturas e de interrupções.

Já, na sua segunda experiência de pesquisa, a autora percebeu uma mudança no perfil social da população reclusa, devido à pobreza e a uma grande proporção de prisões por “drogas”. Assim, as redes de parentesco, de amizade e de vizinhança pré-reclusão, continuavam relacionadas à vida das reclusas coletivamente. A vivência no ambiente penitenciário não era mais a de um cotidiano autorreferenciado. A presença dessas outras pessoas, em ocasiões de visitas e mobilizadas a partir de um território comum, introduzia uma convergência e uma coexistência com o “exterior” no que se refere aos usos objetivos do calendário, em uma incorporação do bairro, de famílias e de vizinhos. Dessa forma, a autora distanciou-se cada vez mais de perspectivas que preconizavam uma “cultura carcerária” e uma “sociedade penitenciária” existentes em um mundo à parte e isolado.

Godoi, em seu estudo intitulado *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo* (2010), também aborda certas continuidades, coexistências e possíveis rompimentos e interrupções de relações que perpassam o estar em reclusão. Nesse sentido, o autor defende, a partir de seu trabalho de campo em São Paulo e em Catalunha, na Espanha, as relações de diversas pessoas ao redor do “dispositivo carcerário”, principalmente no desenvolvimento de vínculos, de colaborações cotidianas e de socializações

familiares. O autor corrobora a visão de Cunha (2007) quando ressalta trajetórias de vida, de familiares de reclusos, nas quais as relações próximas e afetivas permanecem durante a reclusão. Com isso, percebe-se que as relações “externas” e anteriores à prisão não necessariamente se interrompem com a reclusão, do mesmo modo que as relações prisionais também não terminam com a finalização do cumprimento da pena.

Para Adorno e Dias, em *Articulações entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões* (2013), no caso do Brasil, o cenário de continuidades e de relações que perpassam o espaço penitenciário se faz presente, através da atuação de um poderoso Coletivo, com presença em vários espaços sociais, e não pelas relações entre prisão e bairros. O emblemático Coletivo do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, envolve poder desde a sua constituição até as suas intensas e variadas atuações a partir de espaços físicos prisionais.

No entendimento de Adorno e Dias (2013), as articulações entre bairro e prisão são insuficientes, na realidade do país, para se compreender um “paradigma” mais aberto de relações que entrecruzam as penitenciárias. Isto porque as políticas de expansão das unidades penitenciárias para regiões interioranas, e as consequentes transferências de reclusos para essas instituições distantes, provocam dificuldades de visitas e de comunicação entre reclusos e seus familiares. Dessa forma, esses afastamentos geográficos, entre penitenciárias e bairros de origens dos reclusos, produzem distanciamentos de relações, de presenças e de atuações entre ambas.

A própria criação do Coletivo do PCC e sua trajetória exemplificam, de acordo com Dias (2009c), uma “nova configuração do poder dentro do sistema carcerário”. A sua fundação data de 1993, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, e se expandiu para diversos presídios não apenas localizados no estado de São Paulo (GODOI, 2014). Trata-se de diferentes momentos de crescimento: rebeliões, reconhecimento oficial, efeitos das reivindicações realizados pelo PCC, até uma “forma racional de execução” (DIAS, 2009c).

As intensas e as variadas atuações desse Coletivo percorrem tanto o espaço de penitenciárias quanto os ambientes públicos e domésticos. Segundo alguns estudos, no primeiro caso observa-se a participação do PCC na gestão de inúmeros setores das unidades prisionais, na regulação da ausência de armas brancas nesses locais; na proibição do uso, da fabricação e do comércio de determinadas substâncias psicoativas dentro das prisões; além do

seu protagonismo nas consideradas megarrebeliões ocorridas nos anos 2001 e 2006. Em relação aos ambientes públicos, trata-se da promoção de atentados e outras reprimendas — as explosões em edifícios que não os das prisões —, e também da provisão de necessidades básicas para alguns reclusos e seus familiares (DIAS, 2009c, 2011, 2014; GODOI, 2010).

Dessa forma, alguns aspectos indicam as circulações, trânsitos, informações e atuações constantes que perpassam penitenciárias visando à construção de relações e de suas características quando se trata do Primeiro Comando da Capital. Entre esses elementos estão: a durabilidade e a extensão de diferentes tipos de vínculos construídos a partir do PCC; a conexão entre as pessoas de diferentes locais; a continuidade e a permanência de relações, e também os códigos e valores que não se restringem ao espaço físico da prisão.

Para além das atuações do Coletivo mencionado, apresento, a seguir, alguns trabalhos acadêmicos com temas diversos que permitem reflexões sobre as conexões que perpassam o ato de estar em uma penitenciária. Os assuntos vão desde as visitas, aos serviços religiosos, as atuações de profissionais, e a presença de aparelhos de rádio e de televisão em penitenciárias.

2.2.1 Visitas de Familiares, Serviços Religiosos e Profissionais

Outros estudos acadêmicos identificaram transbordamento do espaço das penitenciárias através das visitas que produzem, de acordo com Godoi (2014), diferentes movimentos e comunicações; carregam informações, objetos e pessoas; e são consideradas elemento “estruturante do funcionamento da prisão”. O conceito de “vasos comunicantes” (GODOI, 2010) é utilizado para expressar conexões e ultrapassar o limite institucional no que se refere a circulações e expansões constantes.

Porém, no Brasil, as visitas podem não ser frequentes ou possíveis, como mencionado anteriormente, devido à localização de muitas penitenciárias em regiões interioranas. Essa circunstância dificulta a comunicação íntima, as trocas de informações e de notícias entre as pessoas. Com o número de visitantes reduzido, a visita é considerada um “ritual privado”, e “universo absolutamente feminino” (GODOI, 2014: 05), pois são as mulheres as que visitam, que se hospedam, que ocupam e providenciam transportes, que viajam, que preparam as comidas, que organizam os recursos financeiros para as viagens, que acomodam e permanecem nas filas.

Diferentemente das visitas de familiares e de amigos, as quais provocam, em alguma medida, conexões entre espaços, as revistas íntimas podem ser interpretadas como eventos que têm o objetivo de reter determinados tipos de conexões. Com a finalidade de captar materiais considerados ilícitos, que não devem adentrar ao ambiente penitenciário, as revistas produzem, ainda que aparentemente, uma resistência a essa conexão.

Os serviços religiosos prestados em penitenciárias, além das visitas, também são formas de comunicação entre os ambientes. Vale a pena ressaltar a presença religiosa desde o momento da fundação (1940) da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, até oficialmente por meio da Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, a qual defende o direito de liberdade religiosa da reclusa.

A atuação e a entrada de grupos religiosos em penitenciárias produzem diversos efeitos. Desde uma reorganização das biografias das reclusas, como aponta o estudo de Rodrigues, intitulado *Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na Penitenciária Feminina do Estado do Rio Grande do Sul* (2005), às manifestações religiosas informais, de prática individual ou grupal, ou nas atividades de estudos e nas orações, como salienta Laura Vargas em sua obra intitulada *Religiosidade: mecanismos de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal* (2005). Além disso, a prática de uma religião em espaço penitenciário pode provocar uma diferenciação entre os presos, pela identidade religiosa evangélica assumida por alguns desses, como declara Dias (2007). Essa diferenciação tem implicações na organização do ambiente penitenciário, nas transferências de reclusos para celas específicas, e também na modificação da forma de falar e de se vestir.

Somada às visitas e às atividades religiosas, também nas atuações das profissionais vinculadas a penitenciárias, transparecem as circulações, as relações e as identificações que perpassam o ambiente penitenciário. Exemplo disso é a militância em Direitos Humanos de uma agente de segurança penitenciária analisada por Taets (2014) em: *O dizível e o indizível: narrativas de dor e violência em cárceres brasileiros*. O envolvimento intenso da agente penitenciária com as reclusas extrapola as regras estabelecidas e as formas de contato e de proximidade, quando “cuida” de alguma forma daquela reclusa, seja por meio de atendimentos das necessidades de um corpo biológico — curativos —, seja por meio de estratégias consideradas transgressoras, como é o caso das denúncias públicas.

A narrativa biográfica de uma assistente social, marcada por longa experiência profissional em unidades penitenciárias, também revela relações próximas com pessoas reclusas e a incorporação dessas relações sociais. A pesquisa de Sá e Accioly (2015) acentua a associação feita pela profissional entre o término do seu trabalho – a sua aposentadoria - com o “cumprimento de sua pena”, além da transposição feita pela assistente social da desconfiança que adquiriu no ambiente penitenciário na criação de seus filhos. A incorporação de relações sociais trata de sua solicitação em empregar - quando da sua soltura – uma mulher como cuidadora de seus filhos.

Ainda é importante ressaltar outros temas que também permitem pensar em continuidades e em expansões no ambiente da prisão. Trata-se da valorização do rádio, diz Alvarez, em sua pesquisa intitulada *Amor e solidão pelas ondas do rádio no Madre Pelletier* (2008), do interesse das mulheres reclusas por um programa radiofônico romântico, fazendo circular sob a forma de aluguel o próprio aparelho. As participações das reclusas no programa ocorrem desde a escuta de suas próprias histórias ou de cartas de outras mulheres até os envios de correspondência com seus relatos de amor do passado ou do presente. Nessas ocasiões, trocam informações, experiências, sentidos, e contatos, quando se encontram certas identificações e lembranças, companhia, consolo, força, alívio, entretenimento e solidariedade.

A televisão, de acordo com Miller, em sua pesquisa intitulada *A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier* (2008), é um instrumento que possibilita ligações e conexões para além das existentes em um ambiente institucional. A telenovela, em específico, é mais do que uma forma de “distração” e de informação. Trata-se de uma socialização entre as reclusas, de sua identificação com as histórias do enredo, de sua vivência de sentimentos e de emoções, de uma possibilidade e provocação de ser livre em pensamento.

As referências apontadas nesse item mostram mais do que circulações em jogo quando se pensa em espaços penitenciários. Tratam-se mais do que trânsitos, entradas, movimentos de pessoas e de “mensagens” que atravessam essas instituições, pensadas inicialmente como “fechadas” e “isoladas”. São possibilidades de se atentar, nas penitenciárias, para as relações e conexões que são criadas, produzidas e mantidas, sejam as associadas a bairros, a vínculos familiares, a atuações organizadas, a religiões, e a identificações com reclusas. Ou seja, os estudos mencionados revelam o modo com que as diferentes circulações conectam o cotidiano das pessoas reclusas e aquelas pessoas que perpassam as penitenciárias em visitas.

A seguir apresento, de maneira resumida, a história das prisões no Brasil, mais especificamente a das penitenciárias exclusivamente femininas, considerando que o serviço de “transmissão da mensagem”, foco desta dissertação, percorre uma Penitenciária Feminina. A história das prisões femininas no país compreende movimentações constantes, seja em relação à “criminalidade feminina”, às estruturas físicas “masculinizantes” desses ambientes, englobando também sua direção administrativa na relação entre Estado e religião. Essas modificações são norteadas tanto por leis brasileiras quanto por iniciativas internacionais humanistas.

2.3 PRISÕES FEMININAS NO BRASIL

O espaço da prisão tem sido abordado, no Brasil, a partir de diferentes áreas do conhecimento, com preponderância das Ciências Jurídicas e da Sociologia. Os problemas de superpopulação, do aumento quantitativo de aprisionamento, das condições físicas precárias, dos atendimentos médicos e jurídicos insuficientes, da violência e punições, do caráter “vexatório” das revistas íntimas, da questão do respeito aos direitos humanos, entre outros, são diferentes temas presentes em referenciais teóricos que abordam a questão prisional (ADORNO, 1991; GODOI, 2010, 2013; SALLA, 2012). No âmbito internacional, os estudos de Wacquant (1999, 2003) são referências sobre o objetivo da prisão em atingir uma população estigmatizada, excluída e segregada. Trata-se, no cenário dos Estados Unidos, de um tratamento penal a uma população específica - os afro-americanos - em uma elevação do “Estado penal”, de vigilância e de controle, e em um declínio do “Estado providência”, de políticas sociais e proteção.

A história das prisões, no Brasil, inicia no período Colonial, com a Casa de Correção de São Paulo, seguida, no período Republicano, da construção do Complexo do Carandiru - a Penitenciária do Estado que, de acordo com Andrade (2011), em seu estudo sobre o surgimento dos presídios no Brasil, foi inaugurada em 1920. A Penitenciária do Estado, situada em São Paulo, era uma prisão exclusivamente masculina, prevista para servir de modelo para a época. Sua construção incorporava noções de humanização prisional daquele período, o que significa que incluía atividades de trabalho e de disciplina. Porém, problemas de superlotação provocaram mudanças estruturais que a afastaram da perspectiva humanista, e já em 1940 apresentava uma realidade diferente daquela de sua inauguração.

No caso das mulheres, segundo Andrade (2011), a criação dos estabelecimentos prisionais femininos, no país, ocorreu no final dos anos 1930¹⁸, respondendo à necessidade de corrigir a “criminalidade feminina”, por meio, principalmente, de preceitos religiosos cristãos. Tratava-se, segundo os penitenciaristas, de “desvios do papel social da mulher”, não raro associados a questões relacionadas à sexualidade. Os penitenciaristas eram estudiosos reconhecidos e interessados na situação prisional do país, e também nas suas possibilidades de reformas e de melhorias. Na maior parte dos casos eram juristas e médicos que dialogavam sobre suas reflexões prisionais com autoridades políticas. A “criminalidade feminina”, naquela época, era associada a mulheres que não seguiam o modelo moral previsto, cuja sexualidade “descontrolada”, era considerada um desvio passível de ser criminalizado e, muitas vezes, vinculado à pobreza e à classe trabalhadora.

Andrade (2011) relata que, desde o período Colonial, as mulheres dividiam com os homens o mesmo espaço prisional. A situação das mulheres reclusas começou a ser uma questão de interesse social no final do século XIX, mas só a partir de 1930 foram criados em alguns estados brasileiros estabelecimentos prisionais exclusivamente femininos. Essas construções faziam parte do movimento presente à época de humanização nos presídios. Tratava-se de estabelecimentos com administração conjunta: religiosa e do governo, uma aliança nem sempre pacífica, ao se considerar, por exemplo, os conflitos e pressões públicas sobre o seu modo de gestão.

Essas parcerias eram capazes de misturar, em apenas uma instituição, as relações complexas entre convento e prisão, as quais marcaram as origens das penitenciárias femininas brasileiras. Entre esses estabelecimentos prisionais, e ainda de acordo com Andrade (2011), estão: o Reformatório de Mulheres Criminosas, posteriormente nomeado de Instituto Feminino de Readaptação Social, no Rio Grande do Sul, em 1937; o Presídio de Mulheres, em São Paulo, de 1941; e a Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, de 1942, e apenas um deles foi construído inteira e exclusivamente com o objetivo de abrigar mulheres.

¹⁸ Andrade relata ainda o pioneirismo de alguns países, como a Holanda, na criação de presídios femininos, instituição que data do ano de 1645, e que posteriormente foi copiado com variações do modelo por outros países europeus. Nos Estados Unidos, a primeira prisão feminina data do ano de 1835. E alguns países latino-americanos também já tinham seus presídios femininos, como é o caso, segundo a autora, do Chile (1864), Peru (1871) e Argentina (1880).

O Código Penal Brasileiro do ano de 1940¹⁹ previa e acelerava as providências de estabelecimentos específicos para mulheres ou espaço reservado, separado e adaptado para elas em instituições comuns aos homens²⁰. Nesse período, a figura dos penitenciários se fez notar no contexto brasileiro e internacional, pois esses profissionais assumiram cargos relevantes em instituições relacionadas às penitenciárias, além da própria direção das mesmas em diferentes casos. É importante salientar que esses personagens estavam, de alguma forma, preocupados em construir uma imagem dos presídios que coincidissem com uma ideia de “civilidade” do país para o mundo, de humanização da pena, de valorização dos elementos da educação e da moral, dos quais a mulher “delinquente” estava dissociada (ANDRADE, 2011).

Nesse sentido, os presídios femininos, ainda de acordo com Andrade, eram pensados como locais guiados por preceitos religiosos, a partir de uma recuperação moral, de uma ativação do sentimento de compaixão, e também de um desenvolvimento de concepções sobre a maternidade. Nesse período, circulava o ideal prisional de reinserção, de ressocialização e de correção do indivíduo na sociedade, entendendo a penitenciária como um espaço de cura, predominantemente de uma cura moral, e incluía a cura do corpo, por meio de cuidados físicos da enfermagem²¹.

A congregação religiosa da Irmandade de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d'Angers, de acordo com Andrade (2011), foi a responsável pelos primeiros presídios femininos no Brasil, que lhes eram delegados por penitenciários e governantes brasileiros. Essa Irmandade tem a sua origem em 1838, na França, tendo como a sua principal incentivadora a Irmã Madre Maria Eufrásia Pelletier²² (ANDRADE apud, Poinset, 1968). A

¹⁹De acordo com Andrade (2011), anteriormente ao Código Penal de 1940, têm-se os de 1830 e o de 1890, ambos influenciaram o Código Penal de 1940. O primeiro deles foi inspirado no Iluminismo Penal do século XVIII, o qual se baseava no trabalho como elemento de correção na privação de liberdade e teve os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro como os primeiros locais de seu uso. Tal Código contrastava no país com a prática de escravidão e a presença de presos escravos, o que só mudou no Código de 1890 com a proclamação da República. Mas ainda esse último era alvo de críticas, uma vez que não incorporava os pensamentos da Escola Penal Positiva, comuns à época. Também conhecida como Antropologia Criminal, tal Escola se reivindicava enquanto ciência para explicar o comportamento criminoso e o perfil das mulheres criminosas.

²⁰Anteriormente a esse Código não havia uma regulamentação sobre a separação entre mulheres e homens nas prisões. A decisão pela separação em celas, galerias, por exemplo, ocorria pelas autoridades responsáveis no momento da prisão e também de acordo com a estrutura física do estabelecimento em questão (ARTUR, 2009).

²¹De acordo com Andrade (2011), ambas as funções da penitenciária – cura moral e do corpo – estavam associadas diretamente aos Códigos Penais de 1830 e de 1890.

²² Pode-se pensar que, devido a tal personagem, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada em Porto Alegre, tenha recebido esse nome.

Congregação logo se espalhou pelos demais países, tendo administrado outras casas prisionais na América Latina. Porém, como já mencionado, isso não ocorreu sem críticas por parte da população em geral.

A autora salienta que no contexto brasileiro da década de 1930, a parceria da Igreja Católica com o Estado, em diferentes instituições, não apenas as penitenciárias era uma forma de controle sobre a população por parte do Estado. Tratava-se de um aparente paradoxo exposto pela articulação política entre religião e Estado. A partir de 1980, a população carcerária feminina aumentou, e em consequência das tensões, as Irmãs da Congregação deixaram a administração desses estabelecimentos. Essa época também foi marcada pela precariedade das condições das prisões femininas, ocorrendo o retorno da reclusão de mulheres para estabelecimentos prisionais inicialmente destinados apenas à população masculina (ANDRADE, 2012).

Esses estabelecimentos prisionais compreendiam uma separação do espaço físico entre mulheres e homens reclusos, prevista no Código Penal de 1940, em um mesmo presídio. Apesar dessa partição na reclusão, o que confere à penitenciária um caráter misto, esse cenário é compreendido por Colares e Chies (2008) como “presídios masculinamente mistos”. Isso porque as reclusas estão submetidas a ambientes masculinos, espaços concebidos e construídos para homens, onde a masculinidade se sobrepõe. Esses presídios permitem aos homens uma ampla circulação no ambiente, um acesso facilitado a atividades e a oportunidades de trabalho. Já, as mulheres localizadas nesses mesmos presídios, estão restritas a ocupações, a espaços e a comportamentos específicos. Dessa forma, as dinâmicas dos presídios “mistos” hierarquizam sua população carcerária, impondo às mulheres espaços limitados e reduzidos em relação aos dos homens (COLARES; CHIES, 2009). Trata-se, de acordo com esses autores, do caso dos estabelecimentos prisionais que abrangem a 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul.

A partir do exposto, percebem-se, na construção da história das prisões femininas no país, movimentações tanto de pessoas quanto de valores preconizados à época de seu surgimento — de instituições e das direções. Isso revela fatores intrínsecos: deslocamentos de espaços físicos para a acomodação das reclusas; deslocamentos de comportamentos vigentes no período; e deslocamentos de uma gerência inicialmente mista e conflituosa nas penitenciárias femininas.

2.4 MENSAGENS DE “RECUPERAÇÃO”

A partir das perspectivas apresentadas ao longo deste capítulo é possível refletir sobre alguns aspectos da pesquisa etnográfica em relação aos caminhos da “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina.

As continuidades que perpassam a Penitenciária Feminina quando se trata do serviço de “recuperação” da Narcóticos Anônimos ocorrem em um sentido próximo de uma relação entre prisão e bairros, ou de relações advindas de um sentimento de pertencimento a um Coletivo. Nessas continuidades circulam fisicamente mulheres participantes da Irmandade que carregam suas histórias e seus relatos para junto das reclusas durante o espaço de um painel. As biografias que chegam comunicam uma possibilidade de “recuperação”, de uma “vida limpa”, de relações familiares estáveis, pelas “palavras de fé e de esperança” presentes nas “partilhas” das participantes, assim como pela circulação dos materiais de literatura da Irmandade, dispostos e acessíveis às reclusas. As biografias de uma participante da NA relatadas e produzidas no painel são partes da própria “mensagem” que é levada a Penitenciária.

No fluxo de idas e vindas, o que se circula e se carrega de volta, como retorno de um painel na penitenciária para o cotidiano da vida das participantes, também são possibilidades de se manter “limpas”, por mais aquele dia. A partir daquele serviço prestado, transitam pelos espaços familiares, profissionais e mesmo das salas da Irmandade de Narcóticos Anônimos, “mensagens de recuperação”.

A produção desses encontros de painéis envolve desde identificações das reclusas pelas histórias das participantes, até o reconhecimento das participantes pela situação das reclusas. Dessa forma, histórias se articulam, e dentro da Penitenciária se expandem vivências de um passado e deslocamentos até então imprevisíveis para uma “nova forma de viver”. Essa coexistência física temporária de participantes da Irmandade de NA, de reclusas e de mim mesma no ambiente penitenciário, esses movimentos entre passado (“ativa”), e presente (“recuperação”) ativados a todo tempo pelas participantes da Irmandade em suas “partilhas” nos painéis, produzem uma ideia de continuidade e de transbordamento entre a prisão e os seus arredores. Há um encontro mais do que de pessoas com propósitos ou interesses comuns, mas antes de histórias, passados e relatos que se entrelaçam em um conhecimento da Irmandade de NA por parte das reclusas, promovendo continuidades dessas relações

estabelecidas nos painéis da Penitenciária para a própria “recuperação” individual e cotidiana da participante membro da Narcóticos Anônimos.

No entanto, ao mesmo tempo em que se aclaram essas comunicações e conexões no ambiente penitenciário, por meio da circulação e do trânsito dos painéis na Penitenciária Feminina, se produz, também, significados próprios em relação aos caminhos da “transmissão da mensagem” nessa Instituição. Trata-se de uma ativação de significados, de separação e de afastamento de espaços quando da entrada para a Penitenciária por parte da interlocutora principal de pesquisa. Dessa forma, mais do que um atravessamento ou deslocamento de fronteiras físicas, a interlocutora percorre um trajeto que é também uma separação entre o seu presente e o seu futuro. Isto porque a possibilidade de estar em “recuperação” provoca a interlocutora a praticar seu serviço de “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina, afastando-a, temporariamente, de um retorno ao uso de substâncias psicoativas, à sua “adição ativa”, e, dessa forma, de um aprisionamento, seja ele em uma Penitenciária ou em clínicas de internação, como será visto de forma mais detalhada no capítulo quatro desta dissertação.

O trabalho de campo realizado nesta pesquisa me faz pensar nas potencialidades do serviço de “transmissão da mensagem” da Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina. Isto porque mais do que atravessar espaços físicos, o serviço percorre uma vida e uma “partilha”, com o objetivo de provocar uma “recuperação” no outro a partir da sua própria. Dessa forma, a “transmissão da mensagem” ultrapassa noções de localização, de previsão e de permanência.

No próximo capítulo trato sobre a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, mais especificamente sobre os movimentos, as entradas, as idas e vindas das participantes da Irmandade de Narcóticos Anônimos nessa Instituição para a realização dos painéis. Também são trabalhadas as circulações, os envolvimentos e as preparações das participantes para a realização do serviço de “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina.

3 PAINÉIS DA IRMANDADE DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS NA PENITENCIÁRIA FEMININA: UMA HISTÓRIA DE IDAS E VINDAS

No presente capítulo têm-se, como eixo organizador, os fluxos e os refluxos da relação entre a Penitenciária Feminina e a Irmandade de Narcóticos Anônimos, especialmente quando se trata da realização dos painéis em Hospitais e Instituições (HI). Dessa forma, resalto as circulações, os trânsitos, as idas e vindas e as dinâmicas para a ocorrência desse serviço de painel.

O capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente discorro sobre o início da pesquisa na Penitenciária Feminina, as negociações e as autorizações necessárias para a entrada, a realização do trabalho de campo. Em sequência, apresento o funcionamento da Instituição, principalmente em relação à divisão das galerias, e por fim, as agentes penitenciárias, as quais são as gestoras do espaço e da movimentação das reclusas e possibilitam a realização dos painéis. Posteriormente, apresento as dinâmicas e alguns elementos da Instituição Penitenciária e da Irmandade, os quais podem permitir, ou não, a realização dos painéis. Finalizo o capítulo com uma descrição sobre os painéis em si, no que se refere à atuação das reclusas e suas “partilhas”, o que põe em evidência movimentações e trânsitos tanto da Instituição quanto da Irmandade de Narcóticos Anônimos.

3.1 NEGOCIANDO A ENTRADA: DO PROJETO À PORTARIA

As negociações para a minha entrada na condição de pesquisadora na Penitenciária Feminina foram marcadas por inúmeros elementos, diversas pessoas, e muitas esperas. Esses elementos foram desde diálogos longos com funcionários da Instituição, apresentações da pesquisa em reuniões com a direção da Instituição e alguns de seus funcionários, inúmeros telefonemas, alguns desencontros com as mulheres da Narcóticos Anônimos e identificações constantes na Instituição.

Inicialmente, obtive a autorização da Escola de Serviço Penitenciário (ESP), mais especificamente do setor responsável pelas pesquisas, o qual está inserido entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e as Instituições de Ensino Superior. A partir desse resultado iniciei contatos telefônicos que perduraram durante todo o trabalho de campo com a Instituição, com o objetivo de apresentar a minha pesquisa para a direção e

funcionários envolvidos de alguma forma com o serviço da NA, e obter também a autorização da diretora da Penitenciária²³. Nas reuniões que ocorreram com este propósito pude conhecer algumas agentes penitenciárias, a assistente social envolvida com os painéis da NA, e a diretora, além de apresentar o Projeto de pesquisa tive oportunidade de discutir sobre o Termo de Esclarecimento, trabalhado na Introdução dessa dissertação. Em uma dessas ocasiões me foram feitas recomendações sobre procedimentos de entrada na Instituição e participação nos painéis - desde os horários e vestuários adequados, até a confecção de uma carteirinha de visitante, e formas de proceder em situações hipotéticas de tumulto entre as reclusas durante os painéis.

O consentimento das mulheres reclusas que participavam dos painéis da Narcóticos Anônimos também foi negociado. Isso ocorreu de duas formas: por iniciativa do Subcomitê Regional de Relações Públicas da Narcóticos Anônimos e por minha iniciativa que, em cada painel, rerepresentava o termo de esclarecimento. Não por acaso, o Subcomitê salientou essa necessidade à interlocutora principal de minha pesquisa, a líder dos painéis. Segundo ela, o caráter de ineditismo em Narcóticos Anônimos da pesquisa fez com que o Subcomitê considerasse não apenas a minha participação intensa em um grupo da Irmandade na cidade de Porto Alegre, e as autorizações já concedidas pela Instituição, mas também a opinião das reclusas que frequentam os painéis.

Dessa forma, o consentimento das mulheres reclusas ocorreu em um Painel que precedeu a minha primeira participação. Naquela ocasião, a interlocutora principal, seguindo as orientações do Subcomitê e as minhas próprias explicações sobre os objetivos do trabalho, apresentou brevemente a minha pesquisa, e, posteriormente à realização desse Painel, informou-me sobre o aceite das reclusas.

Para a minha entrada na Instituição seriam necessários dois instrumentos de identificação: algum documento com fotografia e a carteirinha de visitante. Devido à rotatividade entre as agentes penitenciárias e à própria dinâmica da Instituição, esse procedimento de identificação não ocorria sempre da mesma maneira. Na maioria das vezes que entrei na Penitenciária foi suficiente, como também para as mulheres da NA, apenas o primeiro documento, o qual ficava retido no balcão de identificação da Instituição, e era devolvido após o painel juntamente com os outros objetos pessoais: bolsas, mochilas, chaves de carro.

²³ Ambas as autorizações referidas – da ESP e da diretora - estão anexas na presente dissertação.

A rotatividade das funcionárias e a sua constante movimentação entre diferentes postos²⁴ na Penitenciária faziam com que algumas delas já conhecessem os painéis da NA com mais familiaridade do que outras. Esse conhecimento prévio — deduzíamos — poderia repercutir na forma e no atendimento das agentes penitenciárias as mulheres da NA e a mim mesma, quando estávamos no balcão de identificação da Instituição, na entrada da Penitenciária.

No entanto, a forma de se portar das agentes penitenciárias em relação à lista com o nome das mulheres da NA que serviriam no painel, encaminhada com alguma antecedência pela líder do painel à assistente social da Instituição, era variada. Foi possível observar que nem todas as funcionárias lidavam da mesma maneira em relação à lista elaborada e entregue, motivando uma série de deslocamentos no ambiente da Instituição. Algumas agentes penitenciárias aceitavam com tranquilidade a lista contendo apenas os nomes das mulheres da NA - mas sem o nome da antropóloga; outras ficavam entre idas e vindas do balcão de identificação para a sala da direção, buscando comprovações formais da minha posição de pesquisadora na Instituição, e de uma justificativa para o nome da pesquisadora, o meu próprio, não estar presente na lista referida.

Dependendo do modo com que a agente penitenciária lidava com a lista, poderia se somar argumentos sobre a minha presença nos painéis. Essas explicações advinham tanto da assistente social – que eventualmente poderia estar próxima de nós – quanto da interlocutora principal e também de mim mesma quando todas tentavam ressaltar a pesquisa e as autorizações necessárias já obtidas.

As movimentações e os fluxos brevemente apresentados tanto para as negociações da pesquisa no âmbito da Instituição e no da Irmandade quanto das agentes penitenciárias no balcão de identificação, têm um caráter persistente, a seguir relatado, em todo o percurso de se estar na Penitenciária.

3.2 EM CONSTANTE MOVIMENTO: PÁTIO, GALERIAS E POSTOS

A Instituição é um local de circulação de diferentes pessoas em seus diversos ambientes, desde o seu pátio até as galerias e os postos. Caminhando-se poucos minutos no

²⁴ Os postos são os locais próximos de cada galeria da Penitenciária, cada um deles conta com algumas agentes penitenciárias responsáveis pela movimentação das reclusas. Neste capítulo ainda farei referências aos diferentes postos localizados na Instituição.

pátio ou na primeira sala da Penitenciária já se pode perceber a movimentação de pessoas. Observa-se a circulação de veículos no pátio: carros estacionam nas vagas reservadas para pessoas com vínculos de trabalho na Instituição; entram e saem automóveis da SUSEPE que percorrem fóruns e hospitais com mulheres reclusas, e transitam veículos de voluntários, como é o caso de algumas mulheres da NA. Também circulam funcionários, chegando ou saindo da Instituição; parentes de algumas reclusas que abordam algum agente penitenciário desejando informações sobre as mesmas; e pequenos grupos de senhoras que prestam serviços religiosos na Penitenciária. Certa vez, percebi que também transitavam algumas familiares de reclusas levando um bebê até a Instituição para que a mãe, em reclusão, o amamentasse.

Para acessar o pátio é preciso atravessar o portão eletrônico – que está quase sempre aberto no turno diurno — tocar a campainha e assim se identificar para o agente penitenciário que está assumindo a função na portaria naquele dia específico. Após essa identificação, pode-se adentrar na Instituição, aguardando-se, temporariamente, na primeira sala – a qual oferece passagens para toaletes e a uma sala menor -, ou diretamente no balcão de identificação.

Na maioria das vezes que acompanhei os painéis, fiquei no pátio esperando por todas as mulheres da NA para a realização do serviço. Algumas delas vinham com outras companheiras ou sozinhas. A identificação como Narcóticos Anônimos na portaria da Instituição ocorria quando havia a presença de duas participantes da Irmandade.

Nas primeiras vezes cheguei antecipadamente e aguardei pelas mulheres já na primeira sala – quando já havia atravessado uma das portas chaveadas. Naquele local, sentávamos, dividindo sofás, e as conversas eram geralmente sobre a “adição” e a “recuperação”. Dessa sala de entrada, passávamos pela segunda porta gradeada. Essa passagem muitas vezes ocorria em meio a conversas sobre diferentes assuntos, como a respeito da história de vida de uma delas. Poderiam ser relatos que seguiam temas de entrevistas anteriores e que tratavam sobre: internações clínicas, relações familiares, casamentos e filhos.

3.2.1 O Espaço da Penitenciária em Circulação

A Penitenciária Feminina Madre Pelletier, de acordo com Rodrigues (2005), no princípio da sua fundação – anos de 1940 – se caracterizava como uma casa correccional, administrada como outras prisões femininas brasileiras à época, ou seja, pela Congregação

Católica do Bom Pastor, fundada pela madre francesa Maria Eufrásia Pelletier²⁵. A partir de 1980, devido a algumas modificações no país, como o processo de redemocratização e o crescimento da discussão a respeito da laicidade do Estado, a Congregação se distanciou da gerência formal da Instituição, assumindo apenas uma prestação de atendimento religioso, garantida como direito na Lei de Execução Penal (LEP) de 1984.

Atualmente, a Penitenciária Feminina conta com uma equipe de direção, de técnicos e de agentes penitenciárias. A Instituição tem uma média de 240 reclusas, com variação diária, e capacidade de lotação para 236 mulheres. Muitas são transferidas dali para outras Penitenciárias do Estado, e outras recebem liberdade provisória ou a total.

As mulheres podem residir em diferentes galerias e unidades, dependendo da questão jurídica a que estão associadas e da sua situação de saúde. Uma dessas unidades é a Materno-Infantil (UMI), onde as reclusas ficam com seus bebês. Existem ainda três galerias, e a subdivisão de uma delas em diferentes unidades.

Na galeria B se encontram quatro diferentes unidades. As unidades B1 e B2 são destinadas às reclusas gestantes e as que têm problemas crônicos de saúde. Dessa forma, ambas as unidades têm acesso facilitado à Unidade Básica de Saúde (UBS). Essa última funciona como um Posto de Saúde do bairro, que oferta atendimentos e consultas rotineiras com psiquiatra, ginecologista, psicólogo, assistente social, dentista, clínico geral e infectologista. Na B1, como prevalece a questão de saúde, encontram-se tanto reclusas provisórias quanto condenadas, e na B2, a maioria delas são condenadas primárias, e algumas trabalham na Penitenciária.

Na unidade B3 predominam as reclusas condenadas reincidentes e trabalhadoras. A B4 tem como característica física um espaço totalmente fechado, inclusive em suas celas, conhecido como “seguro”. Essa unidade é destinada a reclusas associadas a situações delicadas — delitos contra crianças, expulsões de outras galerias, ou por solicitação própria permanecem nessa unidade.

A galeria C é constituída por reclusas trabalhadoras, e a assistente social a considera diferenciada e organizada. Essas reclusas assumem diferentes funções de trabalho, que atendem às demandas do funcionamento da própria Instituição. Na cozinha, podem ser

²⁵ Sobre a origem das prisões exclusivamente femininas no Brasil, ver o capítulo 2 da presente dissertação.

auxiliares, cozinheiras e paneleiras, e, na limpeza, podem trabalhar na manutenção e no recolhimento do lixo.

Na galeria D vivem reclusas primárias provisórias, ou seja, aquelas que estão na Penitenciária pela primeira vez e aguardam julgamento. Muitas delas, anteriormente, estavam em situação de rua e de uso de algumas substâncias psicoativas, e assim, podem ter sido enquadradas juridicamente no “tráfico de drogas”. Essa galeria caracteriza-se por trânsito e movimento intensos, por entradas e saídas constantes de mulheres que podem tanto obter a liberdade quanto serem condenadas, e, assim, transferidas para outras galerias. A galeria D possui uma grande diversidade de tempos de reclusão, mulheres que residem lá há poucos dias, e outras há quase um ano, aguardando audiência.

De acordo com a assistente social entrevistada, a galeria D é “a porta de entrada aqui dentro”, é a forma de ingresso na Instituição, e novas reclusas na Instituição indicam grande lotação nessa galeria. Apesar do fluxo intenso, a assistente social percebeu um “grupo”, conforme referiu, de “mulheres conscientes de si e das suas vivências”, mulheres que estavam buscando “se fortalecer”. Diferentemente de uma galeria “fechada”, a galeria D se mostra um espaço da captação de interessadas em participar dos painéis da NA.

A movimentação das reclusas nessas diferentes galerias, para qualquer atividade ou compromissos cotidianos, é de responsabilidade das agentes penitenciárias. Essas funcionárias ocupam um posto específico em cada dia de plantão de trabalho, sendo uma característica da Instituição a rotatividade e a provisoriedade, dessa forma, para cada 24 horas trabalhadas há 72 horas de descanso. O posto ocupado em cada plantão é definido pela supervisora da equipe de agentes penitenciárias, e essas últimas só tomam conhecimento do seu posto naquele dia de plantão no momento em que entram na Instituição.

Cada galeria tem um número específico de profissionais, podendo variar de uma a três agentes penitenciárias. As agentes desempenham diferentes funções, entre as quais a de acompanhar as reclusas aos painéis da NA, à escola e ao trabalho²⁶. A participação de uma reclusa em uma atividade não exclui a sua participação em outras, dessa forma, após um

²⁶ Quanto aos trabalhos, existem os Protocolos de Ação Conjunta (PACs), são convênios estabelecidos entre a SUSEPE e algumas empresas, as quais podem adentrar na Penitenciária. A remissão é para cada três dias de trabalho um dia a menos no cumprimento da pena. Comparado ao ano de 2013, época em que aproximadamente 80% de todas as reclusas trabalhavam e estavam vinculadas a uma mesma firma, existem atualmente poucas PACs.

painel uma reclusa pode retornar à escola ou ao trabalho, sem que os atrasos impliquem em faltas.

As agentes penitenciárias, além de atuarem nesses postos, transitam na sala de entrada da Instituição. Uma delas é escalada como responsável pelo Livro de Ocorrências – aquele que fica no balcão de identificação - no qual são descritas todas as movimentações cotidianas, as entradas, as saídas e os seus respectivos horários. Isso inclui desde a saída de uma reclusa acompanhada de duas agentes penitenciárias para ganhar seu filho em um hospital, até a própria entrada das mulheres participantes da Narcóticos Anônimos, e a minha, na condição de pesquisadora na Instituição.

3.3 PARA QUE UM PAINEL ACONTEÇA

Nesta seção apresento os caminhos diversos percorridos para a realização de um painel na Penitenciária Feminina. Inicialmente, trabalho com as movimentações que ocorrem no espaço penitenciário, as informações trocadas, as atuações das profissionais, e também as ocasiões de suspensões, de interrupções e de imprevisibilidade do serviço, comuns na Penitenciária. Por fim, apresento o trajeto percorrido pela Irmandade de Narcóticos Anônimos para a ocorrência desse serviço. Aqui, os elementos vão desde a prática da Tradição, no âmbito dos grupos existentes na cidade, até os treinamentos, englobados em uma instância específica da NA, a qual se organiza a partir da junção de inúmeros grupos.

3.3.1 Painéis e os seus Caminhos pela Penitenciária

Para a realização dos painéis na Penitenciária são necessárias tanto movimentações de diferentes setores da Instituição quanto a circulação de informação sobre a sua existência. A informação circula através da comunicação entre as reclusas, da atuação do setor de atendimento psicossocial e, principalmente, por parte das agentes penitenciárias.

No primeiro caso, as conversas entre as reclusas, muitas vezes, da galeria D podem motivá-las e mobilizá-las para a participação nos painéis. A assistente social ressaltou alguns diálogos advindos de atendimentos individuais realizados, que revelam essas interações. Um deles realça a própria “identidade”, criada entre algumas reclusas, devido à participação delas nos painéis. Exemplo disso é o convite de uma reclusa a outra para participar dos painéis, e a convidada retorna para o atendimento com a assistente social afirmando, de acordo com a

profissional, que “a fulana me falou do grupo, eu também quero participar, ah dona XXX (assistente social), coloca a fulana, que ela quer”. Ou, ainda, “entendeu, e elas me trazendo assim, aí foi tri bom, porque depois do grupo a gente se reúne na galeria e continua”.

A atuação do atendimento psicossocial tem início desde a entrada da reclusa na Instituição, na entrevista de acolhimento, nos atendimentos, nos acompanhamentos e nos retornos seguintes. Nessas situações, alguns tópicos são conversados, desde uma experiência de maternidade a questões de uso de substâncias psicoativas. Dessa forma, a assistente social comenta sobre os painéis da Narcóticos Anônimos, sua dinâmica, seu funcionamento - de participação e de continuação não obrigatórias. Algumas das reclusas podem apontar que já conheciam NA anteriormente, da “rua”, e indicar ou não algum interesse em participar.

A partir de um interesse da reclusa, o seu nome é inserido em uma lista pela profissional que a atende, seja esta a assistente social ou a psicóloga. Devido à dinâmica da Penitenciária, de entradas e de saídas de reclusas, a lista elaborada é constantemente atualizada, podendo-se acrescentar e retirar nomes regularmente. Na parte inferior da lista há uma observação feita pela assistente social, ressaltando o caráter aberto do “grupo”, para o caso de alguma reclusa desejar participar mesmo que o seu nome não conste de antemão na lista. Além da lista, a assistente social também realiza um “trabalho de bastidores”, ao percorrer, em curto espaço de tempo, todos os postos da Instituição como forma de atualizar as agentes penitenciárias sobre as movimentações necessárias para a efetivação de um painel da NA.

Nos atendimentos à reclusa, a assistente social toma conhecimento se a reclusa participou ou não do painel e se informa, por exemplo, se ela está gostando de participar. De acordo com a profissional, podem ser produzidas tanto identificações, quando as histórias ouvidas pelas reclusas se assemelham as suas próprias, e dessa forma, gerar sentimentos de pertencimento àqueles painéis, quanto podem ocorrer situações em que a reclusa não se interessa em participar deles por não sentir essa necessidade.

De acordo com essa profissional, a participação nos painéis é uma escolha das reclusas: “porque é isso assim, não adianta a gente forçar as coisas por estar em uma instituição total né, isso que eu acho legal assim, elas nesse grupo desde o início, desde o início, nunca teve essa conotação [...], nunca houve essa vai me favorecer em algum aspecto. Assim tu entende, tipo uma barganha”. Dessa forma, os painéis da Narcóticos Anônimos são

vistos como algo positivo por essa profissional, pois, diz, trata-se de “um lugar aqui dentro dessa instituição fechada, da prisão, de um espaço aberto, entendeu, aberto”.

As atuações das agentes penitenciárias para a realização de um painel da Narcóticos Anônimos são fundamentais. Pelo fato de serem essas profissionais as responsáveis pelas movimentações das reclusas nas galerias, na chamada da lista (elaborada pelo setor psicossocial da Instituição) e na abertura das celas e no seu retorno, essas idas e vindas das profissionais do seu posto a cada galeria podem ocorrer em duplas de colegas ou individualmente. Assim, o envolvimento das agentes penitenciárias no serviço da NA permite o requisito básico para a realização de um painel: a presença das reclusas.

A partir dessa movimentação das agentes penitenciárias nas galerias, as reclusas percorrem escadas e corredores até o salão onde é realizado o painel. O final de um painel da Narcóticos Anônimos implica o retorno da reclusa para a sua galeria ou para alguma atividade dela em curso. Esse caminho também é mantido sem o uso de algemas, em passos lentos por algumas reclusas e sem uma vigilância física das agentes penitenciárias no salão, ou na porta de entrada.

Entre um painel e outro são essas funcionárias que, devido aos seus trânsitos constantes nas galerias, podem facilmente atualizar as reclusas sobre a existência do painel naquela semana, ou informar sobre alguma alteração e substituição de suas datas. Essas conversas podem ocorrer motivadas pelo engajamento de algumas reclusas em frequentar os painéis, e, assim, indagam sobre a sua periodicidade e sobre a confirmação do evento naquele dia específico.

O engajamento é constatado pela participação nos painéis da maioria das reclusas que têm seus nomes escritos na lista. De acordo com uma agente penitenciária entrevistada, a existência do painel pode significar, para uma reclusa, a oportunidade de sair momentaneamente da galeria, de circular e de encontrar com outras reclusas, mas também, e principalmente, de participar pelo seu interesse próprio na “recuperação”. No entanto, mesmo com alguma presença dos mecanismos necessários para a realização de um painel na Penitenciária – as interações entre as reclusas, os atendimentos psicossociais e as movimentações das agentes penitenciárias – o serviço da Narcóticos Anônimos pode ser suspenso. Isso pode ocorrer devido à dinâmica própria da Instituição, de situações inesperadas, provisórias, instáveis e repentinas.

Dessa forma, atividades e compromissos já previstos que envolveriam algumas reclusas tomam outros caminhos. Exemplo disso são as interrupções temporárias de atendimentos psicossociais na Penitenciária, pois, uma escolta externa, um acompanhamento de agentes penitenciárias junto à reclusa para, por exemplo, visita médica ou a fóruns pode ser causa da diminuição desses funcionários atuando em seus postos específicos. Um número menor de efetivo na Instituição minimiza e evita as movimentações nas galerias e também a entrada de outras pessoas na Instituição.

Outra situação decorre do caráter de imprevisibilidade das revistas em determinadas galerias da Instituição. A coincidência da prática de revista²⁷ no turno dos painéis pode provocar cancelamentos e adiamentos do serviço da NA previamente agendado. Em consequência, ocorrem as transferências semanais de painéis, o que pode produzir, por um lado, ansiedade nas reclusas devido a uma nova espera, e, por outro, deslocamentos antecipados das mulheres responsáveis por aquele serviço para suas residências, seus trabalhos, e outras atividades da Narcóticos Anônimos.

Assim, os mecanismos ativados na Penitenciária para a existência de um painel: conversas entre as reclusas, atendimentos psicossociais e atuações das agentes penitenciárias, são constantemente submersos pelas características próprias dessa Instituição. As instabilidades e imprevisibilidades da Penitenciária, mais do que atingir a efetivação de um serviço da NA, envolvem o próprio cotidiano das mulheres reclusas.

Apresentados os caminhos percorridos na Instituição para a realização de um painel e os motivos de sua suspensão, a seguir demonstro os movimentos na própria Irmandade para a ocorrência desse serviço. Também aponto para aquelas situações que interrompem a possibilidade de um trabalho coletivo.

3.3.2 Painéis e os seus Caminhos pela Irmandade

Para a realização dos painéis na Penitenciária, a Irmandade também mobiliza uma série de elementos que se movimentam em diferentes instâncias, envolvem membros diversos, e giram em torno da mútua ajuda entre os participantes. Esses elementos variam desde a prática da 7ª Tradição nos inúmeros grupos institucionais existentes na cidade e suas

²⁷ Nas ocasiões de revistas em galerias, as quais podem ter uma duração de tempo variada, o objetivo se concentra em captar objetos considerados ilegais em ambiente penitenciário. Tais como: aparelhos celulares, e substâncias psicoativas ilícitas.

implicações para o serviço de “transmissão da mensagem”, como também nos treinamentos que ocorrem nas reuniões do Subcomitê Regional de Relações Públicas.

A circulação da 7ª Tradição nas reuniões de grupos institucionais da NA é o que permite, por exemplo, a realização tanto do serviço de Informação ao Público (IP)²⁸ quanto do serviço em Hospitais e Instituições (HI) da Irmandade na Penitenciária Feminina. Uma vez que essa Tradição ocorre durante as reuniões de grupos na cidade e consiste na circulação da “sacola” permitida apenas entre os membros, ou seja, na deposição de fundos financeiros. A prática da 7ª Tradição é compreendida pelos membros como uma forma de gratidão à Irmandade, pois, muitas vezes, foi por meio dessa Tradição que os membros atuais tiveram conhecimento sobre Narcóticos Anônimos.

A soma desse recurso advindo da “sacola” sustenta cada grupo mensalmente, desde valores de aluguéis de sala, até a compra de mantimentos para os cafés servidos primordialmente durante os intervalos das reuniões. O restante do dinheiro é repassado pelo tesoureiro do grupo à Área da Narcóticos Anônimos, à qual esse grupo está vinculado. A Área da NA, por sua vez, distribui esse valor entre os seus Subcomitês. Assim, as passagens de transportes do coordenador de Relações Públicas e de outros “companheiros” disponíveis para a realização do IP, e da líder e das oradoras para a realização de cada painel, são recursos advindos do Subcomitê de Relações Públicas. Esses recursos tiveram como origem primeira a prática da 7ª Tradição de todos os grupos de uma mesma Área da Narcóticos Anônimos.

Dessa forma, a circulação da “sacola” em cada grupo da cidade, a participação monetária de um membro da NA em reuniões semanais de mais de um grupo, e as transferências de recursos financeiros para as diferentes instâncias da Irmandade garantem de alguma forma a realização dos serviços. Ou seja, as mobilizações da 7ª Tradição ocorrem no âmbito dos grupos institucionais, perpassam os seus tesoueiros, os compromissos com a manutenção das salas de reuniões, as Áreas, os Subcomitês, em uma dinâmica “externa” à Penitenciária, porém, atuante na Instituição na forma principalmente de painel.

As movimentações como a da “sacola”, presente na 7ª Tradição de Narcóticos Anônimos, continuam para a realização dos painéis, com a dinâmica dos treinamentos. Os

²⁸ O serviço de Informação ao Público (IP) está descrito no primeiro capítulo da presente dissertação. De forma breve, a sua necessidade se justifica por um desconhecimento ou distanciamento inicial da Penitenciária – sua equipe técnica, seus funcionários e a direção – sobre a Irmandade de NA e o seu propósito de “recuperação”. Dessa forma, o serviço de IP ocorre anteriormente aos painéis em Hospitais e Instituições (HI), contando com a participação das reclusas, e de diversos funcionários da Instituição.

treinamentos ocorrem nas reuniões do Subcomitê e de forma repentina, além disso, os membros se movimentam nessas ocasiões em posições provisórias o que revela as idas e vindas e os retornos constantes nos treinamentos.

Essas reuniões do serviço são semanais e envolvem, além do coordenador desse Subcomitê, os membros da Irmandade interessados, tanto homens quanto mulheres. Os treinamentos ocorrem de forma não programada e agendada, sem um calendário prévio, pois são mobilizados por uma dimensão voluntária, pela necessidade própria de aprendizado e de reforço dos membros engajados no serviço de “transmissão da mensagem” em Hospitais e Instituições.

As posições provisórias — de ouvinte, oradora, líder e “residente” — ocupadas pelos participantes durante os treinamentos, trazem à tona uma circulação e interações constantes de pessoas e de perguntas e respostas. Essas posições, no treinamento, perpassam as três funções que um membro da Irmandade pode assumir quando se trata de um painel: ouvinte, orador e líder de painel. De forma resumida, a ouvinte participa dos painéis nessa posição, no mínimo, por três vezes. A sua participação se restringe a uma identificação como membro da Irmandade e ao aprendizado, principalmente pela escuta do conteúdo das “partilhas” das oradoras. As oradoras são aquelas que “partilham” suas biografias relatam, em um tempo controlado, aspectos sobre a sua “adição ativa” e a sua vida “limpa”. Porém, devido a uma notável demanda por oradoras, essa frequência mínima nem sempre ocorre. A líder é quem acolhe as “internas”, conduz e organiza a dinâmica do painel, e é responsável pela futura prestação de contas do andamento do painel, nas reuniões posteriores de serviço. A realização da sua “partilha” depende do número de oradoras presentes em um painel.

O treinamento tem o objetivo, por exemplo, de reforçar a função de orador de um membro, quando um longo período de tempo sem realizar o serviço nessa posição específica provoca a necessidade de “reciclagem”. O treinamento também se faz necessário para atualizar a posição de líder, quando um membro já realiza os painéis na função de orador.

As posições de oradora e de líder de painel, e também a de “interna” são situacionais nos treinamentos. Dessa forma, uma pessoa que se dedicou, por exemplo, à função de oradora pode, durante o mesmo treinamento e no instante em que não estiver “partilhando”, fazer perguntas – o que seria o papel de uma “interna”. Ou orientar o “líder” em sua função – como o faz o membro com mais experiência nesse serviço. Essas orientações podem esclarecer para os presentes, e principalmente para o “líder”, o que se pode esperar, em um painel, de cada

posição determinada. Por exemplo, é prevista a identificação da pesquisadora enquanto tal, e não a sua participação com perguntas.

Essas perguntas e respostas ocorrem nos treinamentos de forma semelhante a um painel, sendo as primeiras originadas pelas “internas” e incentivadas pela líder, e as respostas são oriundas das respectivas oradoras, ou, até mesmo, da líder. As perguntas são feitas a partir do que foi “partilhado” por uma oradora, e geralmente são respondidas no final do painel, quando a líder, após tê-las anotado no Relatório, as lê em voz alta. Nesse sentido, apresento algumas perguntas feitas durante os treinamentos pelos membros que revelam a necessidade de uma correspondência fundamental entre as respostas e os princípios da Narcóticos Anônimos. Vale lembrar que a Irmandade não diferencia tipos e qualidades de substâncias psicoativas, mormente denominadas, nesse universo, de “drogas”, tampouco é incentivado durante os painéis a discriminação nominal dessas substâncias e outros detalhes que lhe são associados.

Dessa forma, em um treinamento, quando, por exemplo, surge uma pergunta explícita sobre o nome, o tipo ou o uso que foi feito de uma “droga”, ou quando um orador “partilha” sobre “drogas leves e pesadas”, e lhe é perguntado o que seria isso, as respostas dos oradores confirmaram os preceitos da Irmandade: o caráter igualitário de todas as “drogas” (para uma pergunta específica sobre o uso de *crack*, por exemplo); e a não diferenciação entre “drogas leves e pesadas”, o que inclui o álcool, na categoria “drogas”.

Porém, algumas vezes as respostas podem se distanciar dos preceitos esperados da Narcóticos Anônimos, e nessas situações as respostas são prontamente discutidas e analisadas pelos membros presentes nas reuniões de serviço, independente da função que ocupem naquele treinamento. Por exemplo, quando houve a indagação sobre o motivo da interrupção do uso de “drogas” por um orador. A resposta indicava o sofrimento dos pais do orador pelo seu uso de substâncias psicoativas, principalmente o da mãe. Imediatamente a isso é comentada sobre a utilização do conteúdo dos 12 Passos como estratégia para “corrigir” algo “partilhado” anteriormente. Dessa forma, o 1º Passo – “reconhecimento da impotência perante a adicção” – era uma maneira de fazer referência a si mesmo como motivo de uma interrupção do uso, já que para a Irmandade da Narcóticos Anônimos nenhuma outra razão é argumento suficiente para o término do consumo que não a si mesmo.

No transcurso de um treinamento, repete-se, com insistência, a necessidade de fazer convites para as pessoas “internas” participarem das reuniões dos diferentes grupos da

Narcóticos Anônimos ao se desligarem daquela Instituição de reclusão. A finalidade de todos os treinamentos é reforçar a forma “correta” de divulgar a “mensagem” e também confirmar a ideia de que é possível se “recuperar” através da participação na Narcóticos Anônimos. Essa forma “correta” de se “partilhar” durante os painéis é justificada como necessária, pois, os membros compreendem a posição do orador de “representante” da NA para os leigos e o público em geral, apesar do conhecimento entre os membros da inexistência desse papel na Irmandade.

A suspensão de um painel devido à dinâmica da própria Penitenciária pode se repetir também no caso de situações inesperadas advindas da Irmandade de NA. Um exemplo disso são os cancelamentos e as transferências do serviço devido a uma dificuldade em obter o número mínimo de duas oradoras para a realização do painel.

A seguir apresento um relato da assistente social sobre uma expectativa das reclusas em participar de um painel que, posteriormente, foi desmarcado.

teve um dia que ah foi o dia que XX (líder do painel) ligou para dizer que não tinha, e eu já tinha falado para elas (as reclusas), porque elas me perguntam, ahh dona XX (assistente social) vai ter grupo essa semana? Ah, ah, ah, essa semana vai ter. Dai depois foi liberado o pátio ali, porque a minha janela dá para o pátio, a dona XX (assistente social) e NA? NA? (tom mais alto de voz) sabe, elas tavam assim, e foi o dia que a XX (líder) desmarcou, e elas sabiam que ia ter e dai naquele horário elas tavam no pátio gritando, e NA dona XX (assistente social)? e o NA? Sabe?

Essa dificuldade – da presença de, no mínimo, duas pessoas para realização de um painel – pode ser compartilhada entre os membros em uma reunião de serviço. Por meio da expressão “tamo junto”, líderes de diferentes painéis se reconhecem na mesma situação de desafio. Sobre essa possibilidade de impedimento de painel, a interlocutora principal se expressou em uma reunião de serviço sobre a situação de minha pesquisa, dizendo que ela não queria deixar a “companheirinha para trás”.

Percebe-se, portanto, que a realização de um painel envolve, por parte da Narcóticos Anônimos, um trabalho coletivo e de ajuda mútua levados a cabo em vários níveis da Irmandade. Para muito além da vontade e da disponibilidade individual da líder que coordena o serviço na Penitenciária, encontra-se nesse processo um trabalho que perpassa desde as reuniões de treinamento até as organizações cotidianas entre horários de compromissos

profissionais remunerados, e as próprias relações sociais de se estar em NA, como será apresentado na sequência.

3.4 PAINÉIS NA PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER

Os painéis da Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina são caracterizados por movimentações, diálogos e deslocamentos por parte das mulheres da Irmandade, seja mediante organização informal de contatos entre as participantes, ou pelos diálogos e pelas trocas da líder ora com o Subcomitê de Relações Públicas, ora com a Instituição, durante todo o itinerário que envolve esse serviço.

Como mencionado anteriormente, é constante o trânsito e a circulação de funções das participantes da Narcóticos Anônimos na realização de um painel. Dessa forma, uma mesma pessoa pode participar de inúmeros painéis em uma semana, ocupando, por exemplo, ora a posição de líder, ora a de oradora. Essas participações são solicitadas, confirmadas e desmarcadas rapidamente entre as mulheres por meio das reuniões de grupos semanais, e também por meio de uma rede informal de contatos, desde ligações telefônicas ou a partir de conversas em redes sociais. Essa rede de contatos também pode ser acionada para alguns membros mobilizarem outras participantes da NA, em correntes diversas de ligações e de conexões. Assim, tem-se no momento de entrada na Penitenciária tanto uma atualização da lista – aquela já encaminhada pela líder à assistente social – e também uma circulação de diferentes histórias de vida sobre uma experiência comum – a da “adição”.

Dessa forma, muitas vezes apenas quando já se estava no pátio da Penitenciária é que se tomava conhecimento sobre os nomes das mulheres da Irmandade que iriam fazer o painel naquele dia. Essa informação vinha tanto da interlocutora principal de pesquisa quanto de outra “companheira” presente. Muitas das participantes já se conheciam das reuniões abertas de grupos ou de suas celebrações, e nos casos de desconhecidas, eu me apresentava naqueles poucos instantes que antecediam a entrada na Instituição, ou a interlocutora já tinha comentado sobre o meu trabalho em conversas anteriores. Essa instabilidade sobre os nomes das participantes de um painel se conformava tanto com um cotidiano de diferentes mulheres ocupadas com atividades variadas – o início de um novo emprego ou de viagens – quanto da sua circulação em diversos grupos. Essas mulheres se conheciam entre si, devido a Narcóticos Anônimos, e mais especificamente, ao serviço de “transmissão da mensagem” na

Penitenciária Feminina. Dessa forma, elas também poderiam se apresentar pessoalmente entre si naquele mesmo pátio da Instituição.

Os diálogos, as trocas e os contatos da líder de painel com o coordenador do Subcomitê de Relações Públicas da Irmandade e demais membros, e com a assistente social da Instituição e outros técnicos, possibilitam o andamento do serviço e a sua atualização em ambas as instâncias mencionadas.

Nas reuniões de serviço do Subcomitê de Relações Públicas, a líder pode, juntamente com outros “companheiros”, sugerir a apresentação de determinados materiais da Irmandade como apoio e suporte para futuros painéis. Um desses é o banner que contém os chamados “Evite” e “Procure”, que tratam, basicamente, no primeiro caso, de lugares, pessoas e hábitos da “ativa”, e, no último, por exemplo, de uma busca por contatos e convivências com membros da Irmandade de Narcóticos Anônimos. O material atua no sentido de esclarecimento às reclusas sobre o que é sugerido pela Irmandade, e também pode ser ativado como conteúdo para as próprias oradoras no momento de suas “partilhas”. Dessa forma, diante de novas necessidades percebidas em cada painel na Penitenciária, a líder e as oradoras podem sempre retornar com essas questões nas reuniões de serviço semanais do Subcomitê de Relações Públicas. Esse retorno pode coincidir com o de outros líderes, ou, até mesmo, ser uma proposta já elaborada por outros membros.

A líder também estabelece um trabalho conjunto para a realização dos painéis com a assistente social da Penitenciária. Em conversas, são feitas atualizações sobre o andamento do serviço, por exemplo, um questionamento sobre uma possível alteração temporária na dinâmica dos painéis devido à presença de algumas reclusas ocupadas com atividades artesanais em uma parte restrita do mesmo salão. O conhecimento do formato de um painel - de “partilhas” individuais e de escutas coletivas - permite compreender, por parte da assistente social, a necessidade de um ambiente ordenado, sem conversas simultâneas, e preenchido por participantes, frequentadoras e interessadas. Ou seja, trata-se de um espaço e de um tempo próprios da Narcóticos Anônimos, no qual circula a “transmissão da mensagem”, a “recuperação”, e as “partilhas”.

3.4.1 Uma história de idas e vindas

Os painéis na Penitenciária Feminina iniciaram no segundo semestre do ano de 2013. Como já mencionado, a inauguração do serviço foi marcada por contatos da Instituição com a Irmandade de NA. Em seguida, houve reuniões entre os funcionários da Instituição, serviço de Informação ao Público da Narcóticos Anônimos, rotatividade entre as participantes da NA na posição de líder, e também, novas “apresentações” sobre os painéis a cada mudança na administração da Instituição.

As idas e vindas dos painéis são percebidas não apenas pelas suspensões provisórias advindas de períodos de substituições na direção, mas também pelas ocasiões de recesso anual das funcionárias; pela diminuição de carga de trabalho de profissionais na Instituição devido a sua dispensa pelo evento Copa do Mundo, em 2014, e pela paralisação de funcionários da Instituição e a posterior greve da SUSEPE em 2015.

Tais situações provocam uma redução na capacidade de movimentações na Instituição, um acompanhamento técnico mais restrito, uma diminuição dos horários de expediente e também uma suspensão de entradas de novas reclusas e de visitas familiares. Após essas ocasiões passageiras, o retorno dos painéis é reajustado entre as participantes da NA e a assistente social da Penitenciária Feminina.

A essas movimentações de idas e vindas, de interrupções e de retornos, também ocorreram mudanças na periodicidade da ocorrência dos painéis. No princípio, o serviço da NA ocorria mensalmente, e posteriormente, pela solicitação das próprias reclusas, passou para duas vezes por mês.

Durante o trabalho de campo, todos esses movimentos que se sobrepunham à realização dos painéis se tornavam mais claros. No âmbito das reuniões de serviço do Subcomitê de Relações Públicas, também era colocada a questão sobre a dificuldade de “engrenar” esse serviço. Em uma dessas conversas, a interlocutora principal, que naquele contexto temporal estava engajada unicamente com esse serviço da Irmandade - de líder de painel - afirmou a necessidade de continuar tentando fazer os painéis na Penitenciária Feminina. De acordo com ela, a sua “teimosia” advinda da condição de uma “boa adicta”, impulsionava, reforçava e insistia no propósito desse serviço. A essa fala da interlocutora se somou a expressão de apoio de outro membro presente naquela reunião de serviço, o qual também se ocupa da função de líder em outra Instituição.

3.4.2 Movimentando Reclusas e “Partilhas”

Os fluxos e refluxos, as idas e as vindas, quando se trata do percurso do serviço de “transmissão da mensagem”, são também percebidas nas participações das reclusas nos painéis, e nas “partilhas” das oradoras da Narcóticos Anônimos. A seguir, apresento o trajeto até o local do painel, as movimentações nas participações das reclusas, e a dinâmica das “partilhas”.

Ultrapassados o pátio e o balcão de identificação da Penitenciária percorremos, sem o acompanhamento físico de agentes penitenciárias, corredores, escadas e postos até o salão onde ocorrem os painéis da Narcóticos Anônimos. No caminho se percebe o trânsito de diferentes pessoas entre salas e corredores: são agentes penitenciárias, reclusas, e funcionárias administrativas. Também, no percurso, ouvem-se ruídos de portões sendo abertos e fechados, conforme se transpõe uma porta gradeada para outra, e se vislumbra com alguma distância mulheres e grades.

O caminho até o salão não é solitário, tampouco silencioso, pois, no seu trajeto, há reclusas e conversas entre as mulheres da Narcóticos Anônimos. O salão é amplo, e fica explícita uma contradição entre a disponibilidade que o espaço oferece e o uso que fazemos dele durante os painéis. Frequentemente, chegamos a esse lugar antes das reclusas, e desse modo, organizamos um círculo com uma média de quinze cadeiras, das cerca de quarenta ali disponíveis. Conforme se inicia o painel, as mulheres vão entrando no salão - o qual permanece todo o tempo com as portas abertas e fornece acesso a salas menores e também aos sanitários - e assim se cumprimentam, conversam e se acomodam. São momentos de apresentações mais próximas, de encontros e de reencontros, de indagações de uma reclusa sobre a ausência de alguma participante da NA, e de agradecimentos pela participação naquele painel. Nos painéis se estabelecem relações, “partilha-se” sobre si, se produzem identificações, escuta-se o outro, trocam-se experiências, e muitas mulheres aparentemente se emocionam.

Nessas situações, se misturam tempos diferentes de reclusão, de idades, de galerias, e de posições a serem ocupadas, de líder, de oradoras, de frequentadoras e de pesquisadora. Os painéis têm um tempo médio de duração de uma hora, e estão presentes apenas mulheres, que permanecem no salão, no círculo formado dentro dele.

A galeria D tinha uma participação intensa nos painéis da Narcóticos Anônimos. Como já mencionado, são mulheres localizadas em situações jurídicas “provisórias”, que podem ser transferidas para outras galerias e Instituições, ou serem desligadas da Penitenciária. Essa galeria tem como característica entradas e saídas constantes de reclusas, provocando, com a adesão de novas reclusas aos painéis, outra configuração desses encontros. O prolongamento das suspensões de painéis comentadas anteriormente provocou tanto participações inéditas de algumas mulheres quanto os desligamentos e transferências de outras.

As primeiras participações de mulheres recém-chegadas, após as interrupções temporárias dos painéis, ou mesmo devido ao cotidiano de entradas de reclusas na Penitenciária, são percebidas tanto pela líder quanto por algumas oradoras. Nesse sentido, a líder retoma, de forma mais detalhada, as apresentações fundamentais da Irmandade, em seus termos próprios, seus significados, seus princípios básicos, e distribui folhetos com endereços de todos os grupos da Narcóticos Anônimos existentes na cidade para as reclusas. Dentre os termos próprios, destaco aqui a condição autorreferida e contextualizada de “adicto”.

O termo “adicto” concretiza a condição comum de membro da Narcóticos Anônimos – a “adicção”. A “adicção” se refere a uma experiência de uso de substâncias psicoativas no passado, somada aos preceitos de uma vida “limpa” no presente, guiada por um Poder Superior, e por comportamentos que não mais se assemelham aos da “ativa”. Por outro lado, quando a líder reconhece as reclusas como frequentadoras de painéis anteriores, as apresentações sobre a Narcóticos Anônimos são resumidas e se prossegue de forma mais diretamente para as “partilhas” das oradoras.

Os desligamentos e as transferências de algumas reclusas também ocorreram nos períodos de rompimentos provisórios do serviço. Ao serem retomados os painéis, após as paralisações e as greves mencionadas, recebemos informações da Penitenciária sobre esses deslocamentos e a liberdade adquirida de algumas reclusas. Esse novo público dos painéis, ainda que fortemente advindo da galeria D, provocou, por parte da assistente social, a reconstrução dos nomes da lista, com a inclusão e a exclusão de muitas reclusas.

Mesmo após esses rompimentos temporários dos painéis, em um provável momento de estabilidade do serviço, ainda era possível contar com ausências, “atrasos” ou o retorno de algumas reclusas para as suas galerias. Tratava-se das movimentações de escoltas, quando, devido a tratamentos e a consultas médicas em hospitais conveniados com a Penitenciária,

algumas reclusas se afastavam dos painéis, o que também podia ocorrer devido a uma motivação voluntária em retornar para a sua cela. As informações sobre as situações de atendimentos de saúde circulavam entre as reclusas e as mulheres da Narcóticos Anônimos em conversas que antecipavam os painéis, ou mesmo, eram fatos visíveis, quando se presenciava essa escolta, no pátio da Instituição.

Assim, a dinâmica da Narcóticos Anônimos, presente na cidade de Porto Alegre, caracterizada por uma circulação, trânsitos e movimentações entre as participantes se estende e é apropriada de alguma forma para os painéis da Irmandade. Desse modo, tanto a acomodação das mulheres no círculo quanto a explicação sobre o princípio do anonimato, e o controle do tempo da “partilha” de uma “companheira” são realizados de maneira a sustentar participações e envolvimento de diferentes pessoas no painel.

Os fluxos de galerias, de horários, de retornos, de atendimentos de saúde, de saídas, nas participações das reclusas nos painéis também ocorrem nas “partilhas” das participantes da Narcóticos Anônimos no serviço. Esses relatos estão inseridos em uma dinâmica que perpassa a organização, perguntas e respostas, histórias de vida, idas e vindas de “ativa” e de “recuperação”.

Durante os painéis são realizadas as “partilhas” de forma individual pelas participantes da Narcóticos Anônimos. As participantes têm, em média, 30 anos de idade e um filho; algumas tinham experiências na realização do serviço na Penitenciária e outras estavam estreando como oradoras naquela Instituição. Dessa forma, as mulheres circulavam entre diferentes serviços, podendo não repetir a sua participação em dois sucessivos painéis na Penitenciária, enquanto a líder era presença constante.

A ordem das “partilhas” ocorre por indicação da líder: pode ser produto de uma organização prévia ao painel, ainda na entrada da Penitenciária, ou pode acontecer de forma mais imediata e até mesmo voluntária. As “partilhas” fazem um trajeto desde um passado da “ativa” até o presente, da “recuperação”. Após a finalização de uma “partilha”, há, sob a coordenação da líder, um espaço para perguntas e orientação para uma próxima “partilha”.

Os momentos típicos de um painel são as perguntas, as quais estão direcionadas a alguma “partilha” específica. Com a sucessão de painéis, as perguntas se tornavam mais habituais, e tratavam desde questões sobre uma vontade de uso de substâncias psicoativas, de mudanças nas relações familiares, e também da sensação de estar em uma sala da Narcóticos

Anônimos, do sentimento após uma “recaída”, e de como proceder em relação ao que os filhos tinham vivenciado devido ao uso de “drogas” pela mãe.

As “partilhas” obedeciam a uma dinâmica, a partir de uma história de vida sobre o uso de substâncias psicoativas, até o momento atual. A primeira parte era dedicada a diferentes assuntos associados à “adicação ativa”, desde o início da “adicação” até as perdas materiais, os distanciamentos de filhos e de familiares, os isolamentos, os afastamentos de compromissos e de trabalhos profissionais, e as experiências em internações clínicas. Enfim, tratava-se de aspectos compreendidos pelas participantes como de descontrole não apenas físico, mas também de perdas emocionais e que acompanhavam a história de vida dessas mulheres, desde deslocamentos de residências até suas relações afetivas. As “partilhas” tinham como destino um tempo presente de uma “recuperação” cotidiana, de rendição a um “Poder Superior”, de apreço a atividades rotineiras em domicílio, de passeios. Nesse sentido, essa “nova forma de viver” que, de acordo com muitos membros, é “simples, mas não é fácil”, se faz a cada 24 horas, a cada serviço prestado, a cada participação em uma reunião de grupo, nas relações de ajuda mútua entre os membros, e nos amadrinhamentos.

Dessa forma, a partir do meu trajeto de pesquisa de campo na Penitenciária, desde as negociações para a entrada até a minha presença em painéis entre reclusas e “partilhas”, compreendo que Narcóticos Anônimos não está atuando apenas quando se efetiva um painel naquela Instituição. A Irmandade se faz presente desde movimentações e atuações que precisam ser ativadas pela Penitenciária em suas diferentes instâncias. Até mesmo quando os painéis não foram “concretizados”, seja pelas situações inesperadas e repentinas advindas da Instituição, ou pela dificuldade em se somar “companheiras” suficientes para a realização de um painel, na Penitenciária se circulou elementos diferentes que dizem respeito aos painéis. Esses movimentos geraram consequências para as reclusas, por exemplo, expectativas da vivência do painel, que revelam que a Narcóticos Anônimos atua pelos fluxos de conversas e de esperas entre as reclusas e algumas profissionais naquele momento. Já, para as participantes da Irmandade, conforme consta no próximo capítulo, as movimentações que circundam um painel provocam ações que podem ser consideradas pela interlocutora como positivas em seu processo de “recuperação”.

No capítulo a seguir finalizo o percurso do serviço de “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina, e apresento a história de vida da interlocutora da pesquisa, e os significados do painel para essa participante.

4 HISTÓRIA DE VIDA: ENTRE PASSADO E PRESENTE

Neste capítulo apresento aspectos da história de vida de uma “adicta em recuperação” que se tornou a interlocutora principal desta pesquisa²⁹. Ressaltar a sua história de vida se justifica pelo fato de essa história englobar vários aspectos desta pesquisa, desde a mobilização para o início da participação em grupos da Narcóticos Anônimos até os diferentes serviços dessa Irmandade, entre os quais o de “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina. A biografia da interlocutora evidencia uma “recuperação” em movimento, um caminho específico de “transmissão da mensagem” na Penitenciária, e os próprios Painéis nessa Instituição. O acompanhamento desse percurso nas entradas e saídas da Penitenciária, após um painel realizado, possibilitou-me compreender os significados do serviço de “transmissão da mensagem” para a interlocutora e a relação que estabelece repetidamente entre passado e presente.

Para a compreensão dessa história, divido o capítulo da seguinte forma: inicialmente, apresento os percursos entre passado e presente na vida da interlocutora, para me referir, por exemplo, tanto ao uso de substâncias psicoativas quanto às internações clínicas e o conhecimento dela sobre a Irmandade de Narcóticos Anônimos. Após, relato sobre a “recuperação” da interlocutora, pois, na condição de membro da NA, esse trabalho de “recuperação” mantém um sentido provisório, indefinido e inacabado. Também mostro que os tempos da “ativa” e da “recuperação” podem ora se misturar ora se separar, em movimentos direcionados à própria “recuperação” da interlocutora. E finalizo o capítulo incluindo os significados da “recuperação” para essa participante, em especial em relação à coexistência e à divisão desses tempos.

4.1 DA CLÍNICA À IRMANDADE

A interlocutora teve um percurso de idas e vindas de usos de substâncias psicoativas, de entradas e de saídas em clínicas de internação, de continuções e de rompimentos após os desligamentos dessas internações. As flutuações, nesse percurso, continuam, no momento em

²⁹ A interlocutora principal da pesquisa tem sido denominada na presente dissertação também pelo termo participante da Narcóticos Anônimos.

que a participante ressignifica o seu passado a partir de seu ingresso na Irmandade, de um presente “limpo” na Irmandade e de “recuperação” a cada serviço seu realizado.

O início do uso de substâncias psicoativas pela interlocutora de pesquisa teve o álcool como ponto de partida. Depois, somaram-se outras substâncias, de variados tipos, entre as quais a maconha, a cocaína e o *crack*.

As suas duas experiências em internações clínicas também foram parte desse percurso, e ambas ocorreram na mesma instituição, com a mesma duração — 28 dias. Na primeira internação, a participante estava inserida em uma estratégia de desintoxicação, seguida pelo uso de medicamentos. Após o seu desligamento da clínica, ficou vinculada a um acompanhamento médico psiquiátrico individual e familiar e à participação nos encontros de grupos da própria instituição clínica.

Ainda nessa experiência teve a oportunidade de presenciar um painel da Narcóticos Anônimos, porém, não se reconhecia, à época, como “adicta”, pois compreendia a necessidade da internação devido ao uso de uma substância psicoativa e não como alguém que tinha uma “doença”. Após esse período de internação, se desvinculou de outra proposta de internação sucessiva, a qual teria duração de nove meses, em outro local, sob o argumento de ser “monitorada”, ou seja, ter o seu cotidiano administrado e cuidado pelos pais. Dessa forma, após a primeira internação, a participante seguiu algumas condições: residiu conjuntamente à mãe, se distanciou do manuseio de dinheiro e retornou paulatinamente a suas atividades profissionais.

Após o primeiro semestre nessas condições a participante não se sentia contemplada nem pelo tratamento de saúde, tampouco pelo acompanhamento que mantinha com os grupos daquela instituição clínica onde estava internada afastando-se, segundo ela mesma, de alguma “recuperação”. A interlocutora conheceu a Irmandade da NA nessa ocasião da primeira internação clínica, porém, por não se identificar com as pessoas e com as histórias que perpassavam o espaço da clínica sob a forma de painéis, não se reconheceu “adicta”.

Nesse período de pós-primeira internação, os lugares frequentados e as pessoas de convivência da interlocutora, da época da “ativa”, começaram a se repetir, e houve uma “recaída de comportamento” juntamente com o uso de substâncias psicoativas. Seguiram-se compromissos interrompidos e inacabados — endividamentos, perdas de emprego e da guarda da filha, separações afetivas, deslocamento de residências.

Diante dessa situação, a participante teve uma segunda internação, a qual atribui seu sucesso a sua própria vontade e ao “desejo profundo pessoal” de se “recuperar”. Naquele momento, a leitura de livros e as atividades manuais associadas à “recuperação” e destinadas aos seus familiares mais próximos engajaram a interlocutora naquele propósito. Os trabalhos artesanais aprendidos naquela ocasião, e outros materiais e imagens também vinculados a sua “recuperação” permaneceram presentes no seu cotidiano, expostos em seus ambientes de circulação permitindo a participante uma vivência constante do hoje, a partir daquele passado de internação, uma vez que esses materiais se tornaram visíveis e carregados de significados para a interlocutora.

O fim desse processo de internação foi marcado com uma aproximação intensa da interlocutora com as possibilidades de “recuperação”, um estar “limpa”. Destacam-se nesse período os atendimentos psicológicos, o uso temporário de medicamentos, a interrupção do uso de cigarros, o conhecimento e a participação em grupos da Narcóticos Anônimos, nesse último caso, nas reuniões de grupo, iniciamos os nossos contatos, quando apresentei a ela o meu interesse de pesquisa.

A possibilidade de realizar painéis para a “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina foi posterior à participação intensa da interlocutora em diferentes reuniões de grupos da Irmandade. Essa ação de “levar a mensagem” para pessoas que não tinham “livre acesso a elas” coincidia com a “mensagem” recebida durante a internação clínica mencionada pela interlocutora. A coincidência se tratava de uma “mesma” mensagem que ia e vinha, a mensagem da Narcóticos Anônimos.

Dessa forma, a privação temporária da participante das reuniões da Irmandade de NA, na cidade, devido à internação não a impediu de tomar conhecimento sobre a existência de um lugar de “recuperação”, mesmo que não tenha se identificado com a Irmandade naquela ocasião, quando, na condição de “residente” na clínica teve acesso aos painéis. Segundo a interlocutora, a experiência de ter estado internada, ou seja, em uma situação de impedimento temporário de frequentar as reuniões de grupos da Irmandade em diferentes bairros da cidade, é o que motiva, hoje, seus deslocamentos – geográficos e de boa vontade - até a Penitenciária Feminina.

A seguir, apresento a noção de um trabalho do tempo da “recuperação” da interlocutora, ressaltando o seu caráter cotidiano, provisório e não linear. Esse trabalho do

tempo tem como referência a sua inserção na Irmandade, e percorre desde a sua compreensão sobre a “recuperação” até o seu envolvimento no serviço de “transmissão da mensagem”.

4.2 O TEMPO E O SEU TRABALHO

Pensar o tempo enquanto agente, que trabalha a vida das pessoas e suas relações, requer a compreensão de um tempo que não é passivo e nem simplesmente representado. Esse “trabalho do tempo” “permite que as relações sejam reinterpretadas, reescritas e modificadas” (DAS, 1999:37). No caso da Narcóticos Anônimos pode-se dizer que o “trabalho do tempo” constrói o membro em si. A seguir, relato o modo com que o tempo, no cotidiano de cada 24 horas “limpa”, trabalha a “recuperação”, pensada sempre como provisória, da interlocutora.

A participação inicial da interlocutora em um grupo da Narcóticos Anônimos se somou a uma compreensão paulatina sobre a sua “recuperação” nessa Irmandade. Vários elementos se adicionaram a partir do desejo de ficar “limpa”: percepção da necessidade de “continuar voltando” às reuniões; o estudo da literatura; orientação de um padrinho; “partilha” mais estruturada; prática dos princípios espirituais; desenvolvimento de uma fé no Programa; realização dos serviços na Narcóticos Anônimos e o trabalho dos Passos. Das “emoções” do primeiro dia em uma reunião até os entendimentos sobre NA, aos poucos, se tornavam mais claros.

Nesse cenário de sua “recuperação” na Irmandade, a participante relatou a dificuldade de sentir o “prazer de viver” em “recuperação”, indicando seu processo temporal específico de chegada às reuniões. O começo desse percurso foi compreendido como um despreparo de pensar, de viver e de conviver, tanto com pessoas quanto com a “retirada da droga”, expressão utilizada pelos membros ao se referirem ao seu não uso. Havia também o receio de frequentar lugares onde seria provável a presença do álcool, e a interlocutora menciona os aspectos negativos da sua participação em duas reuniões diárias e em eventos específicos da Irmandade. Nessas ocasiões, na condição de recém-chegada à Irmandade, e na presença de muitos membros poderia ouvir-se, nas “partilhas”, mais sobre a “doença” do que sobre a “recuperação”.

O “trabalho do tempo”, como já referido anteriormente, que produz a “recuperação” na Irmandade de Narcóticos Anônimos não é linear, pode ter reviravoltas, “recaídas” e distanciamentos da Irmandade. Assim, relata a interlocutora, as ausências nas reuniões

semanais dos grupos, a distância dos contatos com os membros, da escuta da “recuperação” dos “companheiros” e do estudo da literatura da Irmandade, poderia repercutir negativamente em diferentes aspectos da vida de um participante na forma de um “adoecer em comportamento”. Tais ausências alteram a “recuperação” que, na visão da NA, é constante e interminável.

Assim, quando a condição de narcótica anônima se encontrar em suspensão, ou seja, quando a “doença incurável” — expressão utilizada em qualquer grupo de ajuda mútua baseado na plataforma terapêutica pioneira dos AA (TADVALD, 2006) — não estiver sendo trabalhada na Irmandade de Narcóticos Anônimos, a “saúde” das relações afetivas dessa pessoa, do seu trabalho profissional, dos sentimentos e dos pensamentos podem estar desvinculados dos propósitos da Irmandade. Isso ocorre em função de hábitos antigos e, posteriormente, de prováveis “recaídas”, conforme a “doença vai pegando”.

Os distanciamentos do indivíduo da Irmandade, que ocorrem quando ele, por exemplo, falta às reuniões de grupos na cidade, ou quando há suspensão temporária dos painéis na Penitenciária, também podem provocar, segundo a interlocutora, alterações em sua “recuperação”. De acordo com ela, as interrupções podem fazer voltar “algumas coisas da sua ativa, não a vontade de usar, mas o egocentrismo”.

Nos relatos da interlocutora aparece constantemente o desejo de buscar uma “mente aberta”, a vontade incessante de modificar-se, de buscar um “processo de reformulação e de aprendizado”, de se “olhar”, e de “sentir prazer nas coisas simples da vida”, além da busca por um “trabalho espiritual”. Isso indica a necessidade de uma modificação profunda, na qual “o tempo de se modificar” requer um saber viver “sem medos”, uma aceitação própria de si mesma, uma mudança no “egoísmo”, um “autoconhecimento” e um “controle emocional”. O período desse tempo é compreendido como algo que não advém da vontade da interlocutora, mas que percorre o ato de estar em “recuperação” em todos os aspectos da vida, desde o trabalho profissional até a possibilidade da guarda da filha, por exemplo.

O tempo, nesse sentido, tem a “recuperação” como uma direção, porém, alguns elementos podem atravessar provisoriamente o “estar em recuperação”, como uma “vontade de usar”, diz a interlocutora:

Já na minha cabeça já passou, às vezes passa, mas ai eu penso, primeira coisa que eu penso nessa sensação de ir lá experimentar e sentir aquele prazer, aquela dose me vem aquela sensação aquele frio na barriga do

desespero dai eu fico botando, ah mais olha que cabeça doente, minha vida tá tão boa porque que eu tenho ainda o pensamento de querer experimentar aquela sensação do prazer [...].(Interlocutora)

Em certo sentido pode-se dizer que o “trabalho do tempo” encontra sua maior expressão na “recuperação”. A “recuperação” é um estado permanente, inacabado, provisório, que mantém sempre presente a possibilidade de “recaídas”. Além do “trabalho do tempo” que se verifica na reconstrução das relações e dos sentidos da vida, observa-se também que o tempo é um elemento muito presente nas narrativas dos “adictos”. Seja pela convivência, coexistência e sobreposição do presente e do passado, seja por uma relação de contraposição com o hoje. Quando se localiza, se distancia e se afasta de um passado, o tempo apresenta-se de forma preponderante quando se trata de “recuperação”.

4.3 QUAL É O TEMPO DA “RECUPERAÇÃO”?

A realização de um trabalho de campo prolongado me permitiu perceber, nesta pesquisa, a valorização do tempo pelas participantes, pois a “recuperação” é vivida e celebrada cotidianamente. Qual é o tempo da “recuperação”? A cada dia experienciado, a cada ficha de “tempo limpo” trocada, incluindo a ajuda mútua entre os membros, são expressões de um tempo marcado, no presente, por emoções de gratidão, de acordo com muitos membros da Narcóticos Anônimos. A “recuperação” na Irmandade vislumbra um presente que só faz sentido devido à existência de um passado, de uma “ativa”. Inspirada nas obras de Veena Das (2007) e de suas reflexões sobre as questões de temporalidade, argumento, nessa seção, sobre os modos particulares e situacionais de se estar imerso no passado e no presente mais do que um mapa estável temporal.

Assim, após ingressar na Irmandade de Narcóticos Anônimos e inserir-se em sua lógica, o “adicto” constrói o período de um passado, da “ativa”. O passado e a “ativa” estão a todo momento ligados com o presente, seja demarcando proximidades ou distanciamentos. A relação entre ambos é permanentemente atualizada, porque se trata de um passado que persiste, resiste e reaparece. Os tempos da “ativa” e da “recuperação” na Narcóticos Anônimos se movimentam e são ativados em situações específicas. Apresento, a seguir, a partir do trabalho de campo, momentos que demarcam as aproximações e os isolamentos desses tempos.

As aproximações entre passado e presente se referem a viver constantemente o passado por meio da presença do “outro”, o que permite a “recuperação” cotidiana da interlocutora. O “outro” está na sua identificação e emoção com alguns recém-chegados às reuniões semanais de grupo; nas “partilhas”; nas leituras das Tradições; na movimentação das “mensagens”; e, principalmente, nos serviços prestados pela Irmandade de Narcóticos Anônimos. Dessa forma, o passado pode coexistir com o presente, se apresentar e se atualizar no ato de “recuperação”, de diferentes modos, como aconteceu na vida da interlocutora. No primeiro caso, trata-se de seu próprio passado que veio à tona quando visualizou e escutou um “ingressante” em NA:

eu fui no no grupo e teve um companheiro que tava trocando de ficha de 60 dias, e eu já vi ele muitas vezes, nesses três anos que eu tô limpa, quer dizer, dois anos e pouco, dois anos e 10 meses, eu já vi ele muitas vezes usado, atrapalhado, e ele leu a terceira tradição³⁰, guria eu eu enchi o olho de água de escutar aquele guri que mal conseguia falar, ler uma terceira tradição, eu enchi o olho de água de ouvir aquela terceira tradição. Mas é possível a pessoa se recuperar, é só ela querer, tá a prova desse menino, que tá desses dois anos e pouco que eu tô dentro da Narcóticos Anônimos, ele conhece Narcóticos Anônimos há muito mais tempo que eu, e agora que ele tá com 60 dias limpo falar bobagem, ou muitas vezes não conseguir falar, mentir que tava limpo e não tava, daí tu chega tu olha a pessoa com um sapato bom, uma roupa boa, cheiroso, e falando, cara isso é o que mais me emociona, a pessoa falando, lendo porque eu cheguei também nesse estado, eu não conseguia falar, eu tinha medo de falar, eu tinha medo de ler, eu tinha vergonha esse foi um processo pra mim também, daí por isso que eu digo, por isso que é bom ver um recém-chegado, porque te remete tu te lembra.(Interlocutora)

A vivência do passado se faz também no presente pela realização do serviço de “transmissão da mensagem” na Penitenciária Feminina, tanto por meio da escuta das “partilhas” das “companheiras” da Irmandade de Narcóticos Anônimos quanto pelo espaço da Penitenciária compartilhado temporariamente com as reclusas. Esse passado se torna presente porque as vidas de mulheres reclusas frequentadoras de painéis se tornam visíveis para as oradoras e para a líder daquele serviço.

Viver o passado por meio da escuta da “partilha” de alguma “companheira” em um painel ocorre quando a interlocutora se percebe atingida e provocada por aquela “partilha”. Dessa forma, a participante desta pesquisa, além de se identificar com aquela “partilha”, com

³⁰ A 3ª Tradição trata do que é necessário para se tornar participante da Narcóticos Anônimos: “O único requisito para ser membro é o desejo de parar de usar”.

a história, os relatos de usos de substâncias psicoativas, reivindicou para si aquele passado que escutava.

Cara, olha eu vou ficar com aquela partilha da (...) na minha cabeça assim óh acho que uma semana, eu nunca, eu já tinha visto a companheira em sala várias vezes no horário (...), mas eu nunca tinha escutado a partilha dela. A partilha assim de vida mesmo, de como ela chegou, porque a gente só escuta isso em HI, porque às vezes tu não fala tu fala em sala quando tu recém chega. Depois não, tu vai falando de outras adversidades da vida né, e nossa escutar a história de vida dela ali, em alguns minutos ali, em sete minutos, vê tudo que ela passou, eu me identifiquei ali, aquela ali era eu, [...] mas alguns momentos da ativa dela foram a minha vida, era eu ali, me identifiquei absolutamente [...]. (Interlocutora)

A reivindicação para si daquele passado e de suas histórias, aproxima as participantes entre si, reforçando entre elas a mútua ajuda da Narcóticos Anônimos, pois reafirma uma condição que lhes é comum, a “adicação”, e acaba por aproximá-las a partir das “partilhas” experienciadas e construídas na Irmandade.

Estar presente fisicamente na Penitenciária nos momentos dos painéis também ativa, na interlocutora de pesquisa, o seu próprio passado. O serviço de “recuperação” na Penitenciária Feminina revela à interlocutora sua impotência perante a sua própria “adicação”. Isso ocorre porque a vivência na Irmandade de Narcóticos Anônimos permite uma insistente incorporação do passado por meio de uma identificação com pessoas reclusas frequentadoras de painéis. A Penitenciária significa para a interlocutora um lugar possível de se chegar caso sua “adicação ativa” retorne.

Conforme mencionado no capítulo 2, a Penitenciária é percebida como um espaço semelhante ao da clínica de internação. A associação entre ambos se refere menos às condições e às estruturas diferenciadas oferecidas em cada um deles, e mais ao ambiente fechado e isolado, distante de familiares, o que marcou o passado da interlocutora. Aqui parece que instâncias e instituições diferentes, penitenciária e clínica de internação, presente e passado, convivem temporariamente na vida da interlocutora. A Penitenciária ativa um passado e uma “recuperação”.

Essa relação de interpenetração do passado no presente, da “ativa” na “recuperação”, pode ser pensada em termos do que Veena Das (2008) descreve como um “conhecimento envenenado”, ou seja, um saber que permanece dentro de quem experimentou um sofrimento e que se torna presente nas vidas “em recuperação”.

Apesar de a autora estar se referindo a outro contexto e outro tempo histórico, a ideia é interessante para refletir sobre a permanência de uma experiência de violência que, no caso da pesquisa de Das, se referia a testemunhos de mulheres sobre a Partição da Índia ocorrida em 1947. Assim ela define “conhecimento envenenado” e a importância de falar sobre estas situações dramáticas que se “conheceu pelo sofrimento”:

A eso me refiero cuando hablo de la importancia de encontrar maneras de hablar acerca de la experiencia de testificar: que si la manera entra en el presente, no necesariamente como un recuerdo traumático, sino como conocimiento envenenado. A este conocimiento solo se accede a través de un “conocer mediante el sufrimiento” (*knowing by suffering*), como lo dice Martha Nussbaum (DAS, 2008:244).

“Conhecer mediante o sofrimento” está fundamentado na dimensão da experiência vivida, a uma marca deixada no corpo, na alma e no pensamento. No caso da Narcóticos Anônimos, se pensado a partir da perspectiva de Venna Das percebo que o passado “da ativa” se expressa nas “partilhas” que operam ao mesmo tempo como “transmissão da mensagem” e como “recuperação”. Mas como será visto mais adiante nesse capítulo, no caso das “partilhas” a relação entre passado e presente se mostra diferente.

O trabalho de Didier Fassin (2007) sobre quando e como os “corpos lembram”, referindo-se às experiências e às políticas de Aids na África do Sul, a partir do cenário do Apartheid, trata também da relação entre passado e presente, em especial sobre a presença do passado no corpo do indivíduo. O autor discorre sobre a incorporação e o ressurgimento do passado no presente, da violência desigual e da existência material de exploração, de segregação e de dominação no passado, para o desenvolvimento e a desigualdade da distribuição da epidemia de Aids no presente.

Fassin reflete sobre o passado que se encontra com o presente no caso desta doença que está gravada nas biografias e histórias de vida individuais e coletivas. Em outras palavras, presente e passado estão entrelaçados, em uma história continuada e ativa, presente na narrativa do sujeito e inscrita em seu corpo.

Mas se por um lado presente e passado apareceram muito vinculados no trabalho de campo junto a NA, também observei muitas situações em que foi preponderante a sua contraposição. Ou seja, o hoje, na Irmandade de Narcóticos Anônimos se distancia e se afasta de um passado, o qual está associado a uma “adição” e aos aspectos negativos que esta provocou. A localização do passado em um espaço-tempo determinado é ativada mesmo antes

da realização de um painel, durante o serviço nas “partilhas” das participantes da Irmandade, e na “recuperação” de modo geral. A exaltação desses dois momentos distintos, a “ativa” e a “recuperação”, resiste a uma mistura e a um movimento, pois passado e presente se separam no ato de “partilhas”.

Na primeira situação, instantes antes da realização de um painel, se objetiva uma separação clara entre passado/“ativa” e presente/“em recuperação”. Importante salientar o caminho de mão dupla, muitas vezes atribuído aos serviços de “transmissão da mensagem” na Irmandade de Narcóticos Anônimos, que ao mesmo tempo em que alguém “leva a mensagem” ao outro, está trabalhando a sua própria “recuperação”. Nesse sentido, é importante que se tenha instantes de “recuperação” anterior ao serviço na Penitenciária Feminina, no pátio, ou na sala de entrada da Instituição, sejam esses de conversas entre as participantes ou a própria “Oração da Serenidade”.

Dessa forma, é recomendado que assuntos e pensamentos sobre a “ativa” sejam evitados. Na possibilidade dessas ocasiões, alguma participante pode se distanciar fisicamente das outras, com o propósito de não compartilhar uma mistura da “ativa” e de relatos de usos com um momento de “recuperação”. Um pequeno afastamento pode ajudar na concentração por meio de oração para o instante seguinte, enquanto outras participantes podem, posteriormente, reaver esse momento, salientando outros temas, como o da minha própria pesquisa, que poderiam ocupar aquele período de tempo.

No caso das “partilhas” realizadas em painéis elas devem demarcar bem esses dois períodos. Como ressaltai no capítulo 3, as “partilhas”, nessas ocasiões, possuem um trajeto próprio, sendo percebidas como adequadas pelas participantes quando obedecem a esse percurso. Como disse a interlocutora:

porque num HI tem certas coisas que tu não pode falar, tu tem que tu fala muito pouco da tua ativa pra pessoa se identificar, mas fala muito sobre a recuperação como a recuperação tá funcionando na vida então tu precisa ser orientado, porque no início tu não sabe, tu fala qualquer porcaria, às vezes tu não sabe nem partilhar direito só fala de barulho, só fala de briga em casa, só fala da tua mãe que não te entende, sabe, eu também fui assim no início eu falava só das minhas brigas com a minha mãe, que a minha mãe não me entendia e é isso”.(Interlocutora)

Em outra ocasião da entrevista, a interlocutora reiterou o caminho que uma “partilha” em painéis deve seguir:

é bom tu falar da ativa pras pessoas se identificarem é, mas tu não pode dar vazão porque daí da chance delas compararem a ativa delas e dizerem: não, mas ela não sofreu, ela não tem a vida tão difícil quanto a mim, entendeu? Não. Tu tem que falar, dar uma pincelada né, mas, me lembra, parece que quando fala demais da ativa parece que dá um saudosismo, sabe? Parece que tu tá, falando sentindo falta daquela ativa. Não. Tu não pode dar muita ênfase na ativa, tem que falar mais da recuperação. (Interlocutora)

As perguntas feitas pelas reclusas durante os painéis explicitam bem uma demarcação existente entre “ativa” e “recuperação”, pois, essas perguntas são diretamente direcionadas, na maioria das vezes, ao momento da “recuperação”. Porém, como esses questionamentos estão relacionados às “partilhas” escutadas pelas reclusas, podem escapar do assunto da “recuperação” e se concentrar, por exemplo, em uma “recaída”. Nessas ocasiões, novamente o que está em jogo, além de se “partilhar” sobre a possibilidade de “recair”, para a Irmandade de Narcóticos Anônimos, é a forma “correta” de responder ao questionamento, como já referido no capítulo 3.

Apresento algumas dessas indagações que presenciei durante o serviço de painel na Penitenciária. No caso da “recuperação”, as perguntas foram as seguintes: “O que você sentiu quando entrou numa sala de NA?” “Qual a sensação?” “Quando você foi para a igreja, foi para se proteger?”. As perguntas também incluíam o fato de a participante ainda sentir vontade de usar “drogas”. Em relação às “recaídas”: “Quando você recaiu foi pelo gole da bebida?” No caso da “ativa”: “que droga ela usava?”.

Na última situação, apresento como os dois tempos — “passado” e “presente” — se apresentam em uma separação quando se trata de “recuperação”. A seguir, o relato de um membro da Irmandade de Narcóticos Anônimos retrata que quando se está em “recuperação” no presente é possível realizar os serviços na NA. Esses serviços os distanciam de um passado de um período que não tinha os sentimentos de hoje:

é que na verdade a gente vai aprendendo a se relacionar com as pessoas, é essa que é a grande verdade, quando eu era adicto, quando eu tava no uso de drogas, então eu não tinha, eu olhava pras pessoas achava assim que as pessoas tavam me olhando, tavam me julgando, então eu tinha medo de me aproximar das pessoas, e com esse serviço que a gente faz de HI, de hospitais e instituições ... isso ai vai criando uma desenvoltura né, tu vai crescendo, tu vai começando a ler, tu vai começando a entender que não, que as pessoas têm muitas pessoas também que fazem esse trabalho que a gente faz que é um trabalho amoroso, um trabalho que traz espiritualidade quando a gente vai pra um lugar assim sem interesse, sem recompensa alguma, querendo recompensa alguma, a gente vai pelo amor né daquelas pessoas

que tão lá, como a gente já teve também né na, nesse lugar assim, muitos de nós então a gente quer trazer essa essa mensagem pra eles também, que eles possam se libertar também das drogas, que é um mundo é um mundo sem volta, que é muito difícil, né. (Um membro da Irmandade de Narcóticos Anônimos)

Dessa forma, se pode concluir que os tempos da “ativa” e da “recuperação” podem estar bem delimitados entre si, ou se movimentando, como o que acontece quando algo escapa a essa dicotomia ativada. Em ambas as situações o que se objetiva é sempre a produção de “recuperação” pela ajuda mútua, seja quando a “recuperação” da interlocutora é atingida pelo “outro” – um recém-chegado, uma “companheira”, ou o próprio ambiente da Penitenciária; quando a “mensagem da NA” recebida mobiliza outra “recuperação”, ou quando as “partilhas” nos painéis reforçam e criam esses dois momentos, ou ainda quando a existência do próprio serviço em si é um marcador desses períodos.

A ligação do passado e da “ativa” com o presente, seja em suas proximidades ou em suas separações, só ocorre quando se é membro da Narcóticos Anônimos. A condição de “adicto” possibilita perceber como o tempo do presente, entre “companheiros” da Irmandade, age na construção de significados da “ativa” e principalmente da “recuperação” e do serviço para muitos participantes e para a interlocutora de pesquisa em especial. É sobre esses significados e suas atuações em um estar em “recuperação” temporário, indefinido e provisório que se discorre na última seção do capítulo.

4.4 ALGUNS SIGNIFICADOS DA “TRANSMISSÃO DA MENSAGEM”

Os significados da “transmissão da mensagem” existem para a interlocutora tanto no sentido do passado que adentra o presente quanto pelo passado que se contrapõe ao presente. No primeiro caso, o passado é como um “conhecimento envenenado” que informa o presente e, no segundo no sentido de que se tornar membro da NA é construir uma vida em um tempo do “passado” e outra no “presente”. Estes dois movimentos – de aproximação e de contraposição - entre presente e passado são os que preenchem de significado o serviço de “transmissão da mensagem”.

No caso desta pesquisa, os significados do serviço de “transmissão da mensagem” foram encontrados em vários momentos.

A entrada na Penitenciária, como já referido anteriormente, produz significados na “recuperação” da interlocutora, porque aquele espaço remete às suas experiências de internações no passado:

toda vez que vou no presídio feminino é emocionante. Não tem uma vez que eu não vá lá que eu não me emocione. Que eu não chore, até falando assim me emociona. Desde o momento de ir sabe da hora que a gente faz a oração no início né. Porque eu poderia ser aquela que está presa. Existem três fins pras pessoas drogadas: a instituição, prisão ou a morte. Então quando eu vou lá eu me lembro muito a época que eu fiquei internada [...]. Mas eu aprendo muita coisa, eu me lembro, é bom às vezes eu me lembrar desse passado porque eu podia tá lá. Então muitas coisas eu me identifico assim de, ver que aquela vida eu já passei, mas que eu não to mais lá, isso me reforça, estou em recuperação, não sou igual a elas, mas também não sou melhor que elas.. [E sobre a presença e a fala de algumas reclusas em Painéis ela conclui que]: aquilo ali lava a minha alma, escutando a vontade delas conversar e falar das experiências, e a outra dizer que Narcóticos Anônimos funciona, que quando ela fez tudo certo deu certo, de tá com essa esperança. (Interlocutora)

No espaço reservado aos painéis, as oradoras, em especial, fazem uso da palavra, mas, conforme já mencionado, há o incentivo para que as reclusas participem com perguntas. Além das indagações, algumas delas podem falar de suas vidas e dessa forma, “partilhar” alguns relatos. Mesmo sendo Painéis, e não os convencionais grupos, da Irmandade de Narcóticos Anônimos, podem então se escapar “partilhas” das reclusas, mesmo que isso não estivesse previsto na organização deste serviço. Porém, a sua eventual ocorrência é compreendida como uma necessidade de autoexpressão, e de dividirem naquele espaço e tempo as suas biografias.

Conforme mencionado no capítulo 3, as expectativas em relação aos painéis giram em torno da possibilidade de que as mulheres reclusas, frequentadoras desse serviço, continuem participando dos painéis, e quando desligadas da Penitenciária possam se juntar aos grupos da Irmandade de Narcóticos Anônimos existentes na cidade. Por isso, durante os painéis é reforçado constantemente o convite por parte das oradoras e da líder para que as reclusas conheçam esses grupos, além disso, são distribuídos folhetos da Irmandade com os endereços de todos os grupos. De acordo com a interlocutora,

o que me interessa é elas continuarem voltando, não me importa o que que elas fizeram. Importa o que elas querem fazer daqui pra frente, de eu mostrar pra elas que é possível, que eu também tive lá, que eu, eu só não fui presa, mas eu poderia ter sido.

Em relação ao “Poder Superior” e à “Oração da Serenidade”, a interlocutora relatou significados específicos, como será visto a seguir, pois a maneira com que a Oração nos painéis é falada entre mulheres reclusas e participantes da Narcóticos Anônimos parece acionar certo “Poder Superior” que existe entre aquelas pessoas mobilizadas por um propósito comum: a “recuperação”.

A “Oração da Serenidade” ocorre em distintos momentos de um painel. Desde o pátio da Penitenciária, antes da realização do serviço, entre as participantes da NA e eu, até o início e o fim de um painel, juntamente com as reclusas, e novamente entre nós, no mesmo local de trânsito da Instituição. Durante o painel, a Oração é feita guiada pela líder e repetida pausadamente por todas nós, abraçadas, e por aquelas reclusas que estão chegando ao salão. Antes dessa Oração, a líder pode disponibilizar um breve período de tempo para qualquer pessoa presente se expressar, e em tais ocasiões uma reclusa, voluntariamente, pode prestar agradecimentos, e elevar o pensamento ao “Poder Superior”.

A líder assume a Oração de forma fracionada. A partir de cada frase dita, todas nós a repetimos em conjunto. Esse ritmo permite a todos maior reflexão sobre as palavras proferidas, além da emoção provocada na interlocutora ao ouvir as vozes das reclusas ecoando no salão. Para as reclusas, a repetição da Oração, de acordo com a líder, possibilita perceber do que se trata e, dessa forma, pensar sobre ela, registrando-a na memória. De acordo com a interlocutora:

fazer essa oração pausada, né, uma coisa é nós que sabemos essa oração de cor e salteado né, e elas que aprenderam essa, porque no início a gente levava ainda às vezes um folderzinho com a Oração e botava no chão assim só que daí eu ficava pensando e de repente alguém que se sente constrangida porque não sabe lê daí eu não levei mais aquele folder, e comecei a fazer a oração pausada e até hoje eu faço ela pausada é, e é legal porque tu fracionando a oração tu realmente começa a perceber do que que a Oração fala: Senhor, Deus, conceda-me serenidade//para aceitar as coisas que não posso modificar//coragem para modificar//aquelas que posso//e sabedoria para reconhecer a diferença. Então até pra elas pensarem no que elas estão falando né, fica fácil pra gente pensar na Oração da Serenidade, e até mais fácil pra elas gravarem né, e quando eu escuto elas falando com tanta vontade né aquilo me arrepiava gurria, não sei, não tem explicação (risos), a coisa do poder superior né que tem ali naquela sala, na ajuda dos adictos né, não adianta um ajudando o outro né, esse é o objetivo do HI né levar a mensagem para quem não tem acesso a ela, quem não tem livre acesso.

O “Poder Superior” que ocorre entre pessoas na ajuda mútua do serviço de “transmissão da mensagem” tem uma definição própria para a “recuperação” da interlocutora:

[...] mas poderes superiores são pessoas que tão acima da minha vontade, que é o meu padrinho, que é a sala que me ensina, que é a literatura que me mostra, que é a minha filha que eu tenho que cuidar, que é o meu trabalho que eu tenho que vir. Esses são os meus poderes superiores hoje, são maiores do que a minha vontade. [...] Muito de acreditar no poder superior né, de acreditar que tu pode, né, acreditar que tu não é o centro de tudo, que tu precisa de ajuda, a gente sempre vai precisar de ajuda a gente é impotente perante a nossa adicção. (Interlocutora).

Nesse sentido, a Oração conjunta durante os painéis provoca uma “recuperação” no tempo presente e uma necessidade de continuação daquele serviço, mesmo diante dos compromissos do cotidiano:

ai eu quando eu venho, e quando eu entro e vejo elas en-tran-do na sala, e eu começo a contar, e o melhor de tudo é quando eu vou fazer a oração, quando eu escuto elas fazendo a oração, guria aquilo me arrepiava quando eu escuto elas falando a oração, aquilo aquela oração ecoando sabe, aquilo ali já me dá um baque sabe, eu disse, mas como é que pode passar pela tua cabeça insana de querer largar um serviço desse? (Interlocutora)

O serviço de “transmissão da mensagem” provoca uma “recuperação” da interlocutora, porque a desloca de “si mesma”, de seus compromissos e de suas vontades em direção ao “outro”. A esse caminho para realizar o serviço de painel na Penitenciária, a interlocutora denominou-o, em um sentimento inicial, de estar “contrariada”. Antes de um painel, no pátio da Penitenciária, e, posteriormente, entre as reclusas, durante o serviço, a interlocutora mencionou estar “contrariada” com sua própria presença naquele local.

Em sua “partilha” sobre esse sentimento houve um estranhamento entre algumas de nós ao escutá-la. A surpresa foi expressa por uma reclusa: “a senhora não queria vir aqui?”. A interlocutora afirmou esse sentimento se apoiando na conversa anterior ao painel, entre participantes da NA e em mim mesma. Porém, em seguida, explicou que o sentimento de estar contrariada foi sendo substituído conforme ela entrava na Penitenciária. De acordo com a interlocutora, as coisas começaram a se modificar e ela a se acalmar.

Aquela passagem física provocava um pensar diferente que, aos poucos, de acordo com a presença das reclusas, só se confirmava. Quando a líder do painel afirmou que “precisava do abraço que ela recebeu ali”, que precisava ter ouvido um pouco da história de outra reclusa, disse isso olhando para a frequentadora, porque aquilo ali fazia mesmo parte da “recuperação” dela. Dessa forma, a líder do painel (interlocutora de pesquisa) afirmou que só

assim estava livre do uso de substâncias psicoativas naquele dia específico, e que amanhã seriam outras coisas que ela deveria fazer para não usá-las.

O sentimento de estar “contrariada” ultrapassa um deslocamento físico entre o espaço da Penitenciária e o local onde a interlocutora se encontrava anteriormente aquele painel. Significava percorrer um trajeto de uma “zona de conforto” e de “egocentrismo” em direção a um presente de “recuperação”. Assim, a interlocutora relatou, em sua “partilha”, que aquela era a “mensagem” que ela tinha para passar, pois a “recuperação” não era fácil, mas era possível pela realização de movimentos inicialmente “contrários”.

Esse sentimento de contrariedade se dissipa também quando a interlocutora, como mencionado anteriormente, vivencia a entrada das reclusas no salão, as falas de algumas delas e a “Oração da Serenidade” entre nós. Não só no serviço na Penitenciária é preciso enfrentar as dificuldades. Elas também se fazem presentes em outros serviços da Irmandade aos quais a mesma participante já esteve vinculada, como o serviço de secretariado, de abrir semanalmente a sala de um grupo da cidade.

É possível perceber que são muitos os enfrentamentos realizados pela interlocutora cotidianamente, desde quando permanece com os seus compromissos profissionais até os seus comprometimentos dos serviços na Irmandade. São os deslocamentos que exigem, inicialmente, uma força, vontades e esforços contrários ao sentimento momentâneo. Esse sentimento momentâneo é associado aos hábitos da “ativa”, àqueles que precisam ser modificados, que incluem a “procrastinação”, a “teimosia” e a “preguiça”. Estes enfrentamentos da mesma forma que mostram os significados do serviço da “transmissão da mensagem”, em particular para a “recuperação” da interlocutora, de que vale a pena estar presente nos painéis entre as reclusas, também revelam o modo com que o tempo age no presente em relação a um passado. O tempo que age sobre o sujeito construído como “adicto”, suas relações, seus sentimentos em um movimento constante em direção à “recuperação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao denominar essa dissertação de “Os caminhos da ‘transmissão da mensagem’: Narcóticos Anônimos na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre, RS” minha intenção foi chamar a atenção para as dinâmicas que percebi ao longo do trabalho de campo, entendendo que a estrutura da Narcóticos Anônimos e seu modelo já haviam sido suficientemente detalhados em outros trabalhos acadêmicos (LOECK, 2009; CUOZZO, 2013).

Os “12 Passos”, que desde a criação dos Alcoólicos Anônimos têm servido como fundamento para outras Irmandades de ajuda mútua, envolvem muito mais do que uma caminhada na direção de uma vida diferente; envolve um movimento contínuo em várias direções. Na presente pesquisa encontrei alguns desses movimentos. No primeiro capítulo descrevi o movimento de expansão da Irmandade, sendo o serviço de “transmissão da mensagem” uma forma de transbordamento da NA para outros lugares, tempos e espaços. No segundo capítulo evidenciei os caminhos da “transmissão da mensagem” que se fazem na Penitenciária a partir das ideias de circulação e de separação. No terceiro capítulo discorri sobre uma série de mobilizações que se fazem necessárias para que um painel aconteça, tanto no âmbito da Penitenciária como no da Irmandade. E, por fim, no quarto capítulo destaquei os caminhos da interlocutora principal da pesquisa, mostrando que os painéis e suas “mensagens” produzem significados para os percursos da sua própria “recuperação”.

É interessante ressaltar que a “mensagem da NA” tem uma proposta única e irreduzível: se trata de uma “mensagem de recuperação” da Irmandade de Narcóticos Anônimos, de uma vida possível e “limpa”. É provável que o termo “transmitir” expresso no serviço de “transmissão da mensagem” passe a ideia da transmissão como algo pronto, acabado, passivo, e já estudado e simulado nos treinamentos. Entretanto, o que esta pesquisa mostra é que, a “transmissão da mensagem” em cada novo painel, com outras “companheiras”, outras reclusas presentes e outras “recuperações”, é sempre um movimento de idas e vindas, e de enfrentamento de adversidades. Como descrito no último capítulo, a partir da história de vida da interlocutora principal, tem que se superar às vezes também a vontade de não estar presente em um painel ou outro serviço.

Os movimentos que esse serviço exige e provoca nos painéis na Penitenciária Feminina revelam menos uma variação ou adaptação do “Programa de Recuperação”, mas antes formas consideradas produtivas pela interlocutora de se apropriar das “partilhas”, perguntas e respostas e do próprio cenário penitenciário para a sua “recuperação”.

O estudo do tempo e do seu trabalho de “recuperação” na Narcóticos Anônimos possibilitou evidenciar a condição de “adicta” e de “adicção” como um estado permanente, mas também provisório e indefinido. O “trabalho do tempo” age de forma constante, mas não é linear quando se tem em mente a Irmandade de Narcóticos Anônimos, de modo que pensamentos, comportamentos e atitudes associadas à “ativa” e a um passado de “uso” podem aparecer e se sobrepôr a um presente de “limpa”. Dessa maneira, compreendo que se tornar membro da Narcóticos Anônimos ultrapassa a noção de conversão definitiva de um passado para um presente; de um uso de substâncias psicoativas para uma vida “em recuperação”; de um antes para um depois. Conforme relatei na dissertação, o próprio trabalho de “recuperação” produz, muitas vezes, entrelaçamentos entre passado e presente, os quais escapam à ideia de uma conversão acabada. O trabalho da “recuperação” se orienta para um constante “tornar-se” em uma Irmandade que também se refaz e se expande a todo tempo.

Por fim, gostaria de recuperar a ideia presente na Introdução desta dissertação, de testemunhos e da escuta do outro para pensá-la como uma forma possível de retorno de pesquisa. Isso ocorre quando a posição de testemunha pode mobilizar uma “recuperação”, e, assim, a partir do entendimento da Irmandade de Narcóticos Anônimos, a “recuperação” por meio dos testemunhos e de uma escuta antropológica também pode ser “partilhada”.

Ainda que de forma breve, gostaria de mencionar outras direções que uma pesquisa em Penitenciária Feminina, em interface com a Irmandade de Narcóticos Anônimos, poderia seguir. Inicialmente, penso ser produtivo adentrar no tema substâncias psicoativas, em seu sentido mais amplo — a medicalização e as formas possíveis de a Penitenciária gerenciar e promover cuidados diante do uso de substâncias psicoativas. Este problema coloca em evidência o próprio espaço da Penitenciária e sua permeabilidade, seja para a introdução de substâncias diversas ou para a admissão de recursos e tratamentos para lidar com elas. Alguns desses recursos são a biomedicina, a psicologia, a psiquiatria e a estratégia de redução de danos que podem ter espaço dentro da Instituição, e podem ou não conviver com a Irmandade de Narcóticos Anônimos.

Outra interface que pode ser explorada é a religião. Por questões de tempo e espaço não foi possível enfrentar, nesta dissertação, os significados do “Poder Superior” e da “Oração da Serenidade” da Narcóticos Anônimos dentro da Penitenciária. É sabido que, embora as Penitenciárias não sejam mais dirigidas por instituições religiosas, existe um número significativo de grupos representantes de diferentes igrejas que se apresentam como recursos nessas Instituições. Assim, outra direção que a continuação dessa pesquisa poderia seguir é o universo espiritual das mulheres reclusas, das funcionárias e dos grupos religiosos no intuito de se analisar o modo com que se relacionam com o universo das substâncias psicoativas na Instituição.

Finalmente, me parece produtivo pesquisar sobre a continuidade da “transmissão da mensagem” na Penitenciária após o painel da Narcóticos Anônimos. Recordo, aqui, uma fala da assistente social se referindo ao que ouviu de uma reclusa em atendimento na Instituição sobre a continuação após a conclusão de um painel: “depois do grupo a gente se reúne na galeria e continua”. Um estudo sobre a “adicção” e a “recuperação” a partir da experiência das reclusas possibilitaria compreender, quem sabe, ainda outros transbordamentos da mensagem, seus caminhos e descaminhos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. São Paulo, **Revista USP**, 1991.

ADORNO, S; DIAS, C. N. **Articulações entre o mundo interno e externo às instituições prisionais**: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, São Paulo, 2013.

ALVAREZ, G. D. Amor e solidão pelas ondas do rádio no Madre Pelletier. p. 62-78. In: ESCOSTEGUY, A. C. D. (Org.). **Comunicação e gênero**: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008. 173p.

ANDRADE, B. S. A. B. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. São Paulo, US, 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2011.

ANGOTTI, B. Aprendendo as tarefas do feminino: os primeiros presídios para Mulheres no Brasil das décadas de 1930 e 1940. In: **Desafios à Segurança Pública**: controle social, democracia e gênero. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p.142-162.

ARTUR, A. T. **Presídio de Mulheres**: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

BECKER, H. S. Consciência, Poder e Efeito da Droga. In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 181-204

BECKER, H. S. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BIEHL, J. The Activist State: Global Pharmaceuticals, AIDS, and Citizenship in Brazil. **Social Text**, 2004, 22(3):105-132. Disponível em: <http://muse.jhu.edu> Project MUSE. Acesso em: 15.12.2015

BIEHL, J. **Vita. Life in zone of Social Abandonment**. Berkely: University of California Press, 2005.

BIEHL, J. Pharmaceuticalization: AIDS Treatment and Global Health Politics. **Anthropological Quarterly**, 2007, 80(4):1083-1126.

BIEHL, J. The Brazilian Response to AIDS and the Pharmaceuticalization of Global Health. In: **Anthropology and Public Health**: Bridging Differences in Culture and Society (second edition) edited by Robert A. Hahn and Marcia Inhorn. Oxford, UK: Oxford University Press, 2008, pp.480-511.

CAMPOS, E. A. Contágio, doença e evitação em uma associação de exbebedores: o caso dos Alcoólicos Anônimos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2005, v. 48 nº 1.

CAMPOS, E. A. **Alcoolismo**: doença crônica e significado em uma associação de exbebedores. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, BA, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Org.). **Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica**. Brasília: Editora da UnB/Letras Livres, 2010.

CARDOSO, R. M. M. **Só por Hoje**: Um estudo sobre Narcóticos Anônimos, estigma social e sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense. 2006.

CASTRO, R. Antropologia dos medicamentos: uma revisão teórico-metodológica. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS**, UFSCar, v.4, n.1, jan.-jun., p.146-175, 2012.

CHIES, A. **A Prisão dentro da Prisão**: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul (Sínteses). 2008. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia.

CLEMMER, D. Culture and the determination of attitudes. In: **The Prison Community**. Cap. XII 1960. 3 ed. New York: John Wiley & Sons, 1960.

COLARES, L. B. C.; CHIES, L. A. B.. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

CUNHA, M. I. El tiempo que no cesa: la erosión de la frontera carcelaria. **Rhuthmos**, 11 novembre 2011. Disponível em: <http://rhuthmos.eu/spip.php?article451> p.1-12. Acesso em:

_____. O tempo insuspenso: uma aproximação a duas percepções carcerárias da temporalidade. In: DUARTE, A.M.; ARAÚJO, E.; RIBEIRO, R. (Orgs.) **O tempo, as culturas e as instituições**: para uma abordagem sociológica do tempo. Lisboa: Colibri, 2007. p.91-104.

CUOZZO, J. D. **Adicção e Recuperação**: ajuda mútua, Moralidade e a Re-organização da Vida no Contexto da Narcóticos Anônimos. Porto Alegre: UFRGS, 2013. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Rio de Janeiro, **Reunião Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, nº 40, junho/1999.

DAS, V. El acto de presenciar. Violencia, conocimiento envenenado y subjetividad. In: ORTEGA, F.A, **Sujetos de Dolor**, Agentes de Dignidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

DIAS, C. C. N. Análise da manutenção da identidade evangélica na prisão a partir de uma perspectiva interacionista: focalizando tensões e ambiguidades. Porto Alegre, **Ciências Sociais y Religion/Ciências Sociais e Religião**, ano 9, n. 9, p. 217-240, setembro de 2007.

DIAS, C. C. N. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista e a nova configuração do poder. Curitiba, **Sociologia & Política**. I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR 2009c.

DIAS, C. C. N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. In: Dias, C. C. N. Tempo Social. São Paulo, **Revista de Sociologia da USP**, v. 23, n. 2, novembro de 2011.

DIAS, C. C. N. Disciplina, Controle Social e Punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. Rio de Janeiro, **Reunião Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n° 85, junho/2014.

DIAS, C. C. N. Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. Rio de Janeiro, **Revista Dilemas**, abril/2009a.

DIAS, C. C. N. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. São Paulo, **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, edição 5, ago./set., 2009b.

DUMIT, J. *Drugs for life: How Pharmaceutical Companies Define Our Health*. Duke University Press/Durham and London, 2012.

FASSIN, D. *When Bodies Remember*. Berkeley, University of California Press, 2007.

FIORE, M. Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas” In: **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Bahia/Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008. p. 141-154.

FIORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. São Paulo, **Novos Estudos 92** (CEBRAP), março 2012.

FIORE, M. **Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos**. São Paulo: Unicamp, 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, 2013.

FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Editora UnB/Letras Livres, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GODOI, R. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. São Paulo: USP, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2010.

GODOI, R. **Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo: uma exploração do mundo social que se estrutura através da prisão em São Paulo e na Catalunha**. 35° Encontro Anual da Anpocs. GT38. Violência, criminalidade e punição no Brasil, 2011.

GODOI, R. **Nem dentro, nem fora: a logística da visitação em penitenciárias do oeste paulista**. 2013. Disponível em: <http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/10/RafaelGodoi-Nem-dentro-nem-fora.pdf>. Acesso em: 19.10.2015

GODOI, R. **Ilegibilidade e mobilização: dinâmicas sociais do processamento de pessoas nas prisões de São Paulo**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

GODOI, R. **Uma fila de centenas e centenas de quilômetros: o processo de visitação em penitenciárias do oeste paulista**. 38° Encontro Anual da Anpocs. SPG 02 – Aspectos do encarceramento na sociedade contemporânea, São Paulo, 2014.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, B. R; ADORNO, R. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. Portugal: **Etnográfica**, v. 15(3): 569-586, out. de 2011.

GREGIS, C. **Fissura da Rua**. Corpo e ritual de uso de droga injetável entre meninos de rua. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOECK, J. F. **Narcóticos Anônimos**: um Estudo sobre Estigma e Ritualidade. Goiânia, 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006.

LOECK, J. F. **Adicção e Ajuda Mútua**: Estudo Antropológico de Grupos de Narcóticos Anônimos na cidade de Porto Alegre (RS). Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

LOECK, J; LEAL, O. **Narcóticos Anônimos**: Narrativas de Sofrimento como Terapia. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2010.

LOECK, J. F. Uso de psicoativos enquanto hábito de sociabilidade: observações sobre as ruas da cidade baixa (Porto Alegre/RS). Porto Alegre, **Iluminuras**, v. 12, n. 28, p. 160-176, jul./dez. 2011a.

LOECK, J. F. Reflexões sobre justiça terapêutica no contexto dos grupos de Narcóticos Anônimos. **Tempus**. Actas de Saúde Coletiva. Antropologia e Sociologia da Saúde: novas tendências, 2011b.

LOECK, J. F. **A dependência química e seus cuidados**: antropologia de políticas públicas e de experiências de indivíduos em situação terapêutica na cidade de Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

MACRAE, E. **A abordagem etnográfica do uso de drogas. Drogas e AIDS**: estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec, 1994.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos. In: SEIBEL, S. D. e TOSCANO, Jr., A. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001.p. 25-34.

MACRAE, E.; Simões, J. A. **Rodas de Fumo**: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. CETAD/UFBA. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACRAE, E; VIDAL, S. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. São Paulo, USP, **Revista de Antropologia**, v. 49, nº 2, 2006.

MANICA, D. T. A vida social dos medicamentos: etnografias e escolhas. São Paulo, **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.4, n.1, jan.-jun., p.176-188, 2012.

MARTIN, E. The Pharmaceutical Person. In: **BioSocieties** (2006), 1, 273–287 London School of Economics and Political Science doi:10.1017/S1745855206003012

MILLER, T. S. A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, A. C. D. (Org.). **Comunicação e gênero**: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EdPUCRS, 2008. p. 79-107.

ORTEGA, F. et al. (Orgs). Rehabitar la cotidianidad. In: VEENA DAS. **Sujeitos del dolor**. Agentes de la dignidade. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 15-69.

PICCOLO, F. **Se deixar a droga levar...**: Um estudo sobre as trajetórias sociais de usuários de drogas em uma vila de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

RIBEIRO, E. **A construção social do problema da dependência das drogas**: estudo antropológico dos discursos e representações mantidos por instituições de tratamento em Porto Alegre/RS. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

RODRIGUES, T. Tráfico, Guerra, Proibição. In: **Drogas e Cultura**: novas perspectivas. Bahia/Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

RODRIGUES, G. E. Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na Penitenciária Feminina do Estado do Rio Grande do Sul. In: *Religião e Prisão* (2005). Porto Alegre, **Debates do NER**, ano 6, n. 8, jul./dez, p. 9-20, 2005.

SÁ, L.; ACCIOLY, I. **Muita grade batendo, pessoas algemadas, fiquei louca**: o universo prisional cearense na perspectiva da assistente social Jô Feitosa. São Paulo, IV ENADIR, 2015. Encontro Nacional de Antropologia do Direito Universidade de São Paulo.

SALLA, F. Sistema prisional no Brasil: balanço de uma década. São Paulo, **5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**, 2012.

SALLA, F; DIAS, C. C. N; SILVESTRE, G. Políticas penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (RDD) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária. Araraquara, **Estud. sociol.**, v.17, n.33, p.333-351, 2012.

SARTI, C; DUARTE, L. F. D. (Orgs). **Antropologia e ética**: desafios para a regulamentação. Brasília: ABA, 2013.

SCHUCH, P. A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do “campo” para o debate). In: SARTI, C e DUARTE, L. F. D. **Antropologia e ética**: desafios para a regulamentação. Brasília: ABA, 2013.

SYKES, G. M. The Defects of Total Power. In: **The Society of Captives**: a Study of a Maximum Security Prison Princeton: Princeton University Press, 1958. p. 40-62.

TADVALD, M. **Serenos, corajosos e sábios**: a plataforma terapêutica dos Alcoólicos Anônimos e seus participantes através de um olhar antropológico. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

TAETS, A. R. F. O dizível e o indizível: narrativas de dor e violência em cárceres brasileiros. PPGAS/UnB Brasília, **Anuário Antropológico**, I, 2014.

THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. 5ª ed. rev. Atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. (1976).

TROIS, J. **A Cura pelo Espelho**. Uma leitura Antropológica do Dispositivo Terapêutico dos Grupos de Autoajuda de Neuróticos Anônimos. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

VARGAS, E. V. Que guerra é essa? A propósito da partilha moral entre drogas e fármacos. Belo Horizonte, FAFICH – UFMG, **Conjuntura Política**, v. 22, p. 1-4, 2000.

VARGAS, E. V. Uso de drogas: a alter-ação como evento. São Paulo, USP, **Revista de Antropologia**, v 49, nº 2, 2006.

VARGAS, E. V. Fármacos e outros objetos sociotécnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Bahia/Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. 2008. p. 41-64.

VELHO, G. **Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. Tese (Doutorado, em Antropologia Social), São Paulo: USP, 1998. Universidade de São Paulo, 1998.

VICTORA, C; OLIVEN, R.; MACIEL, M; ORO, A. (Orgs.) **Antropologia e Ética**. Niterói: Editora da UFF, 2004. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/AntropologiaEtica.pdf> Acesso em: 10.12.2015

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WILLIAMS, S. J.; MARTIN, P; GABE, J. The pharmaceuticalisation of society? A framework for analysis. Cambridge, **Sociology of Health & Illness**, v.33, n.5, p. 710-25, 2011.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE 1 – TERMO DE ESCLARECIMENTO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde
PPGAS – Departamento de Antropologia

Termo de Esclarecimento

Título do Projeto: Significados da "adição" e da "recuperação" de Narcóticos Anônimos/NA em uma Penitenciária Feminina

Pesquisadora responsável: Juliana Deprá Cuozzo

Orientadora: Ceres Gomes Victora

Meu nome é Juliana Deprá Cuozzo, sou aluna de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faço parte do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS). Sou orientada pela Profª. Drª. Ceres Gomes Victora. Estou fazendo uma pesquisa que tem por objetivo estudar os significados da "adição" e da "recuperação" de Narcóticos Anônimos/NA na Penitenciária Madre Pelletier.

Esta é uma pesquisa qualitativa de orientação etnográfica que tem a observação participante como técnica principal. A observação participante consiste em presenciar, observar e acompanhar os encontros de Narcóticos Anônimos que ocorrerem na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, com o objetivo de compreender as dinâmicas da "adição" e da "recuperação" naquele espaço. Será respeitado o "Princípio do Anonimato" que conforme a 12ª Tradição de NA estabelece que "O anonimato é o alicerce espiritual de todas as nossas Tradições, lembrando-nos sempre de colocar princípios acima de personalidades". Assim sendo, não haverá nenhum tipo de identificação das participantes dos encontros. A sua história de vida e as suas experiências dentro e fora do espaço da Penitenciária poderão ser descritas no meu trabalho se você autorizar.

É importante ressaltar que a sua autorização para que eu esteja presente nos encontros tem um caráter voluntário, não havendo a concessão de nenhum benefício material. Também que você poderá retirar esta autorização a qualquer momento sem que isso cause qualquer prejuízo à você ou à qualquer pessoa de suas relações.

Caso você tenha alguma dúvida posteriormente a minha presença em alguma reunião de Narcóticos Anônimos dentro da Penitenciária, poderá fazer contato comigo pessoalmente nesse mesmo local, ou por meio de contato telefônico, NUPACS/UFRGS: 3308-6865.

Assinatura da pesquisadora responsável

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2015.

**APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA AS AGENTES PENITENCIÁRIAS E ASSISTENTES SOCIAIS**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as Agentes Penitenciárias e
Assistentes Sociais**

Título do Projeto: Significados da “adicção” e da “recuperação” de Narcóticos Anônimos/NA em uma Penitenciária Feminina

Pesquisadora responsável: Juliana Deprá Cuozzo

Orientadora: Ceres Gomes Victora

Meu nome é Juliana Deprá Cuozzo, sou aluna de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faço parte do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS). Sou orientada pela Prof^a. Dr^a. Ceres Gomes Victora. Estou fazendo uma pesquisa que tem por objetivo estudar os significados da “adicção” e da “recuperação” de Narcóticos Anônimos/NA na Penitenciária *Madre Pelletier*.

Você está sendo convidada a participar dessa pesquisa através de entrevistas na qual você poderá contar sobre a sua participação para a ocorrência das reuniões de Narcóticos Anônimos dentro da Penitenciária Feminina *Madre Pelletier*. É importante ressaltar que a sua autorização para a realização das entrevistas e da gravação em áudio das mesmas tem um caráter voluntário não havendo a concessão de nenhum benefício material. Também que você poderá retirar esta autorização a qualquer momento sem que isso cause qualquer prejuízo à você ou à qualquer pessoa de suas relações.

Caso você tenha alguma dúvida posteriormente à realização das entrevistas, poderá fazer contato comigo:

Telefone: Núcleo de Pesquisa de Antropologia do Corpo e da Saúde/NUPACS - (51) 3308-6865.

Li e concordo em participar da pesquisa conforme os termos acima.

Assinatura da entrevistada

Porto Alegre, _____ de _____ de 2015.

ANEXO 1 – CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Carta de Autorização

Eu, Eolésia Adriane Brasil, na condição de Diretora da Penitenciária Feminina Madre Pelletier/PFMP (Instituição Penal que pertence a SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários – Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul), Instituição localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, conheço o projeto de pesquisa “Significados da ‘adição’ e ‘recuperação’ de Narcóticos Anônimos/NA em uma Penitenciária Feminina” da aluna responsável Juliana Deprá Cuozzo, e autorizo a realização da pesquisa nesse estabelecimento prisional. O projeto de pesquisa esta associado à categoria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), vinculada a Instituição de Ensino Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação acadêmica da Professora Dr^a. Ceres Gomes Victora, e obtém autorização pelos órgãos competentes (Comissão de Pesquisa/Compesq do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e da Escola do Serviço Penitenciário/ESP, setor responsável pelas pesquisas entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior).

Porto Alegre, 19. de junho de 2015.

Nome/Assinatura da Diretora da Penitenciária Feminina Madre Pelletier/PFMP



Eolésia Adriane Brasil
Id. 1737716
Diretora - PFMP

ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO

**AUTORIZAÇÃO**

Na data do dia 04/08/2015 a Escola do Serviço Penitenciário (setor responsável pelas pesquisas entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior) informa que tomou ciência das modificações realizadas no projeto de pesquisa intitulado: "**Significados da 'adição' e da 'recuperação' de Narcóticos Anônimos/NA em uma Penitenciária Feminina**", junto a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, e autoriza a pesquisadora **JULIANA DEPRÁ CUOZZO**, dar continuidade aos seus estudos.

O Projeto de Pesquisa está vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Mestrado - Pós Graduação em Antropologia Social, sob orientação acadêmica do (a) prof^a Ceres Gomes Victora.

Mediante esta autorização, solicitamos que após o término do Projeto, o (a) pesquisador (a) envie seu trabalho final de pesquisa, para a Escola do Serviço Penitenciário, de forma impressa ou digital.

Destacamos que o (a) pesquisador (a) deverá respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração do Estabelecimento Prisional onde irá ocorrer a pesquisa.

Atenciosamente,

João Eduardo Quevedo Reymunde

P/ Diretor da Escola do Serviço Penitenciário



Franquetin Gonçalves da Costa
Agente Penitenciário
Id. Func. 2619920

ANEXO 3 - OS 12 PASSOS DA NARCÓTICOS ANÔNIMOS

1°. Admitimos que éramos impotentes perante a nossa adicção, que nossas vidas tinham se tornado incontroláveis.

2°. Viemos a acreditar que um Poder maior do que nós poderia devolver-nos à sanidade.

3°. Decidimos entregar nossa vontade e nossas vidas aos cuidados de Deus, da maneira como nós o compreendíamos.

4°. Fizemos um profundo e destemido inventário moral de nós mesmos.

5°. Admitimos a Deus, a nós mesmos e a outro ser humano a natureza exata das nossas falhas.

6°. Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.

7°. Humildemente pedimos a Ele que removesse nossos defeitos.

8°. Fizemos uma lista de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e dispusemo-nos a fazer reparações a todas elas.

9°. Fizemos reparações diretas a tais pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-la pudesse prejudica-las ou a outras.

10°. Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.

11°. Procuramos, através de prece e meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, da maneira como nós O compreendíamos, rogando apenas o conhecimento da Sua vontade em relação a nós, e o poder de realizar essa vontade.

12°. Tendo experimentado um despertar espiritual, como resultado destes passos, procuramos levar esta mensagem a outros adictos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.

ANEXO 4 - AS 12 TRADIÇÕES DA NARCÓTICOS ANÔNIMOS

1ª. O nosso bem estar comum deve vir em primeiro lugar; a recuperação individual depende da unidade de NA.

2ª. Para o nosso propósito comum existe apenas uma única autoridade – um Deus amoroso que pode se expressar na nossa consciência coletiva. Nossos líderes são apenas servidores de confiança, eles não governam.

3ª. O único requisito para ser membro é o desejo de parar de usar.

4ª. Cada grupo deve ser autônomo, exceto em assuntos que afetem outros grupos ou NA como um todo.

5ª. Cada grupo tem apenas um único propósito primordial – levar a mensagem ao adicto que ainda sofre.

6ª. Um grupo de NA nunca deverá endossar, financiar ou emprestar o nome de NA a nenhuma sociedade relacionada ou empreendimento alheio, para evitar que problemas de dinheiro, propriedade ou prestígio nos desviem do nosso propósito primordial.

7ª. Todo grupo de NA deverá ser totalmente auto-sustentável, recusando contribuições de fora.

8ª. Narcóticos Anônimos deverá manter-se sempre não profissional, mas nossos centros de serviço podem contratar trabalhadores especializados.

9ª. NA nunca deverá organizar-se como tal; mas podemos criar quadros de serviço ou comitês diretamente responsáveis perante aqueles a quem servem.

10ª. Narcóticos Anônimos não tem opinião sobre questões alheias; portanto o nome de NA nunca deverá aparecer em controvérsias públicas.

11ª. Nossa política de relações públicas baseia-se na atração, não em promoção; na imprensa, rádio e filmes precisamos sempre manter o anonimato pessoal.

12ª. O anonimato é o alicerce espiritual de todas as nossas Tradições, lembrando-nos sempre de colocar princípios acima de personalidades.